

Universidade do Estado do Pará

Centro de Ciências Sociais e Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia



MÁRIO ALLAN DA SILVA LOPES



**VITRINE DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS
NO 5º GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO” EM
BELÉM-PA (1900-1912)**

Belém – PA

2018

MÁRIO ALLAN DA SILVA LOPES

VITRINE DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO 5º GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO” EM BELÉM-PA (1900-1912)

Texto apresentado como requisito para defesa da dissertação de Mestrado em Educação, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Belém – PA

2018

MÁRIO ALLAN DA SILVA LOPES

VITRINE DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO 5º GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO” EM BELÉM-PA (1900-1912)

Texto apresentado como requisito para defesa da dissertação de Mestrado em Educação, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Data de defesa: 27/04/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França – Orientadora
- UEPA
Dr^a. em História, Filosofia e Educação – Unicamp

Prof^a. Laura Maria Silva Araújo Alves – Membro Externo - UFPA
Dr^a. em Psicologia da Educação – PUC-SP

Prof^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira – Membro Interno – UEPA
Dr^a em Educação – PUC-SP

Belém – PA

2018

Eu, Mário Allan, dedico este trabalho aos meus pais, pelas oportunidades que sempre me deram e por toda dedicação e empenho que eles tiveram contribuindo com a minha formação acadêmica e com o meu crescimento enquanto filho, homem e um profissional da educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e do conhecimento, que me proporcionou uma família maravilhosa, no qual me permitiu trilhar caminhos vitoriosos.

À minha família, por todo o apoio que recebi, contribuindo sempre para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha orientadora, Prof^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, que me fez conhecer a história da educação de uma perspectiva maravilhosa, por ter sempre contribuído com a minha formação acadêmica, na graduação, e agora, no mestrado em educação.

À Banca Examinadora, Prof^a Laura Alves e Prof^a Ivanilde Apoluceno, por todas as contribuições.

Ao “Rio 12”, por todos os momentos inesquecíveis que passamos durante o mestrado, entre textos e conversas, muita riqueza e amor se instaurou.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, pela oportunidade de ter cursado o Mestrado em Educação.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) e aos seus integrantes, por todos os momentos de conversa e estudo.

À Escola Estadual Barão do Rio Branco e seus funcionários, que me atenderam com muita gentileza.

À todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram de forma significativa para a minha vida nesses dois anos no mestrado.

Mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai (...). Pessoalmente (...) a história sempre me divertiu muito.

MARCH BLOCH

LOPES, Mário Allan da Silva. **VITRINE DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO 5º GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO” EM BELÉM-PA (1900-1912)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como se constituiu a educação de crianças no 5º grupo escolar Barão do Rio Branco em Belém, nos anos de 1900 a 1912 e como objetivos específicos: identificar os saberes transmitidos as crianças no 5º grupo escolar, descrever o tipo de educação recebida pelas crianças do 5º grupo escolar, caracterizar os rituais que marcaram a educação das crianças nesse estabelecimento de ensino e analisar alguns aspectos da cultura material escolar que serviram de base para a educação das crianças. A pesquisa é do tipo documental e bibliográfica. As fontes documentais foram localizadas no Setor de Microfilmagem (CENTUR), no Arquivo Público do Estado do Pará e na biblioteca virtual *Center for Research Libraries: global resources network*. Sediada na cidade de Chicago, em Illinois-EUA. As fontes documentais compreendem os relatórios da diretora do 5º grupo escolar (1909 e 1910), os regulamentos do ensino primário (1899, 1903 e 1910), as mensagens governamentais (1899 – 1910), o Diário Oficial (1902 – 1903), entre outras. O aporte teórico dessa investigação compreende os seguintes autores: Le Goff (2013), Souza, R. F. (2014, 1998), Almeida (2014), Bacellar (2005), Bencostta (2005, 2001), Vidal (2005), Nosella e Buffa (2013), Sanfelice (2007), Saviani (2005), Sarges (2010), Oliveira (1903), Oliveira (2016), Burke (2008), Lopes e Galvão (2001), Frago (2001), Delgado (2017), Cândido (2007), Julia (2001), entre outros. O 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi criado pelo decreto de nº 1.133, de 22 de março de 1902, no governo de Augusto Montenegro. Inicialmente funcionou em um prédio alugado, que pertencia ao Barão de Guamá, na Av. Nazaré. Nesse prédio funcionou por cinco anos. Por decreto de nº 1.423 de 12 de janeiro de 1906, o grupo escolar foi denominado de 5º grupo escolar da capital e no mesmo ano, o referido governador, comprou um prédio para lá sediar o grupo escolar, na Av. Braz de Aguiar, onde funciona até hoje. Em 9 de março de 1912, o grupo passou a se chamar Barão do Rio Branco. Foi um dos grupos escolares mais frequentados da capital, chegando a ter nos primeiros anos de funcionamento 620 alunos matriculados, o que para a época era um número considerável. Os administradores da instituição realizavam eventos para demonstrar para a sociedade a qualidade dos trabalhos lá desenvolvidos. Exposições dos trabalhos das alunas de costura e de desenho dos alunos marcavam o cotidiano da instituição, além das festas escolares que demonstravam a realização de rituais escolares neste grupo. Essas atividades costumavam receber visitas da comunidade, dos pais de alunos, inspetores de ensino e até do secretário de instrução pública. A arquitetura escolar e os livros didáticos, exemplos da cultura material escolar, foram essenciais para a formação das crianças dessa instituição. O 5º grupo escolar, na pessoa da direção e dos professores, engajaram-se em trabalhar para o desenvolvimento do grupo, o tornando um dos grandes templos de civilização e do ensino primário do estado do Pará.

Palavras-chave: 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Ensino Primário. Festas Escolares. Cultura material escolar.

LOPES, Mário Allan da Silva. **VITRINE DE LA REPÚBLICA: LA EDUCACIÓN DE NIÑOS EN EL 5º GRUPO ESCOLAR "BARÃO DO RIO BRANCO" EN BELÉM-PA (1900-1912)**. Disertación (Maestría en Educación) - Universidad del Estado de Pará, Belém, 2017.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general analizar cómo se constituyó la educación de niños en el 5º grupo escolar Barão do Rio Branco en Belém, en los años 1900 a 1912 y como objetivos específicos: identificar los saberes transmitidos a los niños en el 5º grupo escolar, describir el tipo de educación recibida por los niños del 5º grupo escolar, caracterizar los rituales que marcaron la educación de los niños en ese establecimiento de enseñanza y analizar algunos aspectos de la cultura material escolar que sirvieron de base para la educación de los niños. La investigación es del tipo documental y bibliográfica. Las fuentes documentales fueron localizadas en el Sector de Microfilmación (CENTUR), en el Archivo Público del Estado de Pará y en la biblioteca virtual Center for Research Libraries: global resources network, con sede en la ciudad de Chicago, Illinois-EE.UU. Las fuentes documentales comprenden los informes de la directora del 5º grupo escolar (1909 y 1910), los reglamentos de la enseñanza primaria (1899, 1903 y 1910), los mensajes gubernamentales (1899 - 1910), el Diario Oficial (1902 - 1903), y otros. El aporte teórico de esta investigación comprende los siguientes autores: Le Goff (2013), Souza, RF (2014, 1998), Almeida (2014), Bacellar (2005), Benedicta (2005, 2001), Vidal (2005), Nosella y Buffa (2007), Saviani (2005), Sargas (2010), Oliveira (1903), Oliveira (2016), Burke (2008), Lopes y Galvão (2001), Frago (2001), Delgado (2017), Cândido (2007), Julia (2001), entre otros. El 5º Grupo Escolar Barón de Río Branco fue creado por el decreto de nº 1.133, de 22 de marzo de 1902, en el gobierno de Augusto Montenegro. Inicialmente funcionó en un edificio alquilado, que pertenecía al Barón de Guamá, en la Av. Nazaré. En ese edificio funcionó por cinco años. Por decreto de nº 1.423 de 12 de enero de 1906, el grupo escolar fue denominado de 5º grupo escolar de la capital y en el mismo año, el referido gobernador, compró un edificio para sede del grupo escolar, en la Av. Braz de Aguiar, donde funciona hasta hoy. El 9 de marzo de 1912, el grupo pasó a llamarse Barão do Rio Branco. Fue uno de los grupos escolares más frecuentados de la capital, llegando a tener en los primeros años de funcionamiento 620 alumnos matriculados, lo que para la época era un número considerable. Los administradores de la institución realizaban eventos para demostrar para la sociedad la calidad de los trabajos allí desarrollados. Las exposiciones de los trabajos de las alumnas de costura y de diseño de los alumnos marcaban el cotidiano de la institución, además de las fiestas escolares que demostraban la realización de rituales escolares en este grupo. Estas actividades solían recibir visitas de la comunidad, de los padres de alumnos, de los inspectores de enseñanza y hasta del secretario de instrucción pública. La arquitectura escolar y los libros didácticos, ejemplos de la cultura material escolar, fueron esenciales para la formación de los niños de esa institución. El 5º grupo escolar, en la persona de la dirección y de los profesores, se comprometieron a trabajar para el desarrollo del grupo, convirtiéndolo en uno de los grandes templos de civilización y de la enseñanza primaria del estado de Pará.

Palabras-clave: 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Enseñanza Primaria. Fiestas Escolares. Cultura material escolar.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Teatro da Paz	34
Imagem 2 – Mapa do Pará	36
Imagem 3 – Dr. José Paes de Carvalho	37
Imagem 4 – Dr. Augusto Montenegro	41
Imagem 5 – Prédio onde foi instalado o 5º grupo escolar	45
Imagem 6 - Prédio adquirido pelo governo do estado para sediar o 5º grupo escolar em 1907	46
Imagem 7 - Alunos do 5º Grupo Escolar organizados para o desfile	63
Imagem 8 - Carro de honra do Estado do Pará	68
Imagem 9 - Carro de honra do 5º grupo escolar	68
Imagem 10 - Barão do Rio Branco	75
Imagem 11 - Decreto de Rodrigues Alves nomeando Barão do Rio Branco Ministro das Relações Exteriores em 1902	76
Imagem 12 - Lápide de homenagem ao Barão do Rio Branco no 5º grupo escolar	80
Imagem 13 - Medidas do terreno do 5º grupo	87
Imagem 14 - Escola Barão do Rio Branco	89
Imagem 15 - Frente da Escola Barão do Rio Branco	90
Imagem 16 - Busto do Barão do Rio Branco	91
Imagem 17 - Salão de Convivência da Escola Barão do Rio Branco atualmente	92
Imagem 18 - Visão que o diretor possuía do alto da escada	93
Imagem 19 - Escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco	93
Imagem 20 - Corredor na escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco	94
Imagem 21 - Livro A Pátria Brasileira	97
Imagem 22 - Superfície Territorial nas Américas	100
Imagem 23 - Superfície Territorial Brasil x Europa	101
Imagem 24 – Objetos Indígenas	103
Imagem 25 - Morte do primeiro bispo do Brasil	104
Imagem 26 - Fortaleza Santa Cruz	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativos do levantamento de teses e dissertações no Banco da Capes	17
Quadro 2 - Demonstrativos do levantamento de teses e dissertações no Banco da Capes 2	20
Quadro 3 – Grupos escolares criados no governo Paes de Carvalho	42
Quadro 4 – Grupos escolares criados no governo de Augusto Montenegro	43
Quadro 5 – Grupos Escolares de Belém	44
Quadro 6 – Matrícula Escolar em 30 de Junho de 1902	49
Quadro 7 – Matrícula Escolar por volta de Agosto de 1903	49
Quadro 8 – Matrícula Escolar de 30 de junho de 1904	50
Quadro 9 – Matrícula Escolar de 30 de junho de 1905	50
Quadro 10 – Disciplinas do 5º grupo escolar	52
Quadro 11 – Julgamento das Provas Escritas	56
Quadro 12 – Julgamento da Prova Oral	57
Quadro 13 – Grau de Aprovação do Ensino Primário	57
Quadro 14 – Exames de passagem de classe	58
Quadro 15 - Alunas que obtiveram diploma do ensino primário pelo 5º grupo escolar	70
Quadro 16 - Alunos que obtiveram diploma do ensino primário pelo 5º grupo escolar	71
Quadro 17 – Organização do Livro Patria Brasileira	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 MOTIVAÇÕES DE ESTUDO	12
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO	15
2 ORIGEM E IMPLEMENTAÇÃO DO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO	32
2.1 O PARÁ E O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES	35
2.2 A CRIAÇÃO DO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO EM BELÉM DO PARÁ	41
2.3 O COTIDIANO DO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO: PROFESSORES, MATRÍCULAS, AULAS E EXAMES	46
3 OS RITUAIS ESCOLARES NO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO	61
3.1 RITUAIS ESCOLARES E O PATRIOTISMO REPUBLICANO	62
3.2 UMA HOMNAGEM A JOSÉ DA SILVA PARANHOS JUNIOR, O BARÃO DO RIO BRANCO NO 5º GRUPO ESCOLAR	74
4 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO	83
4.1 ARQUITETURA ESCOLAR: O ESPAÇO COMO MEIO DE EDUCAR	85
4.2 A CULTURA ESCOLAR NAS PÁGINAS DO LIVRO “PÁTRIA BRASILEIRA”	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	117

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a História teve como foco de análise os acontecimentos históricos marcantes, atendo-se a grandes feitos heroicos. Pouco ou quase nada se falava sobre os “pequenos homens”, aqueles que, até então, não eram considerados heróis.

Para Bloch (2002) o ser humano é sujeito da história. Não se valoriza mais somente os fatos marcantes, datas importantes e heróis nacionais, mas sim a história com uma ciência que se propõe a compreender as relações das pessoas em sociedade. Para Le Goff (2013) a ciência histórica se define a partir de uma realidade que não é construída e nem observada como nas áreas das ciências exatas, mas sim onde a pessoa é protagonista de sua história enquanto um ser ativo no tempo.

Os estudos que buscam através da história conhecer culturas, relações sociais, processos educacionais, entre outras ações humanas são de fato enriquecedores. Eles permitem um encontro com o “outro” no tempo e no espaço. O contato com o “outro” possibilita compreender que somos universais e ao mesmo tempo particulares. O estudo da história,

Proporciona uma abertura semelhante àquela obtida nas viagens. Nos dois casos, deparamo-nos com “o outro”, no tempo e no espaço. Embora esse encontro não implique, necessariamente, uma mudança no olhar do estudioso da história ou do viajante, tornando-o menos etnocêntrico, por exemplo, certamente o contato com o “diferente” pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compreensão de si próprio e de sua cultura. O contato com o “outro” pode nos mostrar o quanto somos universais e, ao mesmo tempo, particulares (LOPES, GALVÃO, 2001, p. 15-6).

Como bem apontam Aquino, Franco e Lopes (1980), se todos nós, seres humanos que vivemos em sociedade, tivéssemos a real consciência da realidade que vivemos e que nossos antepassados viveram, percebendo as transformações que as relações sociais sofreram, nós também teríamos a consciência do poder que temos de transformar o mundo. Ora, se de fato conhecer a história nos permite tal poder, devemos utilizar métodos que nos permitem logarmos patamares mais altos no que concerne o conhecimento do “eu” (enquanto ser individual) e do “nós” (enquanto seres em sociedade). Sendo assim nós saberíamos que nossos “[...] atos são de enorme importância para o futuro de todos os homens e estariam[os] assim conquistando e construindo, passo a passo, o futuro” (AQUINO, FRANCO e LOPES, 1980, p. 15).

1.1. Motivações do Estudo

Realizar estudos sobre a educação no passado permite conhecer realidades distintas da que temos atualmente, logo, diante de tal oportunidade que a história nos dá, tomemos, então, a História da Educação como um desses meios para nos aproximar-nos do passado. Por meio dela pode-se olhar para o passado e navegar por um oceano de saberes e práticas educacionais, de metodologias, de disciplinas e de artefatos da cultura material.

O interesse em pesquisar a educação no estado do Pará sob a perspectiva histórica surgiu no 1º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no ano de 2011, quando tive a oportunidade de realizar um levantamento de fontes sobre o ensino primário na Província do Pará no período imperial. A fonte utilizada no estudo foi o jornal Província do Pará, localizado no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR).

No estudo realizado no jornal a Província do Pará, encontrei notícias sobre a sociedade paraense, número de alunos matriculados nas escolas primárias, a legislação de ensino, escolas fechadas por falta de alunos, nomeação de professores. O estudo despertou em mim o interesse em conhecer a história da educação do Pará. Em 2011 recebi um convite de uma colega, integrante do Grupo de Pesquisa de História da Educação da Amazônia (GHEDA/UEPA) para participar das reuniões do grupo, do qual, no mês de dezembro de 2011, tornei-me integrante.

O GHEDA foi criado no segundo semestre de 2010 e tem por objetivo investigar a educação em diferentes tempos e espaços, tendo como foco de estudo a História da Educação na Amazônia. Minha primeira atividade no grupo foi realizar um levantamento sobre a Escola Normal do Pará no período imperial nos jornais a Província do Pará e Folha do Norte. Em 2012, tornei-me bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa “História dos Grupos Escolares no Estado do Pará (1900-1930)”, financiado pelo CNPq e Coordenado pela professora Maria do Perpétuo Socorro Avelino de França. Nessa pesquisa tive oportunidade de levantar, sistematizar e analisar dados sobre os grupos escolares no Pará no ano de 1910 a 1915.

A partir desta pesquisa tive a oportunidade de realizar o trabalho de conclusão de curso, defendido em 2015. Esse trabalho intitulado “Os Grupos Escolares no Estado do Pará em 1910”, teve por objetivos verificar como estava organizado

administrativamente e pedagogicamente o ensino primário nos grupos escolares no ano de 1910, identificar os saberes neles lecionados e verificar como se dava o ingresso dos professores nos grupos escolares.

No TCC constatei nos discursos dos governadores a preocupação com os grupos escolares. Para eles esses estabelecimentos de ensino deveriam proporcionar aos alunos uma boa formação, terem professores qualificados, estruturas adequadas e materiais didáticos. Para acompanhar o trabalho desenvolvido nos grupos, todos os anos os diretores deveriam enviar relatórios ao Secretário de Estado, Justiça e Instrução Pública, descrevendo tudo que de mais importante fosse preciso mencionar sobre o trabalho pedagógico no grupo escolar.

Tratando-se dos cuidados com a formação dos alunos, foi neste período que os governantes perceberam, de acordo com as fontes, que os alunos precisavam exercitar, além do cérebro, os músculos também, fazendo assim do horário de recreação, um espaço no qual os alunos tivessem contato com atividades físicas, como a ginástica.

Defendia-se que o professor deveria ser um mediador do processo ensino aprendizagem, não devendo, portanto, dar respostas prontas aos alunos. Esse professor era considerado fundamental para o desenvolvimento do intelecto da criança. Ele era o responsável pela formação de seus alunos e excelência das aulas. Tinha deveres que deveriam ser cumpridos. Um dos deveres mais inusitados que o professor deveria cumprir era zelar pela boa saúde dos seus alunos, por este motivo deveria estar atento às crianças, para que a educação se firmasse com a excelência e a modernidade que se esperava.

Essa pesquisa me permitiu compreender que os grupos escolares eram referência de educação para as demais instituições existentes no Estado do Pará, inclusive para as escolas particulares. As falas do governo mostram a eficiência que se esperava dos grupos escolares por parte da população. Busquei neste estudo, portanto, descrever a importância desses grupos para a sociedade paraense no ano de 1910, analisando fatores essenciais que contribuíram para formar a educação primária no Pará. Logo, procurei construir uma história regional sobre essa modalidade de educação, buscando contribuir com a história da educação do Pará.

No TCC procurei estudar os grupos escolares em um âmbito mais geral, analisando-os principalmente a partir dos olhares da legislação do ensino e das mensagens governamentais. No entanto, observei que os grupos escolares também

tinham as suas particularidades e que em muitas ocasiões realizavam ações que não eram prescritas pelo governo estadual. Durante a pesquisa encontrei fontes sobre o 5º grupo escolar que indicavam dados sobre o cotidiano dessa instituição como os exames lá realizados, a premiação de alunos, o estado do prédio escolar, visitas que o grupo recebia e as festas escolares.

Reconstituir a história do 5º Grupo Escolar da capital do estado do Pará me instigou a ampliar o levantamento de fontes históricas sobre essa instituição centenária. O 5º grupo escolar Barão do Rio Branco era uma das instituições mais frequentada nos anos iniciais da instalação dos grupos escolares no Pará (1900-1912) que mereceu do governo atenção e cuidados. Ele se constitui como um templo de saber responsável em difundir a modernidade que o governo tanto pregava em seus discursos.

Dito de outra forma é importante conhecer a história de homens e mulheres que trabalharam nos grupos escolares e das crianças que frequentaram esses espaços educativos. Logo, neste trabalho pretende-se responder o seguinte problema: Como se constituiu a educação das crianças no 5º grupo escolar Barão do Rio Branco em Belém, nos anos de 1900 a 1912?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como se constituiu a educação de crianças no 5º grupo escolar Barão do Rio Branco em Belém, nos anos de 1900 a 1912.

Como objetivos específicos, foram elencados:

- a) Identificar os saberes transmitidos as crianças no 5º grupo escolar;
- b) Descrever o tipo de educação recebida pelas crianças do 5º grupo escolar;
- c) Caracterizar os rituais que marcaram a educação das crianças nesse estabelecimento de ensino;
- d) Analisar alguns aspectos da cultura material escolar que serviram de base para a educação das crianças.

1.2. Percurso Metodológico

A educação ao longo dos tempos desempenhou importante papel como difusora de poderes dominantes. O pensamento moderno difundido por volta dos séculos XVI e XVII na Europa, através de pensadores como Galileu Galilei (1564 — 1642), ganhou o mundo ao desmascarar, empiricamente, muitas “verdades” postuladas pela Igreja Católica.

Com o advento da ciência moderna, a educação viria a se tornar cada vez mais necessária na vida do povo, pois ela seria a base para a transmissão das verdades da ciência para as crianças, como afirma o governador Dr. José Paes de Carvalho:

Deste ponto de vista, que é real, ao qual a autoridade governamental, queira ou não, tem de submeter-se, desde os primeiros dias de minha administração defendi a conveniência de guiar-se essa intervenção necessária: 1.º pelo característico do ensino moderno, qual é o de proporcionar aos educandos todos os meios que os familiarizem com as verdades da ciência e a manifesta utilidade de suas aplicações; 2.º pela eficácia da ação combinada do Poder Público com a iniciativa privada (PARÁ. Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 48).

Neste trecho, retirado do discurso do governo do Pará, Dr. José Paes de Carvalho se observa que o governador destaca a necessidade do pensamento moderno ser difundido nas escolas. A modernidade representada pelo conhecimento científico deveria ser ensinada as crianças nas escolas públicas e privadas. Segundo ele, a escola deveria ser livre para que pudesse aplicar os métodos que mais fossem necessários aos educandos, no entanto, ressalta que ao estado cabia tomar as decisões finais sobre a educação.

Para esse governador a educação não só possuía o papel de educar e transmitir conhecimentos, mas também de formar cidadãos, de formar intelectuais, de construir pensamentos, metodologias, sendo a base do desenvolvimento de uma sociedade. Logo, se faz necessário entendermos todos os processos possíveis que levam a formação de determinadas sociedades e seus pensamentos e é neste quesito que as pesquisas histórico-educacionais têm a contribuir, nos permitindo compreender os modelos educacionais que vigoravam no estado do Pará. Alguns estudos desenvolvidos no Brasil, entre teses e dissertações, têm nos mostrado que os projetos educacionais desenvolvidos em outras regiões têm semelhanças, mas também apresentam suas particularidades.

Durante a realização do curso do mestrado em educação tive a oportunidade de ter contato com algumas dessas teses e dissertações na área da História da

Educação produzidas no Pará, na disciplina eletiva Seminários Temáticos de História da Educação na Amazônia. A disciplina me possibilitou ampliar os referenciais teóricos e metodológicos da área da História da Educação em âmbito nacional e regional. Com isso, fui buscar conhecer outros trabalhos produzidos, principalmente na área das instituições educativas e percebi que há uma literatura bastante edificada na história da educação brasileira.

Verificando o que já foi produzido sobre os grupos escolares no Brasil, realizei no ano de 2016 e 2017 um levantamento nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), utilizando os descritores Grupo Escolar, 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco e república.

Utilizando o descritor “grupo escolar”, deparei-me com um resultado de aproximadamente 1000 trabalhos, mesmo filtrando a pesquisa. Percebi que a CAPES apresentou todos os trabalhos que possuíam a palavra “grupo” e “escolar” em seus títulos, levando-me a ter que verificar página por página afim de selecionar os que estavam em acordo com o meu tema. Para isso, filtrei a pesquisa de acordo com as seguintes possibilidades, disponibilizadas pela própria CAPES: foram verificados os trabalhos produzidos no período de 2013 (ano que entrou em funcionamento a Plataforma Sucupira) até 2016. Os trabalhos selecionados centravam-se na grande área de conhecimento das Ciências Humanas, nela foquei nos trabalhos dos Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil.

Sendo assim para o descritor “grupo escolar”, encontrei 21 trabalhos, sendo 15 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado, distribuídos em diversos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil da seguinte forma: dissertações de mestrado, 1 na Universidade de Uberaba, 1 na Universidade Federal de Sergipe, 1 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 3 na Universidade São Francisco, 3 na Universidade Federal de Uberlândia, 3 na Universidade Federal do Pará, 2 na Universidade Estadual de Campinas, 1 na Universidade Federal do Espírito Santo.

As 6 teses de doutorado encontram-se distribuídas desta maneira: 1 na Universidade Federal de São Carlos, 1 na Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1

na Universidade Federal de Uberlândia, 2 na Universidade Estadual de Campinas e 1 na Universidade Federal da Grande Dourados. Abaixo o quadro ilustrando os dados:

Quadro 1: Demonstrativos do levantamento de teses e dissertações no Banco da Capes.

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Grupo Escolar	6	15	21

Universidade	Teses	Dissertações
Universidade de Uberaba	-	1
Universidade Federal de Sergipe	-	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	-	1
Universidade São Francisco	-	3
Universidade Federal de Uberlândia	1	3
Universidade Federal do Pará	-	3
Universidade Estadual de Campinas	2	2
Universidade Federal do Espírito Santo	-	1
Universidade Federal de São Carlos	1	-
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	-
Universidade Federal da Grande Dourados	1	-

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Desse total, 9 abordavam os estudos nos anos iniciais da primeira república e os demais, a partir das décadas de 1930 e 1940, principalmente. Desse modo, destaco os que mais se aproximam do meu objeto de estudo, levando em consideração o período histórico delimitado para investigação. São eles:

A tese de doutorado, defendida em 2013, na UNICAMP por Rosimeri da Silva Pereira, *A história do processo de periferização dos grupos escolares em campinas nos primórdios da república*, teve como objetivo principal “problematizar as condições de atendimento educacional ofertadas pelo poder público municipal e estadual aos bairros operários da Vila Industrial, Ponte Preta e Bonfim” (PEREIRA, 2013), observando o contraste existente entre as instituições arquitetônicas luxuosas e a precariedade do ensino público para algumas regiões urbanas.

A tese de Charlene Correia Figueiredo, defendida em 2013 na Universidade Federal da Grande Dourados, *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá-MT (1908 – 1930)*. Neste estudo ela procurou responder uma série de indagações, entre elas quais as razões da criação do grupo escolar em Corumbá, município localizado na fronteira Brasil-Bolívia?; de que maneira essa escola se inseriu na intenção de oferecer o ensino primário?; qual foi o seu papel no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá enquanto instituição pública?; Para isso ela debruçou-se em uma árdua pesquisa, analisando desde testes e dissertações de todo o Brasil até as fontes que traziam o seu objeto em destaque.

No ano de 2013 na Universidade São Francisco, Marcelo Teixeira Franceschi, defendeu a dissertação de mestrado *Grupo Escolar José Guilherme: uma história em Três Atos – Bragança (1910 – 1944)*. Teve como objetivo principal levantar e analisar o processo de aproximadamente trinta e quatro anos de implantação do Grupo Escolar José Guilherme, diversificado por diferentes visões de mundo, tensões e embates socioculturais, imbricados em interesses econômicos e políticos.

A dissertação de Daniel Amaro Cirino de Medeiros, da Universidade São Francisco, intitulado *O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910)*, defendida em 2013. Este grupo escolar foi fruto da fusão de algumas escolas isoladas e o autor preocupa-se em identificar quais as escolas isoladas que deram origem ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, pesquisar como se deu o processo de reunião dessas escolas isoladas e analisar as possíveis tensões e conflitos que emergiram no transcorrer desse processo.

A tese de Alessandra Barbosa Bispo, da Universidade Estadual de Campinas, denominada “*Educar o olhar: o grupo escolar modelo de Campinas (1911-1920)*”, defendida em 2015. Em seu trabalho, a autora apresenta esse grupo escolar como a “vitrine” da nova educação republicana que estava sendo difundida em todo o país, mostrando que esta escola não representava apenas a transmissão e a educação das crianças, mas sim de toda a sociedade campineira, que se buscava “civilizar” através dos pensamentos modernos.

A dissertação de Paula Lorena Cavalcante Albano, defendida em 2015 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada *A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: grupo escolar Barão de Mipibu (1909-1920)*, procurou discutir como educação foi utilizada como instrumento para a formação do imaginário republicano na sociedade do Rio Grande do Norte.

Degenal de Jesus da Silva defendeu em 2015, na Fundação Universidade Federal de Sergipe, a dissertação *Dionísio Republicano: as festas dos Grupos Escolares sergipanos e os outros olhares (1911 – 1930)*. Verificou-se que as festas escolares teriam papel fundamental para contribuir na formação do cidadão republicano, ainda que em Sergipe as festas não fossem tão espetaculosas e regulares, como em outros estados brasileiros.

Em 2016, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar defendeu a dissertação de mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, intitulada *Escolarização no norte do Espírito Santo no início do século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares*. A autora objetivou investigar a expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, entre os anos de 1908 a 1930, e as repercussões dos discursos republicanos no campo educacional.

Andreia Cristina Borges Rela Zattoni defendeu em 2016, na Universidade São Francisco, a dissertação de mestrado *O professor Ataliba de Oliveira, Filho de Mestre Lourenço, um ex-escravo e o Grupo Escolar Coronel Júlio César de Itatiba (SP): memórias e histórias entrecruzadas (1889 – 1920)*. Focalizou a trajetória do professor Ataliba Oliveira, filho de um ex-escravo, enquanto diretor do Grupo Escolar Coronel Júlio César, de Itatiba (SP), no período de 1889-1920, procurando entender como se deu o processo de implantação deste grupo escolar e posteriormente verificar as diferentes relações sociais incluídas neste processo.

Usando o descritor “república”, apareceram 12 trabalhos que versavam sobre a educação nos períodos iniciais da primeira república. Ainda que em seus títulos não

apareçam o termo “grupo escolar”, percebe-se que os estudos realizados por estes 12 trabalhos são significantes para a história da educação no Brasil sobre os grupos escolares. Os trabalhos distribuem-se da seguinte forma: foram 5 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado.

As 5 dissertações estão distribuídas nas instituições: 1 na Universidade de São Paulo, 1 na Universidade Federal do Espírito Santo, 1 na Universidade Metodista de São Paulo e 2 na Universidade Federal do Maranhão. Em relação às teses, elas estão: 2 na Universidade Federal de Uberlândia, 2 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1 na Universidade Federal do Espírito Santo e 1 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Abaixo o quadro para melhor observar os dados:

Quadro 2: Demonstrativos do levantamento de teses e dissertações no Banco da Capes 2.

Descritor	Teses	Dissertações	Total
República	7	5	12

Universidade	Teses	Dissertações
Universidade de São Paulo	-	1
Universidade Metodista de São Paulo	-	1
Universidade Federal do Maranhão	-	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2	-
Universidade Federal de Uberlândia	2	-
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	-
Universidade Federal do Espírito Santo	1	1

Destes 12 trabalhos, trago 2, afim de exemplificar o tema de estudos e a importância deles para a pesquisa sobre os grupos escolares. É o caso da dissertação de Anderson Manoel Caleffi, defendida na Universidade de São Paulo em 2014, intitulada *A educação na Primeira República na cidade de Santos (1889-1908)*, que objetivou identificar, conhecer e analisar as iniciativas educacionais públicas, privadas e particulares promovidas na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, no período de 1889 a 1908 (CALEFFI, 2014).

A dissertação de Juliana Barreto Faria de Oliveira, defendida na Universidade Metodista de São Paulo em 2015 com o título *Ideologia do trabalho nos livros didáticos na República Velha (1910-1930)*. Tinha como objetivos analisar a presença da ideologia do trabalho na sociedade brasileira e o modo como ela foi difundida nos livros didáticos no período de 1910 a 1930 (OLIVEIRA, J. B. F., 2015).

No Pará alguns pesquisadores também já têm se preocupado em realizar estudos sobre os grupos escolares no campo da História da Educação. Temos a dissertação de mestrado de Renato Pinheiro da Costa, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará em 2011, intitulada *O grupo escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no estado do Pará: institucionalização, organização, curricular e trabalho docente (1968-2008)*. Neste trabalho o autor objetivou compreender a importância materializada nos grupos escolares no Pará a partir da análise das influências da implantação do grupo escolar para a construção da sociedade e da formação do cidadão, tendo como foco de estudo no grupo escolar Lauro Sodré.

Outra dissertação defendida na Universidade Federal do Pará, no ano de 2017, foi a de Brianna Souza Barreto, intitulada *Políticas educacionais e curriculares para o exercício do ofício de mestre no grupo escolar Doutor Otávio Meira, no Município de Benevides, Estado do Pará (1965-1976)*. Nesta dissertação a autora procurou analisar como se deu o exercício do ofício de mestre nos grupos escolares durante a ditadura militar no Brasil. Para dar conta do objetivo principal, a autora traz alguns objetivos específicos, que são:

averiguar as exigências que eram postas ao exercício do ofício de mestre nos grupos escolares no Brasil no contexto da ditadura militar; analisar a influência das orientações para o ofício de mestre na política curricular proposta para o grupo escolar no período da ditadura militar brasileira; examinar as políticas educacionais propostas pelo Governo do Pará para o ofício de mestre e o currículo dos grupos escolares no período de 1965-1976;

analisar a configuração do ideário proposto para o ofício de mestre nas práticas educativas do Grupo Escolar Doutor Otavio Meira, no município de Benevides, Estado do Pará (BARRETO, 2016, p. 7).

Também da Universidade Federal do Pará, tem-se a dissertação de mestrado de Glaybe Antonio Sousa Pimentel, defendida em 2012, no Programa de Pós-graduação em Educação, com o título *Processos de subjetivação, poder disciplinar e trabalho docente no Grupo Escolar Professor Manoel Antonio de Castro (1940-1970)*. A pesquisa teve por finalidade apresentar os grupos escolares como um ambiente de relações de poder, dentre o qual destaca o poder disciplinar, que permitiria a subjetivação do trabalho docente.

Sobre o descritor “5º grupo escolar Barão do Rio Branco”, não foi encontrado durante o levantamento nenhuma dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre essa instituição de ensino.

A pesquisa sobre o Grupo Escolar Barão do Rio Branco se insere no campo das Instituições Escolares, que vem cada vez mais tomando forma no Brasil a partir dos anos 90. Segundo Nosella e Buffa (2013), atualmente o estudo de instituições escolares tem sido cada vez mais recorrente no campo da História da Educação. Os pesquisadores têm possibilidades de realizarem os estudos através de várias perspectivas, como afirma Sanfelice (2007, p. 77), “os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeras”. Nosella e Buffa (2013) e Sanfelice (2007) partem do mesmo ideal ao concordar que o maior desafio é adentrar à instituição com o olhar de pesquisador, pois desde o prédio da escola até as cadeiras das salas se constituem como fontes de pesquisa.

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo. Pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens sons e outras) (SANFELICE, 2007, p.77).

No entanto é essencial ter atenção nos estudos sobre as instituições escolares. É importante não se deter a análise de apenas um tipo de fonte, pois ela não dará conta de reconstituir a história solitariamente, correndo o risco de dar uma falsa ideia da instituição. De acordo com Sanfelice (2007, p. 77) “pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural)”.

Os estudos das instituições escolares têm se configurado como essenciais nos processos de reconhecimento social, político e cultural do ser humano. Eles nos permitem repensar o modelo de educação construída, possibilitando a construção de novas metodologias. Considerando que o ser humano constrói sua história, marcada por lutas e conquistas sociais, faz-se necessário conhecer o seu processo formativo situado no tempo e no espaço.

Segundo Bencostta (2005, p. 69), os grupos escolares no Brasil foram implantados inicialmente em São Paulo no ano de 1893, oriundos da reunião de escolas isoladas que passaram a funcionar em um só prédio e sob uma única direção. A organização desses grupos previa mudanças na organização administrativo-pedagógica no tocante ao currículo, aos métodos de ensino e à distribuição espacial de seus edifícios, a fim de que se tornassem escolas modernas e diferentes daquelas existentes no Império. Eram instituições escolares que foram consideradas exemplos de ensino público durante muitos anos, principalmente no período de 1900 a 1930. Para Bencostta (2005, p. 69), os grupos escolares foram criados com objetivo de dar uma nova organização ao ensino primário, como mostra o trecho a seguir:

No alvorecer da república, dentre as muitas ações e discurso que os líderes que assumiram o poder do novo sistema de governo fizeram circular, estavam aquelas que propunham modificações no modo como o ensino primário deveria ser organizado e que novas obrigações caberiam ao Estado frente a uma realidade educacional confusa e deformada, herdada do regime monárquico. (BENCOSTTA, 2005, p. 69)

Nos primeiros anos do regime republicano, os grupos escolares expandiram-se para todas as regiões do Brasil. Durante esse período, a nova organização espacial, social, cultural e educacional neles adotadas contribuiu para tornar a educação mais moderna.

O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 43)

No Pará, a implantação dos Grupos Escolares teve início no ano de 1899, durante a administração do então governador Dr. José Paes de Carvalho. O processo começou pelo interior do Estado, mais precisamente no município de Alenquer, sob o decreto de nº 722 em 10 de julho de 1899. Segundo França (2013, p. 07), “o grupo

escolar de Alenquer originou-se da reunião das escolas públicas isoladas, elementares e complementares existentes naquela localidade”. Já na capital, o primeiro grupo escolar criado foi o Grupo Escolar José Veríssimo (4º Grupo da Capital), como bem aponta França (2013, p. 07):

Em 7 de setembro de 1901, foi instituído na capital do Estado, o Grupo Escolar José Veríssimo. Ele foi instalado em um prédio próprio construído de acordo com as exigências da higiene e da pedagogia. Localizado em frente à Praça Batista Campos, inaugurava um novo modelo arquitetônico, destinado ao ensino primário. As escolas isoladas elementares e complementares, masculinas e femininas, existentes no segundo e terceiro distrito da capital foram nele incorporadas, assim como seus alunos e professores.

Com o intuito de dar um novo “gás” à educação no estado, os grupos escolares trariam o conceito de modernidade e de futuro educacional, principalmente por já estarem sendo difundidos em todo o Brasil. Com os preceitos modernos, estes grupos deveriam ser capazes de aproximar as crianças das verdades que só a ciência poderia fornecer, fazendo delas cidadãs intelectuais e patriotas.

O aporte teórico dessa investigação compreende os seguintes autores: Le Goff (2013), Souza, R. F. (2014, 1998), Almeida (2014), Bacellar (2005), Bencostta (2005, 2001), Vidal (2005), Nosella e Buffa (2013), Sanfelice (2007), Saviani (2005), Sarges (2010), Oliveira (1903), Burke (2008), Lopes e Galvão (2001), Frago (2001), Delgado (2017), Cândido (2007), Julia (2001), entre outros.

A pesquisa é do tipo documental, no entanto se apoia na pesquisa bibliográfica para dialogar com as fontes documentais coletadas. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...], como livros, artigos, teses, etc”. Para Bacellar (2005, p. 23), a pesquisa de caráter documental, se apoia em documentos escritos, orais, iconográficos, entre outros. Estes documentos auxiliam o pesquisador a encontrar respostas para determinadas questões que pretende investigar. As fontes são materiais utilizados pelo historiador para compreender uma determinada realidade social. Elas permitem nos aproximar do passado, visto que o passado nunca será conhecido plenamente, como afirmam Lopes e Galvão:

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir (2001, p. 77).

Para Bacellar (2005), pesquisar em arquivos é o destino de muitas pessoas que ingressam nas universidades e passam a trabalhar com a história. O autor afirma que é preciso ter muito cuidado ao manusear documentos históricos nos arquivos, principalmente aqueles desgastados pelo tempo, e trabalhar nesses espaços requer paciência e dedicação por parte do pesquisador no que diz respeito a localização das fontes e sua preservação.

Para essa discussão devemos entender que os documentos se apresentam como resquícios de uma dada época; são escritas, imagens, desenhos, mapas, dentre outros impressos que muitas das vezes já se encontram em estado de degradação, por conta do tempo ou da má preservação. Segundo Le Goff (2013) os documentos tornam-se memórias selecionadas, seja pelos poderes que dominavam à época, permitindo o que seria ou não preservadas, ou ainda pela própria degradação do tempo como já dito. Lefebvre afirmava, segundo Lopes e Galvão (2001, p. 80), que “[...] todo documento é mentira, na medida em que só tomamos conhecimento daquilo que o passado quis que fosse memorável”.

Diante disso, é preciso ter cuidado ao se analisar uma fonte documental, para não se cometer o anacronismo. Por este motivo analisar uma fonte é mais do que ler e sentir o que nossos antepassados deixaram, mas é entender que aquela fonte tem uma intencionalidade, para quem escreveu e para quem era destinado.

Sendo assim, a análise das fontes será realizada a partir do que propõem Severino (2007) e Franco (2005), isto é, a análise de conteúdo, pois ela “[...] descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Segundo Franco (2005), a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que nos permite conhecer as fontes mais profundamente, sendo possível identificar quem é o emissor da fonte, pois é a partir dele que poderemos inferir algumas intencionalidades da fonte, dado o contexto social, político e cultural da época, ou seja, entender o “por quê?” da fonte. Depois entender o que a fonte está trazendo, de que forma foi escrita, como as palavras foram empregadas e veiculadas. E por fim, mas não menos importante, identificar para quem foi destinada a fonte, ou seja, o receptor, e quais os efeitos dela no contexto de quem recebeu. Se foi recebida com aceitação ou recusa pelos receptores e o que ela interferiu na vida de cada integrante daquela sociedade.

Para esta pesquisa, foram elencadas algumas categorias prévias de análise, que são grupos escolares, cultura material escolar, festas escolares e criança. Os grupos escolares, como já mencionado, vieram com a intenção de modernizar o ensino primário, para isso os materiais didáticos deveriam despertar nas crianças o interesse pelo objeto do conhecimento. Por exemplo, os livros escolares deveriam ser ilustrados, devendo servir de apoio ao processo ensino aprendizagem. Neste contexto o livro é parte da cultura material escolar e é “concebido como um suporte, um apoio. [...] ele já está pronto, concebido, elaborado, e cabe[ria] ao aluno, ao contatá-lo assimilar o que ele antecipadamente possibilita[ria]” (SILVA, GIORDANI, MENOTTI, 2009, p. 8). As festas escolares mais do que simples cerimônias, comemorações ou festejos, seriam uma extensão da formação republicana das crianças, além de mostrar para a comunidade a face dos grupos escolares. De acordo com Lopes (2006, p. 4366):

As festas escolares como estratégias para visibilidade da escola, como prática formativa dos alunos e expansão da ação educativa escolar tornar-se-iam atividades rotineiras dos grupos escolares, que consolidavam-se como instituições educativas exemplares no interior do aparato escolar [...], destacando a importância, modernidade, zelo e competência da educação nela ministrada.

Para iniciar uma discussão acerca da criança, temos que ter o em mente que o entendimento sobre o que é criança é histórico. Ele se constituiu (e constitui) como conceito a cada movimento da história, a cada mudança social e cultural. Há uma literatura expressiva que nos apresenta a criança em diferentes contextos.

A história da criança é marcada por vários autores sociais, que podem estar vinculados à: medicina, com os sanitaristas, médicos e psicólogos; política, com as ideias governamentais, tanto nacional quanto internacional; igreja (religião), com o intuito de trazer às crianças à luz da religiosidade; e finalmente educacionais. Olhar a criança a partir da concepção educacional pode apresentar-se com algumas complicações. Estudar a criança na primeira república significa dizer que vamos observá-la através de vários ângulos, que são os mesmos já mencionados acima: médico-sanitarista, psicológico, político e religioso.

Souza (1998) aponta que existia uma clara intenção de utilizar os grupos escolares para construir uma nova representação de criança, os grupos reuniram “[...] crianças ricas e pobres sob o mesmo teto e sob uma mesma educação, [para]

prepará-las, adequadamente, para o desempenho de diferentes ocupações na sociedade” (SOUZA, 1998, p. 107).

Em outro texto, Souza, R. F. (2014) afirma que esta educação tinha um compromisso de formar integralmente a criança, que ia muito além dos conhecimentos científicos repassados em sala de aula, mas compreendia uma formação cultural e social. A autora afirma que:

Educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2014, p. 119).

As crianças no regime republicano foram consideradas o futuro da nação. Como tal, deveriam ser instruídas e educadas. Nesse processo, os programas de ensino, as metodologias educacionais, as arquiteturas escolares, as festas, deveriam ser pensadas e organizadas de modo a possibilitar o seu desenvolvimento. Para Monarcha (2006):

Preocupados com a acolhida dos “recém-chegados” à vida republicana – os novos –, os republicanos [...] configuram uma arquitetura escolar caudatária do imaginário da época e promovem, por meio de um discurso elaborado em estilo alto e idealizador – pleno da impressão do novo e do messianismo político –, a construção de uma imagem de criança, subitamente valorizada e representada como herdeira da República recém-instalada (p. 102).

Julgo interessante observarmos alguns significados de criança que se apresentam em diversos dicionários da língua portuguesa. Há, de certa forma, um jogo de palavras sobre a questão. O dicionário Criativo¹ apresenta a criança como um ser humano jovem, em fase de criação. No dicionário Aurélio² a criança comporta os seguintes significados: educação, criação e cria.

Por fim, acho justo e necessário definir a categoria criança, na república, à luz das concepções ideológicas que, ao longo da primeira república, quis construir uma representação de criança para a sociedade republicana. Logo, a criança republicana passar a ser vista como a responsável pela manutenção política-ideológica da nação, dito de outra forma, a criança republicana é a base da estrutura política da pátria

¹Disponível em: <<https://dicionariocriativo.com.br/crian%C3%A7as>>. Acesso em: 05/04/2018.

² Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/crianca>>. Acesso em: 05/04/2018.

brasileira e através dela, principalmente, seria difundida a ordem e o progresso do Brasil.

Percebe-se assim que, para Franco (2005, p.58), “[...] formular categorias, em análise de conteúdo, é, por via de regra, um processo longo, difícil e desafiante. [...] Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição”.

Para entendermos o que representam os Grupos Escolares como instituições educativas, trazemos Saviani (2005), que nos mostra que as instituições educativas foram criadas para atender as necessidades humanas num determinado tempo e lugar, visto que a educação passou a ser sinônimo de desenvolvimento, de civilização. Segundo Saviani (2005, p. 28) as instituições

Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem.

Diante desta discussão, Saviani (2005, p. 29) nos explica que não é qualquer necessidade humana que culminará com a formalização de uma instituição, visto que o ser humano é um ser carente que sempre está necessitando de algo para lhe servir, como podemos observar:

Ainda, se as instituições surgem para satisfazer necessidades humanas, isto não significa que toda e qualquer necessidade humana exige a existência de alguma instituição para ser atendida. Sendo o homem um “ser de carência”, desde sua origem ele se move por necessidades, podendo-se, no limite, considerar que o que se chama desenvolvimento da humanidade se identifica com o processo de satisfação das suas necessidades. (SAVIANI, 2005, p. 29)

Antes de se tornar instituição, a necessidade é realizada de forma espontânea. Quando então, esta necessidade passa a ser algo contínuo perante as comunidades, “[...] coloca-se a exigência de intervenção deliberada, identificando-se as características específicas que diferenciam a atividade em questão das demais atividades às quais se achava ligada” (SAVIANI, 2005, p. 29). Desse modo, ao ocorrer a institucionalização das atividades exercidas, cria-se uma instituição que terá o dever de realizá-la, promovê-la e renová-la a cada dia. Agora em relação ao que diz respeito à Instituição Escolar, “[...] notamos que se trata de uma realidade irreduzível nas

sociedades humanas que se desenvolve, originariamente, de forma espontânea, assistemática, informal” (SAVIANI, 2005, p. 29).

Sarges (2010) nos apresenta de forma bem dinâmica a constituição do Pará como um estado moderno e rico, o que contribuiu para a implantação dos Grupos Escolares no nosso estado, visto que ele já estava sendo difundido no Brasil desde 1893. Assim como os governos trouxeram para a capital do estado do Pará a modernização das ruas e construções suntuosas, a educação também recebeu inovações no que diz respeito às produções de livros escolares e metodologias.

Não podemos esquecer que a cultura escolar, representada na materialidade da escola, apresenta um campo vastíssimo de pesquisa, pois, conforme Vidal (2005), ela mais do que simples objetos ou documentos antigos, são portadores da história de uma instituição escolar e representativos das concepções educacionais da época. Segundo a autora:

Essa intensa materialidade, suporte de uma escrita institucional, profissional ou escolar convive com um conjunto também significativo de objetos e móveis, que se não se apresentam imediatamente como registros documentais do passado, portam vestígios das práticas escolares instituídas historicamente (VIDAL, 2005, p. 4).

A pesquisa documental foi realizada no Arquivo Público do Estado do Pará, localizado na Tv. Campos Sales, nº 273, no Bairro da Campina em Belém-PA, onde tive acesso a um vasto acervo documental dividido em assuntos diversos. As fontes documentais dessa investigação compreendem:

Regulamentos da instrução pública de 1899, 1903 e 1910: nestes documentos encontram-se as regulamentações da educação pública e privada. Eles apresentam informações referentes à obrigatoriedade do ensino, deveres das instituições escolares, dos professores e dos alunos, abordam como deveriam ser realizadas as matrículas nas instituições escolares, entre outros assuntos.

Relatórios da diretora do 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1909 e 1910): estes relatórios eram redigidos pela diretora do grupo escolar e deveriam ser entregues ao governo do estado. Neles eram discutidos e apresentados tudo o que de mais significativo poderia ter acontecido no grupo durante o ano letivo, como o estado de conservação do prédio, os exames de passagem de ano e de aquisição do diploma primário e a premiação de alunos.

Relatórios dos inspetores do ensino (1904, 1905, 1906): Esses relatórios trazem informações sobre matrícula e frequência dos grupos escolares, condições

físicas e materiais, o trabalho administrativo e pedagógico. Estes inspetores seriam os “olhos” do governo em todas as instituições educativas do estado.

Na Biblioteca Arthur Viana (CENTUR), localizada na Av. Gentil Bitencourt, nº 650, no bairro da Batista Campos em Belém, no Setor de Microfilmagem foram localizados os jornais Folha do Norte(1910), Província do Pará(1905) e Diário Oficial (1902, 1903):

Diário Oficial: jornal criado em 1890 através do decreto de nº 137 assinado pelo governador Justo Leite Chermont, começou a circular de fato em 11 de junho de 1891. Neste espaço encontram-se decretos, portarias, regulamentos sobre a instrução pública no Pará.

Os jornais são essenciais para a pesquisa histórica. Eles têm se configurado como fontes para compreendermos a sociedade e o contexto social. Os jornais podem trazer informações que muitas vezes não encontramos nas fontes oficiais. Logo entende-se que

[...] particularmente a imprensa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros (BEZERRILL, 2011, p. 3).

Consultei também fontes na biblioteca virtual *Center for Research Libraries: global resources network*. O Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL, no inglês) é um consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas de pesquisa independentes. Fundada em 1949, a CRL apoia a pesquisa e o ensino inspirado nas ciências humanas e ciências sociais, preservando e disponibilizando aos estudiosos uma riqueza de materiais raros de todas as regiões do mundo. Está sediada na cidade de Chicago, em Illinois-EUA. Nela encontrei:

Mensagens do governo do estado de Paes de Carvalho (1899), Augusto Montenegro (1907) e João Coelho (1910): Essas mensagens eram redigidas com o intuito de apresentar ao Congresso do Estado do Pará os feitos do governo paraense, como: criação de grupos escolares, extinção de escolas isoladas, compra de prédios, entre outros.

Este texto de dissertação compreende 5 seções: Na primeira seção, a introdução, abordo o interesse pelo objeto do estudo, o problema da investigação, o objetivo geral e específicos, o percurso teórico e metodológico. Na segunda seção

“*Origem e implementação do 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”*”, focalizo como se deu a criação do 5º Grupo Escolar da Capital, destacando como esse grupo engajou-se no processo de modernização. Apresento dados de matrícula e das aulas.

Na terceira seção “*Os Rituais Escolares no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco*”, abordo os rituais que marcaram o cotidiano do grupo escolar, como aniversário da escola, exposição de trabalhos, exames escolares, e desfiles escolares. Essas cerimônias têm muito a dizer sobre a concepção republicana de educação pensada pelos governantes da época

Na quarta seção “*A cultura material escolar no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco*”. Abordo o prédio escolar como um espaço de cultura que educa pessoas, bem como um livro escolar, como formador do sentimento patriótico.

Por fim, na quinta seção, as considerações finais, apresento os resultados da investigação, bem com pistas para futuras investigações.

2. ORIGEM E IMPLEMENTAÇÃO DO 5º GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO”

Segundo Souza, R. F. (2014), no fim do século XIX os governistas republicanos implantaram em São Paulo, no ano de 1893, um modelo escolar considerado moderno para a época. A criação dos grupos escolares marcou a renovação da era republicana, promovendo uma formação mais eficiente aos professores, a introdução de métodos ligados à prática e experiência, e espaços bem mais organizados para o funcionamento dessas instituições. Nesse sentido,

No âmbito das instituições escolares, a criação dos grupos escolares foi o marco da modernização educacional paulista. A superioridade organizacional e material dos grupos escolares fez com que fossem considerados estabelecimentos escolares arquetípicos do que de melhor havia no ensino público primário (SOUZA, R. F., 2014, p. 105).

Ainda conforme Souza, R. F. (2014), no século XX os grupos escolares difundiram-se por todo o Brasil, tornando-se um modelo de instituição que deveria acompanhar o “[...] processo de urbanização e democratização do ensino público” (SOUZA, R. F., 2014, p. 109). Esta expansão escolar se deu inicialmente no estado de São Paulo, reunindo características das escolas graduadas, que eram instituições modelos que já funcionavam em países europeus e nos Estados Unidos.

O estado do Pará na primeira república manteve relações comerciais com países europeus, principalmente com a França, buscando divulgar produtos agrícolas e manufatureiros. Isso favoreceu uma intensa relação entre esse estado e a França no que tange a questões econômicas, culturais e educacionais. Segue um trecho da fala do governador Dr. José Paes de Carvalho que discursa sobre a criação de um espaço comercial em Paris, que serviria para exposição de produtos paraenses:

Já vos fiz uma vez a indicação, que de novo submeto à vosso exame, de criar-se na Europa um serviço modesto e prático de propaganda em favor de nossos interesses. Aproximando-se o momento da grande exposição universal de 1900, urge que nos ocupemos de criar com base daquele serviço uma Câmara de Comércio, em Paris, que a um tempo seja um centro de informações exatas, gratuitamente fornecidas ao Comércio, aos industriais de toda a espécie, aos capitalistas, e o lugar de permanente exibição de nossos produtos extrativos, agrícolas e manufatureiros (PARÁ, Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 50).

As relações estabelecidas entre o Brasil e os países considerados mais desenvolvidos contribuíram para a modernização do país. Cada estado brasileiro deveria modernizar o seu sistema de transporte, de saúde, de comércio e de

educação. Pensadores da história da modernidade influenciaram a elite política e intelectual do Pará.

A ciência moderna representada por figuras ilustres como Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Augusto Comte (1798-1857) foi essencial para a consolidação do pensamento científico moderno que viria a servir de base para a formalização de uma sociedade mundial nas bases da modernidade. Difundido em muitos outros países do mundo, o pensamento moderno chegou ao Brasil por meio de relações sociais, comerciais e educacionais estabelecidas com países europeus, permitindo uma transformação gradativa na sociedade.

Segundo Sarges (2010), em meados do século XIX e nos primórdios do século XX, o Brasil seria alvo de mudanças políticas e ideológicas, que culminaria na “[...] transformação do espaço público, do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana” (SARGES, 2010, p. 27). Belém seria uma dessas cidades que estariam adaptando-se aos novos costumes, muitos deles introduzidos por países europeus. Sendo assim,

[...] a cidade de Belém do Pará apresentaria, assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente. (SARGES, 2010, p. 33).

Diante disto, segundo Oliveira(2016) o pensamento moderno veio romper com o pensamento medieval/teológico, haja vista os abalos sofridos devido a fatores que foram capazes de enfraquecer a racionalidade teológica, como por exemplo, o advento do protestantismo. Em contraponto ao conhecimento pela fé e a revelação divina, o pensamento moderno coloca a subjetividade como um princípio norteador para a construção do conhecimento, “[...] por meio da liberdade da subjetividade, do livre-arbítrio no pensar e agir do ser humano” (OLIVEIRA, 2016, p. 53).

Além de contribuições para o desenvolvimento intelectual da sociedade, a modernidade trouxe para o Pará, e principalmente para a cidade de Belém, sua capital, inúmeras transformações como construções grandiosas, que mostravam essa modernização.

. A chamada *Belle Époque* (do francês bela época) retrata de forma significativa esse desenvolvimento que a modernidade trouxe ao Pará, como afirma Sarges (2010, p. 27, p. 113):

No final do século XIX e início do XX, assistiu-se, na sociedade brasileira, à transformação do espaço público, do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana, cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada.

Em 1912, foi inaugurado o Cinema Olímpia “com vasto e agradável salão de projeção e outro de concerto e de espera”, transformado em local de lazer da pequena burguesia. Os “coronéis da borracha” davam-se ao prazer de ter suas cocottes (prostitutas de luxo), muitas delas europeias, como “Panchita” (espanhola), “Raito de Ouro” (espanhola), Margot (francesa), frequentadoras das sessões das sextas-feiras do Cinema Olímpia, onde exibiam os vestidos luxuosos que mandavam buscar na Europa e joias da Casa Krause.

Com o estado engajado no processo de modernização urbana, construções arquitetônicas como o Teatro da Paz (imagem abaixo) e a criação de uma linha de transportes modernos utilizando bondes, também passaram a fazer parte do cotidiano na capital, a fim de se parecerem com os países europeus, como afirma Sarges (2010, p. 114):

A riqueza criada pelo látex também contribuiu para uma reorganização do espaço urbano, sempre em função do mercado especializado da borracha. Esse reflexo se expressa na construção de prédios como o Teatro da Paz, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso, o Palacete Bolonha, o Palacete Pinho, a criação de uma linha de bondes, a instalação de bancos e companhias seguradoras, estas últimas intimamente ligadas ao sistema financeiro estabelecido na região.

Imagem 1: **Teatro da Paz.**



Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>

As instituições escolares também seriam exemplos da modernização. Os grupos escolares ganhavam construções arquitetônicas e luxuosas em muitos estados brasileiros, principalmente em suas capitais. O 5º grupo escolar Barão do Rio Branco foi um destes grupos da capital que foi instalado em um prédio moderno, o qual abordarei mais adiante. Todo o espaço escolar foi pensado com o intuito modernizar a educação que o governo tentava trazer para o Pará, assim como em outros estados, com bem aborda o trecho a seguir:

O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 43)

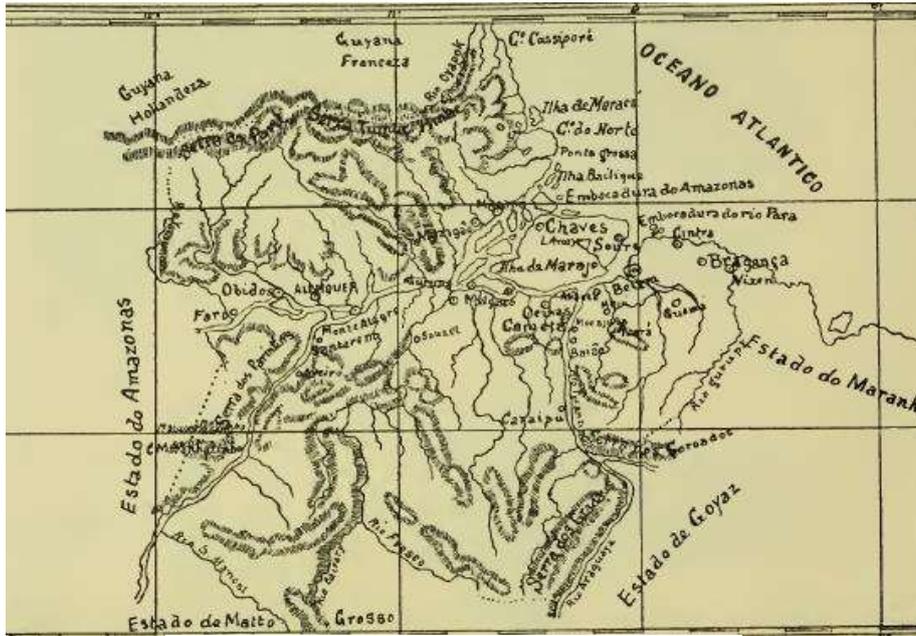
Nesta primeira sessão trago para discussão alguns aspectos da modernidade presente no ensino primário no Pará. Abordo a criação e implantação do 5º grupo escolar da capital, nomeado Barão do Rio Branco no ano de 1906, destacando a preocupação dos governos paraenses em prol do desenvolvimento educacional com o intuito de tornar o estado do Pará um dos mais desenvolvidos do Brasil.

O 5º grupo escolar Barão do Rio Branco viria a se tornar um símbolo do que se pensava enquanto projeto moderno de educação: civilizado, republicano e seguindo os preceitos da ciência.

2.1. O Pará e o processo de criação e implantação dos grupos escolares

O Pará nos anos de 1899 a 1903, conforme Oliveira(1903), era um estado de grande extensão territorial, considerado maior que muitos países da Europa. Sua superfície era em torno de 1.149.712 km² quadrados, sendo maior que França, Alemanha, Suíça e Holanda. Seus limites territoriais compreendiam ao norte, as Guianas francesa, holandesa e inglesa; ao sul, os estados de Goiás e Mato grosso, a leste o Oceano Atlântico e o estado do Maranhão, a oeste o estado do Amazonas. Em 1900, segundo Sarges (2010) o Pará possuía uma população em torno de 445.356 habitantes e o principal meio de exportação era a borracha, cacau, castanha e fumo. A economia contribuiria significativamente para o desenvolvimento do estado.

Imagem 2: Mapa do Pará.



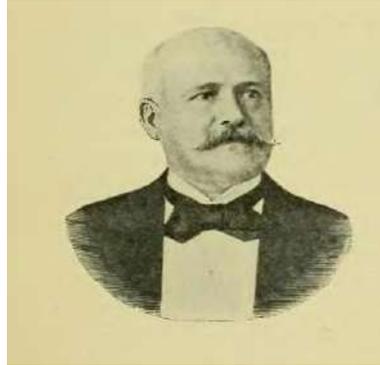
Fonte: OLIVEIRA, 1903.

O 5º grupo escolar foi instalado em Belém, capital do Pará em 1902. Por ser a capital, a cidade de Belém foi agraciada com muitas obras que contribuíam com o embelezamento da cidade. Em 1900 era em torno de 96.560 habitantes na referida cidade, conforme aponta Sarges (2010), a população de Belém.

A modernização da educação já se fazia presente no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Segundo Nery (2013) no séc. XIX houve no Pará debates sobre a escolarização da população, tendo o governo provincial expedido várias medidas com o objetivo de fomentar esse propósito.

Em 1899 tem-se início ao processo de implantação dos grupos escolares no estado do Pará pelo governador Dr. José Paes de Carvalho. Esse governador era médico humanista, formado em Lisboa, atuou como médico na Santa Casa de Misericórdia do Pará e foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará (1886), que tinha como ideais difundir o pensamento republicano na Província do Pará. Se tornou político sendo inicialmente senador no ano de 1890 e posteriormente governador do Pará entre os anos de 1897 a 1899 (BRASIL; MIRANDA, ABREU JR, 2013).

Imagem 3: Dr. José Paes de Carvalho



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

Foi no governo de José Paes de Carvalho que foram criados e implantados os primeiros grupos escolares no Pará. Com o decreto de nº 625, de 02 de janeiro de 1899, o ensino primário passou a ser ofertado em grupos escolares, responsáveis por transmitir às crianças o ensino primário. Abaixo segue um pequeno trecho do decreto:

O Governo do Estado usando da autorização que lhe foi concedida pela lei n. 593 de 25 de Junho do ano findo, resolve decretar a reforma do ensino primário do Estado, mandando que se observe o *Regulamento Geral do Ensino Primário* que com este baixa.

[...] Art. 84 – Nos distritos escolares da capital e nas sedes dos municípios nos quais houver pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reuni-las e fazê-las funcionar em um só prédio³ (PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p. 04, 24).

Os grupos escolares foram criados com intuito de modernizar à educação do estado, sendo a educação considerada por Dr. José Paes de Carvalho como um ramo da administração que deveria estar livre dos poderes do estado, permitindo que somente as doutrinas e os métodos, neste caso os do pensamento moderno, orientassem os processos educacionais no Pará. E o governador ainda complementa:

Essa concorrência, que jamais deverá exercitar-se ferindo os preceitos da moral comum, permitiria o advento dos sistemas mais adequados ao conjunto das leis da inteligência e às necessidades práticas da existência. Entretanto o governo ainda é obrigado e será por muito tempo ainda, a intervir nesta matéria, porque infelizmente ainda bem pouco se pode esperar da iniciativa individual ou coletiva (PARÁ. Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 48).

Segundo Oliveira(2016), para essa nova construção do pensamento que a modernidade estava apresentando, define-se o racionalismo como umas das principais características do pensamento moderno, sendo o método o meio de se alcançar o verdadeiro conhecimento nas escolas.

³ As citações, quando houver necessidade, serão adaptadas à atual norma padrão da língua portuguesa.

Sendo assim, o governador Dr. José Paes de Carvalho em seus discursos sobre a educação se mostrava adepto do pensamento moderno, considerando-o capaz de mostrar as verdades da ciência para os alunos das escolas primárias. Não era somente o ensino primário que recebia as atenções do governo de Paes de Carvalho, ele também tinha como meta expandir a modernização para a reorganização da Escola Prática de Agricultura e a Escola Prática de Comércio e Contabilidade. Abaixo, destaco outro trecho da fala do governador, discursando sobre a importância da ciência moderna:

Deste ponto de vista, que é real, ao qual a autoridade governamental, queira ou não, tem de submeter-se, desde os primeiros dias de minha administração defendi a conveniência de guiar-se essa intervenção necessária: 1.º pelo característico do ensino moderno, qual é o de proporcionar aos educandos todos os meios que os familiarizem com as verdades da ciência e a manifesta utilidade de suas aplicações; 2.º pela eficácia da ação combinada do Poder Público com a iniciativa privada (PARÁ. Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 48).

O governo do Pará, vez ou outra enviava especialistas da área da educação para viagens à países europeus, com o intuito de apreender o que de mais moderno e eficiente havia nos ramos da educação estrangeira e assim garantir a eficácia do processo educacional. Estas viagens também serviriam para conhecer as produções e publicações de livros no exterior, com a finalidade de contribuir com as publicações de livros paraenses para serem utilizados nas escolas. O Dr. Paulino de Almeida Brito em 1900 foi autorizado pelo governo a passar seis meses na Europa para conhecer o processo de produção de livros didáticos para as escolares elementares. Abaixo segue um trecho retirado do Diário Oficial autorizando a sua viagem.

Expediente do secretário

Secretária do Estado do Pará – Belém, 4 de julho de 1900 – Sr. Dr. Chefe de segurança.

Comunico-vos, para os devidos fins, que Sr. Dr. Governador do Estado, resolveu comissionar o Dr. Paulino d'Almeida Britto, durante 6 meses, para ir à Europa estudar assuntos relativos a instrução primária e iniciar a publicação de uma série de livros elementares com que deseja metodizar o ensino entre nós, devendo durante aquele tempo ser-lhe abonado o ordenado de cargo de secretário desse estabelecimento e ficar a respectiva gratificação em favor de seu substituto – Saúde e fraternidade.

Augusto Olympio de Araujo e Souza.

(PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, 4 de julho de 1900, p.04).

Com todo este aparato especial, o governador buscava a modernização da educação, através de professores mais qualificados, materiais escolares de qualidade, um currículo que satisfizesse o novo pensamento em vigor. Almejava que

o Pará se tornasse um dos mais conceituados estados do Brasil, dispondo-se assim de um programa educacional que satisfizesse o momento histórico que estava sendo vivenciado, conforme afirma Dr. José Paes de Carvalho:

Dispondo assim de um programa que satisfaz as exigências do moderníssimo ensino profissional, armado de um pessoal docente de competência comprovada e que fiz contratar em meios onde os poderia achar na altura das nossas necessidades, instalado já o novo edifício que preenche satisfatoriamente as suas exigências materiais, podemos afirmar que dentro de pouco tempo, que permita-lhe o funcionamento perfeito, possuiremos o primeiro e mais importante estabelecimento de ensino profissional da América do Sul (PARÁ. Mensagem de 1º de fevereiro de 1900, p. 60).

Diante deste quadro educacional, o governo instituiu em 11 de julho de 1900, por meio do decreto de nº 874 um Congresso Pedagógico que se destinava ao desenvolvimento do ensino público, funcionando em sessões que duravam em torno de 20 dias, podendo se estender por mais 10 dias. Este congresso era formado por 65 membros, entre *natos*, que eram os participantes não eleitos, e os *eletivos*, que eram os eleitos como o próprio nome sugere. Entre os participantes natos estavam o delegado do governador perante o conselho superior de instrução pública, os inspetores de ensino, o lente de pedagogia e legislação do ensino da Escola Normal, o diretor geral do serviço sanitário, o diretor geral das obras e trabalhos públicos, o diretor do museu e o diretor da biblioteca pública. Entre os membros eletivos, estavam 31 representantes do magistério público primário, 3 representantes do magistério primário particular, 1 representante do Liceu Paraense, 1 representante da Escola Normal, 1 representante do Instituto Lauro Sodré, 1 representante do Liceu Benjamin Constant, 1 representante do Instituto Gentil Binttencourt, 1 representante do Instituto Carlos Gomes, 1 representante da Escola Belas Artes, 1 representante do Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho e 1 representante da Escola Prática de Comércio. As reuniões do Congresso Pedagógico discutiam:

- a) Assuntos sobre o ensino público em todas as suas ramificações;
- b) Medidas importantes tendentes ao progresso e levantamento da instrução pública;
- c) Pontos duvidosos ou omissos nas leis que regiam o ensino público;
- d) Os direitos dos professores e medidas proveitosas para o seu bem estar e o bom proveito da missão de professor. (PARÁ, Decreto para a Instrução Pública de n. 874 de 11 de julho de 1900, p. 234).

O principal papel deste Congresso era discutir pautas relacionadas ao ensino público. As discussões diziam respeito às metodologias de ensino, às disciplinas, o material escolar, bem como a destinação dos fundos financeiros para a educação,

entre outras questões, com o intuito de contribuir para o avanço e melhoria do ensino público. Muitos discursos fizeram parte das reuniões deste Congresso, defendendo a modernização da educação.

A educação não seria alvo de discursos modernos somente dos intelectuais da educação, mas também de representantes das áreas sanitaristas. Percebe-se durante parte do período imperial brasileiro um crescimento da importância da higienização da população, visto que vários especialistas da modernidade passaram a discutir ativamente a vida da população e os rumos mais “corretos” que esta deveria tomar, para que assim se mantivesse um estado moderno, em ordem e progresso.

Um dos exemplos destes discursos médicos na educação se encontra no próprio decreto de nº 625/1899, que cria os grupos escolares, onde informa que os alunos que não estivessem bem de saúde, por conta de doenças contagiosas, estariam impedidos de se matricular nos grupos escolares. O trecho abaixo do decreto nº 625/1899 demonstra com clareza:

SEÇÃO V

Art. 124 – Não serão admitidos à matrícula:

[...] e) os que sofrerem de moléstias contagiosas ou repugnantes;

d) os que não provarem haverem sido vacinados, ou terem sido afetados de varíola (PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.33).

Como podemos ver, havia uma preocupação com o combate às doenças contagiosas como varíola e febre amarela, neste sentido os discursos médicos vinham com o intuito de ajudar a contribuir com a prevenção dessas doenças, impedindo-as de se propagarem. A varíola foi uma doença que acometeu muitas pessoas da população paraense e existiam políticas no combate à ela. Decretos e portarias muitas das vezes eram promulgados evidenciando esta preocupação:

Declarando que fica ciente, pelo seu ofício de 29 deste mês, das providencias que deu no sentido de isolar o indivíduo atacado de varíola, que existia no quilômetro 51 da estrada de ferro de Bragança, e de ter mandado proceder à vacinação e “revacinação” de todas as pessoas residentes naquela localidade (PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, 4 de janeiro de 1900, p.03).

Foi neste contexto, marcado pelos discursos da modernidade, que foram criados os grupos escolares no Pará. Eles representavam aquilo que o governo paraense esperava a respeito do civismo, patriotismo e modernização social. Os professores dos grupos escolares teriam a responsabilidade de formar as crianças para que no futuro o Pará respirasse civilidade e moral republicana e em Belém, o 5º grupo escolar seria uma das grandes representações deste novo pensamento.

2.2. A criação do 5º grupo escolar em Belém do Pará

Após o governo de José Paes de Carvalho terminar, o governador que o sucedeu foi o Dr. Augusto Montenegro, político e advogado paraense, responsável pela lei que criou os municípios de Amapá e Montenegro, territórios de domínio francês até 1899 (OLIVEIRA, 1903).

Imagem 4: Dr. Augusto Montenegro



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

Quando Augusto Montenegro assume o governo em 1901, inicia-se um processo de expansão dos grupos escolares no estado. Por volta do início do ano de 1902 o governador Augusto Montenegro nomeou uma comissão de professores, chefiada pelo Dr. Desembargador Augusto Olympio, que ficou responsável de verificar na classe dos professores do estado se a opinião do governador sobre a proposta educacional vigente naquele momento convergia com a do professorado, para que assim pudessem preparar uma nova organização do ensino, a qual se faria na lei n. 834/1903, que reorganizou o ensino primário no estado do Pará.

Antes da posse de Augusto Montenegro haviam 8 grupos escolares criados em todo o estado do Pará, ainda na administração do Dr. Paes de Carvalho. Eram 7 grupos no interior e 1 na capital, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3: Grupos escolares criados no governo Paes de Carvalho.

Governo do Dr. Paes de Carvalho	
Grupo	Decreto de Criação
Grupo José Veríssimo	Dec. Nº 935, de 7 de janeiro de 1901.
Grupo de Soure	Dec. Nº 807, de 28 de junho de 1900.

Grupo de Curuçá	Dec. Nº 806, de 22 de janeiro de 1900.
Grupo de Bragança	Dec. Nº 805, de 22 de janeiro de 1900.
Grupo de Alemquer	Dec. Nº 722, de 10 de julho de 1899.
Grupo de Santarém	Dec. Nº 832, de 3 de abril de 1900.
Grupo de Cametá	Dec. Nº 896, de 19 de setembro de 1900.
Grupo de Óbidos	Dec. Nº 941, de 23 de janeiro de 1901.

Fonte: PARÁ, Mensagem de 7 de setembro de 1907, p.26.

Com a proposta do governo de Augusto Montenegro em expandir os grupos escolares no estado, durante a sua administração conseguiu contabilizar um total de 36 grupos em todo o Pará até o ano de 1908. O seu programa educacional de governo consistia em:

a) reunir as escolas em grupos nos centros mais povoados; b) suprimir por inúteis as escolas de lugares e povoados, guardando as sedes de municípios e as das vilas mais importantes em que grupos não pudessem ser constituídos; c) dotar grupos e escolas restantes de bom material escolar; d) fundar alguns internatos em torno dos quais se constituíssem externatos que servissem de centro para a população escolar; e) organizar uma inspeção escolar que oferecesse todas as condições de idoneidade e praticabilidade (PARÁ. Mensagem de 7 de setembro de 1907, p. 26).

Seguindo o plano de expansão dos grupos, o governo Augusto Montenegro cria mais grupos escolares e com o decreto de nº 1.423 de 12 de janeiro de 1906, ele dá numeração aos grupos que estavam instalados na capital paraense. Abaixo segue o quadro dos grupos escolares criados no governo Augusto Montenegro e os grupos da capital com as suas respectivas numerações:

Quadro 4: Grupos escolares criados no governo de Augusto Montenegro.

Governo do Dr. Augusto Montenegro	
Grupo	Decreto de Criação
4º Grupo Escolar (José Verissimo)	Criado no governo de Paes de Carvalho (Ver quadro 1). Recebe numeração a partir do decreto nº1.423/1906.
Grupo de Maracanã	Dec. Nº 1.009, de 4 de maio de 1901.
.6º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.029, de 8 de junho de 1901.
Grupo de Vigia	Dec. Nº 1.057, de 31 de julho de 1901.
2º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.067, de 12 de agosto de 1901.
1º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.133, de 22 de março de 1902.
5º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.133, de 22 de março de 1902.
Grupo de Marapanim	Dec. Nº 1.180, de 22 de dezembro de 1902.
3º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.190, de 7 fevereiro de 1903 (desanexado da Escola Normal pelo dec. Nº 1.413, de 12 de janeiro de 1906).
Grupo de Abaeté	Dec. Nº 1.195, de 9 de março de 1903.
Grupo de Castanhal	Dec. Nº 1.276, de 6 de fevereiro de 1904.
Grupo de Baião	Dec. Nº 1.288, de 18 de março de 1904.
Grupo de Igarapé-Miri	Dec. Nº 1.294, de 6 de abril de 1904.
Grupo de Pinheiro	Dec. Nº 1.295, de 8 de abril de 1904.
Grupo de Muaná	Dec. Nº 1.299, de 23 de abril de 1904.
Grupo de Mosqueiro	Dec. Nº 1.319, de 4 de julho de 1904.

Grupo de Mocajuba	Dec. Nº 1.345, de 24 de dezembro de 1904.
Grupo de Santa Izabel	Dec. Nº 1.370, de 6 abril de 1905.
Grupo de Faro	Dec. Nº 1.378, de 8 de junho de 1905.
7º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.409, de 9 de janeiro de 1906.
Grupo de Gurupá	Dec. Nº 1.443, de 9 de julho de 1906.
Grupo de Mojú	Dec. Nº 1.477, de 2 de janeiro de 1907.
Grupo de Vizeu	Dec. Nº 1.478, de 7 de janeiro de 1907.
Grupo de São Caetano de Odivelas	Dec. Nº 1.484, de 26 de janeiro de 1907.
Grupo de Igarapé-Açú	Dec. Nº 1.517, de 26 de junho de 1907.

Fonte: PARÁ, Mensagem de 7 de setembro de 1907, p.27.

Na capital, a organização espacial dos grupos escolares compreendia as áreas que pudessem abranger a maior quantidade de aluno possíveis, para que assim alcançassem um número de matrículas significativo. Os grupos da capital, de acordo com Feitosa (1987), localizavam-se nos seguintes endereços:

Quadro 5: Grupos Escolares de Belém.

Grupo	Endereço
1º Grupo Escolar	Rua Siqueira Mendes
2º Grupo Escolar	Trav. Benjamin Constant
3º Grupo Escolar	Rua Santo Antonio
4º Grupo Escolar	Rua Padre Prudêncio, entre Av. Conselheiro Furtado e Praça Batista Campos (atual Rua Presidente Pernambuco)
5º Grupo Escolar	Av. Nazaré
6º Grupo Escolar	Praça Santa Luzia

7º Grupo Escolar	Trav. Angustura, entre as Avenidas 25 de Setembro e Alm. Barroso.
------------------	---

Fonte: FEITOSA, 1987.

Nos anos iniciais das instalações dos grupos escolares, o governo comumente alugava prédios para sediar essas instituições. É o caso do 5º grupo escolar, que antes de ter espaço próprio, ficou sediado no Palacete do Sr. Francisco Acácio Correia, o Barão de Guamá, localizado à Av. Nazaré. Abaixo segue a imagem do Palacete que abrigou inicialmente o 5º grupo escolar, que nos dias atuais funciona a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM).

Imagem 5: Prédio onde foi instalado o 5º grupo escolar.



Fonte: FEITOSA, 1987.

A imagem acima é do prédio alugado para ser instalado o 5º grupo escolar. Segundo o governador Augusto Montenegro o palacete do Barão de Guamá possuía uma boa estrutura e conservação. Poucas adaptações foram necessárias no momento em que o governo decidiu alugar o prédio para instalar o 5º grupo. Foram feitos serviços como pintura externa e a construção de mais banheiros. Durante os anos de 1905 e 1906, pequenos reparos foram feitos para melhor adaptarem o prédio para funcionar o grupo. Ainda no ano de 1906, o governo de Augusto Montenegro adquiriu para o Estado, um excelente prédio, localizado na Av. Generalíssimo Deodoro, esquina com S. Braz (hoje Av. Braz de Aguiar) pelo valor de 5.000 libras, que viria a ser o novo espaço do 5º grupo escolar no ano de 1907. A seguir trago uma imagem do prédio em questão:

Imagem 6: Prédio adquirido pelo governo do estado para sediar o 5º grupo escolar em 1907.



Fonte: FEITOSA, 1987.

2.3. O cotidiano do 5º Grupo Escolar: Professores, matrículas, aulas e exames

Na época, conforme aponta o decreto nº 625/1899, os professores do ensino primário estavam divididos em quatro classes: efetivos, em comissão, interinos e substitutos. Os efetivos eram aqueles titulados pela Escola Normal, os considerados em comissão eram os que passavam a reger provisoriamente escolas de classe superior que estivessem vagas; os interinos eram normalistas nomeados para regerem interinamente escolas vagas, ou cidadão não titulado no mesmo caso, e finalmente os substitutos, que eram os que substituíam os professores efetivos e adjuntos efetivos, durante os seus impedimentos.

Outra classe também é mencionada no regulamento de 1899, os professores adjuntos. Segundo Souza (1998), os adjuntos eram os professores dos grupos escolares que haviam sido “recrutados” das escolas isoladas, principalmente quando estas eram extintas e reunidas em grupos e das escolas complementares, sendo que geralmente eram formados pela Escola Normal. Eles normalmente estavam associados à uma cadeira específica e tinham caráter permanente dentro da instituição, caso não fossem demitidos.

As nomeações dos professores do 5º grupo escolar eram feitas pelo Governador do Estado, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino, como se vê no Art. 152 do Regulamento da Instrução Pública de 2 de janeiro de 1899:

Art.152. ---As nomeações dos professores ou adjuntos efetivos, interinos ou em-comissão serão feitas pelo Governador do Estado, mediante proposta do Diretor Geral.
 §Único. As nomeações dos substitutos serão feitas pelo Diretor Geral, ou pelos Inspetores do ensino com aprovação d'este.
 (PARÁ. Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.40)

Para exercer efetivamente o magistério público no Estado, era preciso reunir as seguintes exigências de acordo com o regulamento da instrução pública primária nº 625/1899:

- a) Ser cidadão brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Não ter sido condenado e nem estar em processo de julgamento por crimes contra a moral e às leis da República;
- c) Não sofrer de doença contagiosa, nem ter nenhum tipo de “defeito físico” que impedisse ou dificultasse o professor de exercer sua profissão;
- d) Ter mais de 18 anos de idade sendo mulheres e ter 20 anos sendo homem.
- e) Ser titulado pela Escola Normal do Estado do Pará;
- f) Não ter sido condenado a perda da cadeira.

Tinham preferência para serem professores das escolas elementares, os que contemplassem as seguintes exigências:

- a) Os normalistas que já tivessem regido escolas elementares, mas de entrância⁴ inferior, sendo verificado:
 - a.i) O tempo de atuação na entrância;
 - a.ii) A nota do diploma de normalista;
 - a.iii) O tempo no magistério.
- b) Os adjuntos normalistas, verificando:
 - b.i) A superioridade da entrância a que pertencerem;
 - b.ii) A nota do diploma da escola normal;
 - b.iii) O tempo no magistério.
- c) Os normalistas que ainda não tivessem exercido o magistério público:
 - c.i) A nota do diploma;
 - c.ii) A média de aproveitamento durante o curso normal;
 - c.iii) O tempo de diplomado.

⁴Entrância consiste na classificação administrativa das comarcas, e tem por objetivo evidenciar as características da região onde esta está instalada. Significa que, quanto maior a cidade, a

As vagas de adjuntos também eram preenchidas através da concorrência entre os normalistas, baseando-se na:

- a) Nota do diploma;
- b) Média geral de aproveitamento durante o curso normal;
- c) Idade.

(PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.40)

Sobre os deveres dos professores, eles deveriam cumprir uma série de obrigações estabelecidas no regimento interno, além de algumas específicas do decreto, como exemplo:

- i) Comparecer com pontualidade às aulas;
- ii) Manter a ordem e disciplina na escola;
- iii) Esforçar-se para que os alunos devolvam a inteligência;
- iv) Esgotar os meios básicos antes de aplicar aos alunos qualquer correção disciplinar, e sempre, se for o caso, usá-la com moderação e critério;
- v) Fazer vacinar até 30 dias a partir da data de matrícula, os alunos que ainda não tivessem sido vacinados;
- vi) Organizar os mapas de matrícula e frequência trimestralmente em duas vias;
- vii) “[...] *Prestar as informações que lhe forem exigidas pelas autoridades do ensino e franquear a escola às pessoas que a quiserem visitar.*”(PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.47)
- viii) Zelar pela conservação dos materiais escolares;
- ix) Cumprir as ordens superiores;

Ainda sobre os deveres dos professores, o artigo 190 é minucioso ao expressar o que era vedado ao professor. Segue o trecho retirado do decreto:

- Art.190. --- É expressamente vedado ao professor:
1. Residir fora da sede da escola e ausentar-se da mesma sem licença nos dias letivos.
 2. Advogar, comerciar ou exercer qualquer indústria, ofício ou profissão incompatível com o exercício de suas funções.
 3. Dirigir-se diretamente ao Governador do Estado, salvo o caso de queixa ou reclamação contra atos do Diretor Geral ou Conselho Superior.
 4. Infringir castigos físicos aos alunos.

5. Ocupar-se ou ocupar os alunos durante as horas da aula em misteres⁵ estranhos ao ensino. (PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.47-8)

Como mencionado, os professores tinham responsabilidades sobre as matrículas nos grupos escolares que lecionavam. Nos períodos iniciais da instalação dos grupos escolares, as frequências de alunos estiveram em conformidade com aquilo que o governo esperava alcançar. A quantidade de alunos matriculados nos 5 grupos escolares criados até 1902, eram de 2626 alunos ultrapassando o número de alunos matriculados nas 20 escolas isoladas da capital, conforme o quadro a seguir:

Quadro 6: Matrícula Escolar em 30 de Junho de 1902.

Instituição	Matriculados
Grupos Escolares	2626
Escolas Isoladas	2027
Escola Modelo	280
Interior	1270
Total	6203

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1902, p. 35

Já em 1903, vemos um grande crescimento da matrícula de alunos nos grupos escolares da capital. Algumas escolas isoladas já haviam sido extintas e novos grupos criados ou em fase de implantação. Conforme o quadro a seguir, percebemos este crescimento:

Quadro 7: Matrícula Escolar por volta de Agosto de 1903.

Instituição	Matriculados
Grupos Escolares	2092
Escolas Isoladas	634
Total	2726

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1903, p. 34

A cada ano que passava, os grupos escolares vinham ganhando mais matrículas de alunos. No ano de 1904 a quantidade de frequência dos alunos já era bastante

⁵ Palavra que significa basicamente “obrigações”, ofício, coisa necessária (Mini Aurélio, p.465).

expressiva, com um total de 6.591 alunos nos grupos escolares de todo o Pará, sendo 3.132 só nos grupos da capital. O 5º Grupo Escolar da capital foi um dos grupos escolares com maior número de alunos matriculados e frequentando as aulas, sendo ultrapassado apenas pelo grupo localizado à Praça Santa Luzia conforme o quadro a seguir:

Quadro 8: Matrícula Escolar de 30 de junho de 1904.

Instituição	Matriculados
Grupo Escolar do 1º Distrito	476
Grupo Escolar do 2º Distrito	446
Grupo Escolar anexo à Escola Normal	342
Grupo Escolar José Verissimo	602
<i>Grupo Escolar à Avenida Nazaré</i>	607
Grupo Escolar à Praça Santa Luzia	659
Total	3132

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1904, p. 47

No ano de 1905, o 5º grupo escolar já era o grupo com a maior quantidade de alunos matriculados, mantendo-se em uma espécie de competição com o grupo localizado na Praça Santa Luzia. Como já mencionado anteriormente, o prédio alugado para funcionar o grupo desempenhou um grande papel na acolhida aos alunos. As dependências do prédio, o cuidado e a preservação provavelmente contribuíram para tamanha procura pela instituição.

Além do mais, encontrava-se em uma área nobre da cidade que estava em fase de modernização. Podemos observar ainda nos dias de hoje, a Av. Nazaré como uma das avenidas mais movimentadas de Belém, com muitos prédios. Abaixo segue o quadro das matrículas em 1905:

Quadro 9: Matrícula Escolar de 30 de junho de 1905.

Instituição	Matriculados	Frequência
Grupo E. do 1º Distrito	322	238
Grupo E. do 2º Distrito	456	296

Grupo E. da Escola Normal	358	319
Grupo E. José Verissimo	496	372
Grupo E. à Praça Santa Luzia	613	486
<i>Grupo E. à Avenida Nazaré</i>	<i>620</i>	<i>435</i>
Total	2865	2146

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1905, p. 49

Verificando alguns pontos no que diz respeito a obrigatoriedade escolar, como a proximidade da escola, podemos inferir que as matrículas nos grupos escolares estiveram ligadas principalmente à proximidade da instituição à residência dos alunos. O 5º Grupo Escolar e o Grupo à Praça Santa Luzia estiveram dividindo o posto de instituições com o maior número de alunos matriculados e frequentando às aulas, como pode ser visto no quadro 9.

Nos anos que se seguiram, as matrículas no 5º grupo escolar tiveram uma pequena queda, devido a procura pelo grupo escolar localizado à Praça Santa Luzia, como vemos no quadro 9. Em 1906 chegou a ter 603 alunos matriculados com uma frequência de 426 alunos. Em 1907, foram nele matriculados 597 alunos, desse total, 414 alunos frequentavam as aulas.

Os professores eram responsáveis pelas matrículas dos alunos e, deveriam zelar pelo bom andamento das aulas. As aulas no 5º grupo escolar, eram de manhã. Elas iniciavam às 8h e terminavam às 11h30m. Havia um intervalo de 30m para serem realizadas as atividades físicas, sob a direção e vigilância dos professores. No 5º grupo escolar eram ofertados os cursos elementar e complementar. O curso elementar com duração de 2 anos compreendia os seguintes ensinamentos: leitura e escrita, noções de coisas, aritmética, português e desenho no 1º ano. No 2º ano compreendia todas as disciplinas anteriores, com a inclusão de geografia. O curso complementar era dividido em curso médio e superior, com duração de 2 anos cada um deles. Tinha por objetivo dar prosseguimento aos estudos daqueles alunos que se mostraram aptos no curso elementar. O programa de ensino do curso elementar do 5º grupo escolar compreendia algumas disciplinas específicas, consideradas por intelectuais da educação e pelo próprio governo como essenciais para o

desenvolvimento cognitivo da criança. Segue o quadro das disciplinas do 5º grupo escolar:

Quadro 10: Disciplinas do 5º Grupo Escolar.

Disciplinas lecionadas no 5º Grupo Escolar da Capital	
1º ano	2º ano
Leitura	Leitura
Escrita	Escrita
Noções de Coisas	Noções de coisas
Aritmética	Aritmética
Português	Português
Desenho	Desenho
	Geografia

Fonte: PARÁ, Relatório Geral da Administração, 1900.

Abordo a seguir as matérias e os respectivos conteúdos que compreendiam o curso elementar:

a) Leitura

Estudos com as vogais, com as vogais acentuadas, com as consoantes, etc.; trabalhando combinações de sons com o objetivo de tornar o aluno um bom leitor.

b) Escrita

Traçado de linhas retas: da esquerda para a direita e de cima para baixo; traçado de linhas oblíquas; traçado de curvas e outras linhas semelhantes às que entram nos elementos das letras; estudo progressivo das minúsculas, dos algarismos e de algumas minúsculas. Com o intuito de fortalecer a escrita do aluno, tipos de letra e pratica das letras do alfabeto.

c) Aritmética

Objetivava o ensino de contagem de um a cem, representação gráfica dos números, exercícios de numeração escrita, leitura de número, exercícios de somar e subtrair, primeiros exercícios de adição e subtração no quadro preto.

d) Português

Reprodução, no quadro preto, de pequenas frases, formadas pelo professor, com palavras já conhecidas do aluno. Desagregação dos vocábulos em vogais e consoantes. Deveriam praticar o que aprendiam na leitura e escrita.

e) Desenho

Exercícios em cadernos e reproduzidos no quadro. Objetivava valorizar as produções artísticas e a as artes paraenses. Os trabalhos com imagens eram muito valorizados na primeira república. Muitos livros escolares eram ilustrados com a intenção de chamar a atenção dos alunos e tornar a aula mais dinâmica.

f) Geografia

Objetivava definir o conceito de geografia. Dar a ideia da terra e sua forma. Definições dos acidentes físicos e gerais. Divisão dos oceanos. Ideia geral dos continentes, especialmente da América do Sul, o Brasil, o Pará, Belém e a localidade da escola.

c) Noções de coisas

Segundo o programa, deveriam ensinar noções elementares sobre o corpo humano. Exercícios sobre a idade da criança, nacionalidade, lugar onde mora. Nome e número dos dias da semana e dos meses. Nomes das estações, nomes dos animais domésticos, das plantas comestíveis, flores e frutos mais conhecidos, determinar ou conhecer a hora do relógio. Pequenas lições de coisas, sempre com objetos a vista, sobre formas, cores, sons, pesos, qualidade dos objetos, etc. Podendo verificar aí a importância do que trazia a ciência moderna para o currículo.

É principalmente nas *noções de coisas* que percebemos o pensamento de Francis Bacon, trazendo contribuições à ciência moderna, junto com muitos outros pensadores, propagando o raciocínio experimental (empirismo) em contraponto à racionalidade aristotélica. Para Bacon, a ciência é empírica por natureza e dependia disso para que se alcançassem as verdades científicas, visto que mesmo a razão ainda poderia ser falha.

A verdadeira causa e raiz de todos os males que afetam as ciências é uma única: enquanto admiramos e exaltamos de modo falso os poderes da mente humana, não lhe buscamos auxílios adequados (BACON, 2000, p.34).

Esse intelectual era cristão, mas acreditava que os pensamentos divinos não ajudariam a fazer ciência, por isso era necessário construí-la em bases sólidas e firmes, passíveis de testes. Bacon dizia que o homem perdeu o poder sobre natureza com a queda de Adão e Eva, portanto o homem deveria dominá-la novamente e só conseguiria com a ciência, pois

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática (BACON, 2000, p.33).

Segundo Souza, R. F. (2014) as *noções de coisas*, ou como ela chama de *lições de coisas* (p. 120), tiveram um papel magistral na prática dos alunos na escola. Interligando as disciplinas escolares (a teoria) à prática (noções ou lições de coisas), esta disciplina de “[...] caráter prático e utilitário, com aplicações na agricultura, na indústria e no comércio, articulada com a higiene” (SOUZA, R. F., 2014, p. 120), contribuíram para a formação das crianças.

Estas atividades práticas eram comumente expostas para a comunidade escolar, para as famílias dos alunos e para o governo. Em 1909 tem-se o registro de uma exposição de trabalhos de costura realizados pelas alunas do 5º grupo escolar. No período de 16 a 20 de outubro, estiveram em exposição no salão central do 5º grupo os trabalhos de costura. A diretora do 5º grupo escolar, Maria Luiza Pinto de Amaral, em seu relatório de 1909 descreve este acontecimento:

Em mesas adornadas com as cores da nossa bandeira nacional e com as da de nosso estado, foram expostos cerca de duzentos e tantos trabalhos, constantes de quadros, porta jornais, porta toalhas, fronhas, colchas, capas, vestidinhos, camisinhas, enfim, outros pequenos objetos, todos bordados à seda, lã e a branco, bem como em costura à mão, marca e crochet. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p. 9).

Esta atividade recebeu a visita ilustre do Secretário de Estado, Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Augusto Olympio, além dos inspetores de ensino e das famílias dos alunos e alunas do 5º grupo escolar. Com tanta receptividade positiva, a diretora Maria do Amaral em seu relatório questiona o fato destas disciplinas manuais e práticas com agulhas serem facultativas no currículo, atentando que deveria ser obrigatória, pois seja qual for a posição da mulher na sociedade, o trabalho de costura é indispensável à elas.

É necessário frisar que na época do império um número significativo de meninas foi educada para ser dona de casa, cuidar do marido e dos filhos. Com o

advento da república vemos uma maior importância do papel da mulher na sociedade, principalmente no que concerne a educação primária:

Com a República, os argumentos a favor da educação da mulher estavam vinculados à modernização da sociedade e ao discurso higienista, no qual competia a ela cuidar da higiene dos filhos e da casa (MENEZES, MACHADO, NUNES, 2009, p. 45).

A diretora exprime toda sua satisfação pelo excelente trabalho desenvolvido pelas professoras do 5º grupo escolar e toda a dedicação prestada. Abaixo trago uma pequena fala da diretora Maria do Amaral:

Por isso, em meu relatório do ano passado tive a honra de chamar a criteriosa atenção do então Dr. Secretário da Instrução, sobre esta falta do Regulamento e a título de ensaio, obtive que o 5º grupo inaugurasse o ensino destes trabalhos de agulha. Graças aos esforços constantes e dedicação das professoras da seção feminina, pude expor alguns exemplares das diversas variedades desses trabalhos, com quanto tivéssemos de lutar com a falta não só de uma sala apropriada, como do material especial. Ouso esperar que, este ano, de acordo com o vosso programa, esta disciplina tornar-se-á obrigatória para poder tomar o desenvolvimento desejável. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p. 9).

Ainda sobre aulas práticas, a diretora Maria Amaral, ao abordar o tema educação moral e cívica, afirma que mais do que aulas teóricas do que se deve fazer e do que é certo ou errado, diz que é preciso aulas práticas, pois muitas das crianças não encontram os bons princípios patrióticos completamente em seus lares.

[...]. Deveriam ser dadas por meio de conversações, exemplos, leituras observações de fatos passados, enfim, por meio inteiramente práticos. É claro que além de serem úteis, teriam também a vantagem de fazer os alunos habituarem-se a exprimir-se corretamente, em nossa língua. Ainda uma vez, me parece urgente ministrar a esses meninos os bons princípios de uma sã e patriótica educação, pois a maior parte deles, em seus lares não podem absolutamente encontra-los. Outrossim, sendo a escola o templo sagrado onde se forma o futuro cidadão ou a futura mãe de família, é preciso que os procuremos formar não só com as bases sólidas da instrução como de educação, pois, esta deve achar-se sempre unida a aquela. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p.10).

Em 1910, a diretora Maria do Amaral em seu relatório discorre sobre uma exposição de desenhos realizados pelos alunos do 5º Grupo no salão principal da escola. Ela frisa a importância do desenho na formação das crianças, pois através das práticas dos desenhos podia-se despertar nelas o gosto pelas artes.

Com base nas disciplinas do programa do ensino primário de 1899, no final do ano letivo eram realizados os exames para aquisição do diploma do ensino primário. Os exames eram realizados na capital e nos municípios do interior onde funcionavam os Grupos Escolares, no mês de novembro. Os que perderam os exames por

problemas de saúde, poderiam realizá-los em janeiro, desde que apresentassem atestados médico, conforme as Instruções para os exames de ensino primário de 1899.

Os exames eram realizados por bancas examinadoras compostas por cinco membros, nomeados na capital pelo Secretário de Estado do Interior, e no interior pelos Conselhos Escolares. Não poderiam participar da banca examinadora, professor que tivesse alunos realizando o exame, assim como não poderia ser parente do aluno. Cada banca funcionava sob a presidência do diretor do Grupo Escolar.

Estes exames constavam de duas provas, uma escrita e outra oral, sendo a primeira de Português e Aritmética e a segunda de todas as matérias que constituíam o programa do ensino primário. A prova escrita de português constava de um texto de quinze linhas retirado de um livro sorteado que era utilizado nas escolas públicas, daí escolhiam dois trechos para serem lidos pelo aluno em voz alta, após isso, o aluno deveria reler o texto para que dessa forma os examinadores verificassem o uso correto de pontuações, acentos, etc.

A prova de aritmética constava de quatro questões práticas sobre um dos assuntos estudados no programa de ensino, também escolhido a sorte. As provas eram realizadas uma após a outra, com a duração de 2h. As notas das provas escritas seguiam a seguinte formatação:

Quadro 11: Julgamento das Provas Escritas.

Condição	Nota
Nenhum erro	Ótima
Um a três erros	Boa
Quatro a cinco erros	Sofrível
Seis a oito erros	Má
Nove erros ou mais	Péssima

Fonte: PARÁ, Relatório Geral da Administração, 1900.p.39.

Ficava a critério da banca examinadora o julgamento dos erros nas provas escritas de português e aritmética para a determinação da nota, de acordo com o quadro 5. A soma das notas da prova escrita era dividida por dois, sendo que o aluno que obtivesse nota inferior a cinco, estava automaticamente reprovado.

A prova oral só se realizava depois de terem sido encerradas todas as provas escritas, na qual o examinador sorteava uma pergunta de determinado assunto e o aluno deveria responder a esta pergunta em no máximo cinco minutos. O julgamento da prova oral era feito por cada examinador, sendo a média dessa prova a soma das notas obtidas divididas por cinco, segundo o quadro 6:

Quadro 12: Julgamento da Prova Oral.

Condição (Nota em números)	Nota
10	Ótima
7, 8 e 9	Boa
5 e 6	Sofrível
1, 2, 3 e 4	Má
0	Péssima

Fonte: PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.39.

A média para aprovação no Ensino Primário era determinada a partir da soma das médias das provas escritas e oral, dividida por dois, tendo que obter no mínimo cinco pontos para ser aprovado e adquirir o diploma de conclusão. O quadro 7 expõe o grau de aprovação conferido nos exames:

Quadro 13: Grau de Aprovação do Ensino Primário.

Nota	Observação
10	Aprovação com distinção
8 e 9	Aprovação plena
4, 5, 6 e 7	Aprovação simples
0, 1, 2 e 3	Reprovação

Fonte: PARÁ, Regulamento da Instrução Pública - Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.39.

Aos candidatos aprovados nos exames de estudos primários do 5º grupo eram concedidos os diplomas da Instrução Pública emitidos pelo grupo e assinados pelos representantes legais: o professor do aluno, o diretor do grupo e o próprio aluno.

O Relatório da diretora do 5º Grupo Escolar, Maria Luiza Pinto de Amaral, do ano de 1909, aponta para a realização de exames no 5º grupo escolar. Alunos do curso elementar e complementar passaram por estes exames, chamado de “exames

gerais ou de passagem de classe”, estas provas seriam o que hoje chamamos de “provas finais”, com o intuito de alcançar os outros níveis do ensino.

Estes exames aconteceram nos dias 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 26 de outubro de 1909, nas dependências do 5º grupo escolar, na presença da comissão de examinadoras composta por três professoras e sob a presidência da diretora Maria Amaral. Estabeleceu-se a seguinte ordem:

Quadro 14: Exames de passagem de classe

Dia	Turma
16	Escola infantil masculina
18	Escola infantil feminina
19	1ª escola elementar masculina
20	1ª escola elementar feminina
21	2ª escola elementar masculina
22	2ª escola elementar feminina
23	Escola complementar masculina
26	Escola complementar feminina

Fonte: PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p.6.

Destaco aqui que no relatório da diretora é mencionado uma escola infantil masculina e uma feminina. Não há referências nos regulamentos da instrução pública de 1899 a 1910 sobre as escolas infantis, mas, de acordo com o relatório da diretora do 5º Grupo Escolar, Maria Luiza Pinto de Amaral, do ano de 1909, elas existiram na instituição, sendo frequentadas por um número significativo de crianças.

Havia claramente um modelo educacional que queria manter as crianças menores na escola ou em creches, haja vista o crescimento de indústrias no Brasil e conseqüentemente mais engajamento dos adultos em grandes empresas e “[...] é neste período que a educação sofre grande influência de movimentos sanitaristas criados para a proteção à infância” (MENDES, 2015, p. 108).

Além de movimentos sanitaristas, Mendes (2015) também afirma existir concepções religiosas e jurídicas-policiais que pensavam à assistência e proteção à infância. Mas, também, existia uma concepção puramente pedagógica, que obviamente era orquestrada pela cientificidade presente no estado republicano.

Portanto, podemos inferir que a escola infantil poderia ser considerada um jardim de infância onde se primava pela educação dos sentidos. Como afirma Silva (*apud* MONARCHA, 2006, p. 120), “[...] sem suspeitar que, brincando, recebiam os primeiros ensinamentos fundamentais, as noções básicas com que alicerçariam conhecimentos futuros. “Monarcha (2006) diz que o jardim de infância teve a intenção de propiciar a “educação dos sentidos” (p. 120) das crianças:

Único em seu gênero no Brasil, o Jardim de Infância tem por finalidade a “educação dos sentidos” de crianças com idade entre 4 e 7 anos. Teoricamente fundamentado no pensamento de Friedrich Wilhem August Froebel – “despertar o divino que existe no interior da alma humana” - o Jardim de Infância é organizado segundo as diretrizes desse pedagogo alemão: jogos, cantos, danças, marchas, narrações de contos e pinturas com a finalidade de propiciar a educação dos sentidos das crianças (MONARCHA, 2006, p. 120-21).

É interessante mencionar que mesmo com o Regulamento da Instrução Pública de 1899 informando o que deveria ser feito nos períodos dos exames dos alunos, a instituição escolar também ficava livre para melhor exercer o seu trabalho e alcançar o máximo de eficiência com os seus alunos. A diretora Maria Amaral, indo mais além do que Regulamento de 1903 (que estava em vigor) deliberou as seguintes recomendações para a realização dos exames:

Nas duas escolas complementares só sofreram exames os alunos do 1º, os quais, além das provas orais e práticas do regulamento, foram submetidos, por deliberação minha, às provas escritas, de português e aritmética. Os alunos do 2º ano fizeram também nessa ocasião provas escritas, de português e aritmética, a título de preparação para exame e o resultado obtido foi satisfatório. Nas aulas elementares, os alunos do 4º ano também, por deliberação minha, fizeram um pequeno ditado, de dez linhas, e o resultado obtido excedeu a minha expectativa; os demais alunos do 3º, 2º e 1º anos, passaram os exames orais e práticos das diversas disciplinas; os do 3º, além dessas provas, fizeram um pequeno ditado, como prova escrita, de português. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p.6).

Para os alunos que se destacassem nos exames do grupo escolar, eram lhe dados prêmios, que comumente eram livros escritos por bons autores, conforme aponta a própria diretora Maria Amaral (PARÁ, 1909). Estes alunos eram os que mais se distinguiram não só nos exames, mas durante todo o ano letivo. No ano de 1908, devido a falta de verbas, não foi possível a aquisição de prêmios para os alunos. No entanto, em 1909, o 5º grupo escolar adquirir 16 bons livros para serem distribuídos aos alunos. Além dos livros, a diretora Maria Amaral sugere que nos anos posteriores sejam confeccionadas medalhas para serem distribuídas aos alunos, conforme o trecho a seguir:

Talvez fosse conveniente mandar-se cunhar medalhas, com alguns dizeres, denominação do Grupo, data em que foi conferida, etc., afim de no ano vindouro, distribuir-se, como prêmios, entre os alunos, juntamente à bons livros como este ano fez-se. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p.8-9).

Em algumas ocasiões o governo enviava o Secretário Augusto Olympio ou os inspetores de ensino para visitarem os grupos escolares afim de observarem o desenvolvimento dos trabalhos nos grupos. No fim do ano letivo de 1909, o 5º Grupo, recebeu a visita desse secretário. Naquela ocasião ocorria a distribuição de prêmios, boletins e certificados para os alunos. Augusto Olympio visitou as instalações do grupo escolar e dirigiu palavras de felicitações e exortações para os alunos, principalmente, os premiados. Durante o ano letivo de 1909, a diretora Maria Amaral destaca que o 5º Grupo recebeu visitas do Sr. Diretor da Secretária de Estado da Instrução Pública Dr. José Flexa Ribeiro, dos inspetores de ensino Antonio Figueiredo de Jesus e Sousa, 16 vezes; e do inspetor João Pereira de Castro, 14 vezes.

No ano de 1910, o 5º Grupo recebeu também algumas visitas de pessoas de outras localidades do Pará e do Brasil. Estas visitas eram importantes para mostrar o quanto o 5º grupo se especializava e tornava-se referência em educação para outras instituições de ensino. Abaixo segue um trecho deste relatório:

Este Grupo durante este ano foi distinguido por grande números de visitantes, entre os quais: o Sr. Dr. Pires do Rio, engenheiro paulista e que visitava os nossos estados do norte; professor Antonio carvalho do Grupo Escolar de Santarém; professor Cesar Augusto de Andrade Pinheiro, intendente de Quatipuru; Senhores Vicente Delgado e Cesar Morelli, desembargadores na corte de apelação da capital do Peru e que visitam nosso Estado; todos deixaram no livro de visitantes suas mais gratas impressões que constituem honrosas referências para este Grupo. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1910, p. 8).

Na próxima seção adentrarei no cotidiano do grupo escolar, analisando os rituais que circularam nesse espaço do saber, como as festas escolares, as apresentações de trabalhos e as realizações dos exames escolares.

3.OS RITUAIS ESCOLARES NO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

Nesta seção trato sobre os rituais escolares que ocorreram no 5º grupo escolar Barão do Rio Branco, como os exames escolares, as festividades republicanas e a homenagem para o Barão do Rio Branco. A intenção desta seção é trazer dados sobre o cotidiano da escola. Nessa perspectiva fez-se necessário analisar não somente os processos de ensino e aprendizagem que ocorreram em sala de aula, mas também os que se manifestaram fora dela, como o lazer e as festividades. Olhar para dentro da escola e fora dela permitiu captar o espírito republicano de que foi palco esse grupo escolar no regime republicano.

Goffman (2015) em seu livro *Manicômios, prisões e conventos*, é bem feliz quando trata das cerimônias institucionais que marcaram sua pesquisa sobre as instituições totais. Aponta que as cerimônias que aconteciam nessas instituições eram momentos significativos para os sujeitos que lá viviam, pois eram capazes de unir em um mesmo espaço e para um mesmo fim, aqueles que pela hierarquia imposta deveriam, ao menos pelas regras, estar separados.

Já Peter McLaren (2007), em seu texto *Los símbolos em el aula y las dimensiones rituales de la escolaridad*⁶, faz uma discussão minuciosa sobre rituais escolares. O conceito de rituais era visto, principalmente, pelos antropólogos, como algo intrínseco a uma sociedade mais compactada, fechada nela mesma, como, por exemplo, tribos indígenas. No que diz respeito a modernidade, considerar os rituais como um alicerce dos fundamentos sociais era uma ingenuidade, uma tentativa de mesclar ciência e religião. Ainda que houvessem várias tentativas de descartar o conceito de ritual da esfera científica, McLaren afirma que “hasta la fecha no ha habido ninguna refutación definitiva del ritual como una herramienta conceptual valiosa⁷” (2007, p.44), ou seja, a ritualidade no contexto social, não somente no círculo religioso, mas para além dele, é uma ferramenta valiosa para os estudos [científicos] sociais, pois permitem conhecer as particularidades de uma sociedade. Para McLaren (2007), os rituais não são apenas um conjunto de ideias religiosas e tampouco está associado unicamente a experiências misteriosas.

El concepto "ritual" no es simplemente un arcano de la idea religiosa. Por el contrario, se extiende más allá de la herencia religiosa humana. Este

⁶ Os símbolos em sala de aula e as dimensões rituais da escolaridade (traduzido pelo autor).

⁷ Até este momento não há nenhuma refutação definitiva do ritual como uma ferramenta conceitual valiosa (traduzido pelo autor).

concepto tampoco está necesariamente vinculado a experiencias "misteriosas". Los ritualistas contemporáneos han disuelto el halo místico que rodea al ritual, y han establecido que los rituales constituyen la vida humana cotidiana, incluyendo las actividades seculares⁸ (McLaren, 2007, p.44).

No que diz respeito às instituições educativas, neste caso o 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco, os rituais escolares tinham um papel fundamental, que iam muito além de unir as pessoas em prol do desenvolvimento escolar, mas também para o desenvolvimento da república e da formação do cidadão republicano.

3.1. Rituais escolares e o patriotismo republicano

Assim como ainda ocorre nos dias atuais, na época da primeira república, as escolas já se preocupavam em realizar eventos que permitissem aproximarem-se da comunidade. Como visto nos relatórios dos governos, jornais e relatórios de diretores escolares eram as festividades que comemoravam a república, as atividades de exposição de trabalhos manuais, as festividades de fim do ano letivo, o recebimento de visitas de autoridades, entre outros, que reuniam todos no grupo escolar para comemorar, confraternizar e renovar o espírito republicano.

Uma das principais atividades republicanas eram os desfiles escolares em comemoração à proclamação da república. Esses momentos de festejos eram parte de um compromisso patriótico para com a nação brasileira e também uma mostra de respeito por todos aqueles que lutaram pelo advento da república, como era bem frisado pelos governantes da época.

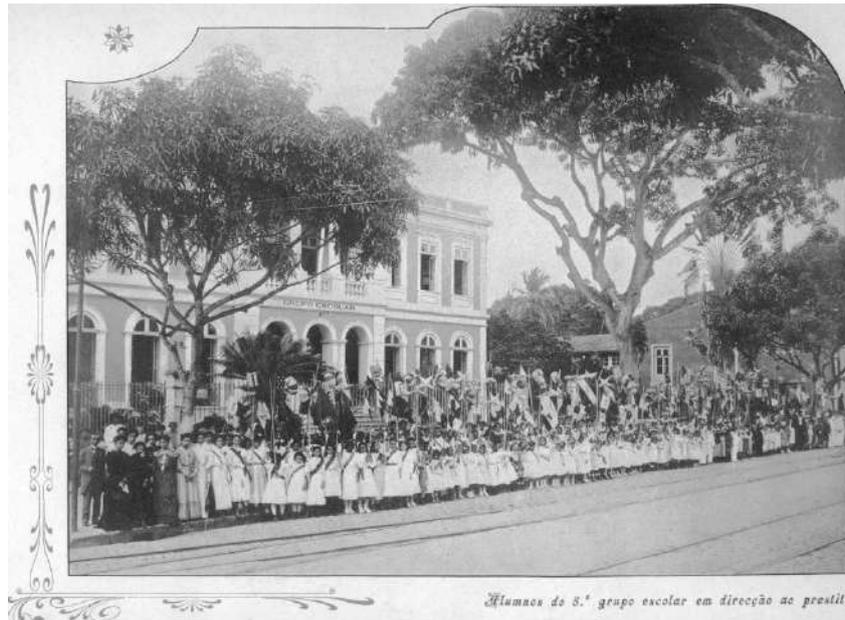
Lopes (2006) vem contribuir com o debate ao mostrar que estes momentos de festejos e cerimônias eram uma representatividade da presença da escola na cidade e, de certa forma, também a presença da cidade e da república dentro do ambiente escolar.

Nestas ocasiões as ruas da cidade ficavam tomadas pelas escolas e de representantes governamentais, todos pronto para o desfile escolar. O que era apresentado nesses desfiles tinha muito a dizer sobre as escolas. Era um momento de mostrar organização, disciplina e amor à pátria que as escolas empregavam para

⁸ O conceito "ritual" não é simplesmente um arcano da ideia religiosa. Pelo contrário, se estende além da herança religiosa humana. Este conceito tão pouco está necessariamente vinculado a experiências religiosas. Os ritualistas contemporâneos têm dissolvido o misticismo que rodeia o ritual e têm estabelecido que os rituais constituem a vida humana cotidiana, incluindo as atividades seculares (traduzido pelo autor).

com os seus alunos e alunas. Abaixo trago uma imagem do 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco que tem muito a dizer sobre essa questão. Observa-se na imagem um número significativo de alunos e alunas desse grupo bem vestidos, com roupas brancas, organizados para a participação no festejo de 7 de setembro de 1905:

Imagem 7: Alunos do 5º Grupo Escolar organizados para o desfile



Fonte: Álbum da Festa das Crenças. Descrições e photographias, 7 de setembro de 1905. AILLAUD & Cª PARIS. Estado do Pará.

Na imagem podemos perceber claramente a organização desta escola em dias de festa. As crianças com roupas brancas transmitiam a sensação de leveza e paz, com seus espíritos juvenis de devoção e amor à pátria. Já os professores com ternos pretos e as professoras com vestidos longos e pretos, diferenciavam-se das vestimentas dos alunos. Todos organizados, enfileirados, com enfeites e bandeiras esteadas, transparecendo o dever e o prazer de viver na república paraense, indo em direção ao desfile escolar.

McLaren (2007) vem contribuir significativamente com este debate quando nos traz o conceito de *rituales de revitalización* (p. 52) ou rituais de revitalização, que consiste em rituais que tinham a finalidade de renovar o compromisso, as motivações e os valores dos sujeitos que compunham a escola. McLaren usa como exemplo San Ryan, uma instituição católica, onde nas reuniões dos funcionários, figuras como o diretor

“[...] intentaban impulsar el estado de ánimo de los maestros y fortalecer el compromiso com los valores de la educación católica⁹” (2007, p. 52).

Los rituales de revitalización en el aula, generalmente tomaban la forma de emotivas discusiones entre maestros y estudiantes acerca de la importância del aprendizaje em excelência del trabajo del curso, y los objetivos de la escuela. Para algunos estudiantes, las misas que congregaran a toda la escuela y las confesiones servían como rituales de revitalización que formalmente vinculaban los valores de la escuela y la Iglesia¹⁰ (McLaren, 2007, p. 52 – 3).

Trazendo para o contexto da república, os compromissos, motivações e valores estavam inteiramente ligados à civilidade, ao amor à pátria brasileira e ao governo republicano. Podemos verificar nos discursos dos governos, de diretores e professores, a personificação desses sentimentos para com a República. Animar o espírito republicano dos professores e alunos que faziam parte da hierarquia escolar, como era o caso dos diretores dos grupos escolares, que sempre exaltavam o compromisso e a qualidade das aulas dos professores de suas instituições quando escreviam seus relatórios para o governo do estado. Os professores em algumas ocasiões, como em festa escolares, também recitavam discursos, como é o caso do discurso recitado pela professora Vigília Valle, do 5º grupo escolar:

Discurso da professora dona Vigília Valle, no dia do encerramento das aulas do grupo escolar de Nazaré.

Sr. Diretor

Colegas:

O acto que hoje celebramos, por mais repetido que seja, há de sempre despertar a mais viva comoção nos corações sensíveis que o presenciarem.

Simple e singelo, como é, e como devem ser os de uma classe acadêmica, o pensamento que nele domina é tão elevado, que desperta a inteligência e toca o coração. É a festa das crianças e a vitória da infância, é o triunfo grandioso do gênio coroado pelo estudo: o gênio é o soberano do mundo.

O raio que na mão de Júpiter derribava soberbos castelos e altas torres, submisso à voz do gênio, vai sumir-se nos abismos; fiel mensageiro do pensamento, vai, ligeiro como ele, levar os seus segredos aos confins da terra; e os mares, que pareciam separar eternamente dois mundos, acolhem em seu seio a cadeia que os liga como irmãos.

Guiada pelo gênio, a elasticidade do vapor conduz em poucos dias além do Atlântico alterosas naus, que levavam anos a vence-los; transporta num momento aos campos da batalha aguerridos exércitos que arrancam ao

⁹ Tentavam impulsar o estado de ânimo dos professores e fortalecer o compromisso com os valores da educação católica (traduzido pelo autor).

¹⁰ Os rituais de revitalização em sala, geralmente tomavam a forma de emotivas discussões entre os professores e os alunos acerca da importância da aprendizagem com excelência no que tange os trabalhos e objetivos da escola. Para alguns alunos, as missas que congregavam na escolas e as confissões serviam como rituais de revitalização que formalmente vinculavam os valores da escola e da igreja (traduzido pelo autor)

inimigo a vitória que contava como certa; e, avizinando povos, que mal se conheciam pelo nome, faz de todos eles um só povo.

Rasgando as estranhas da terra, o gênio faz brotar do seio d'ela jorros de água que formam amenos jardins nos arais do Egito; e, desprendendo o gás, que alumia praças e ruas, torna a noite rival do dia.

Cansado da infidelidade do lápis e do pincel, o pintor obriga a luz a exercer a sua arte; e quase sem trabalho deixa a perder de vista as obras que a antiguidade admirou como seus primores.

Se, pois, essa antiguidade que, não viu nem sonhou as maravilhas do gênio, que nós vemos e apalpamos, assim mesmo lhe prestou culto e levantou estatuas; devemos nós, não só tecer-lhes coroas, senão também levantar-lhes altares e adora-lo como uma fâsca da divindade.

É o gênio que, pondo-nos em contato com esta, surpreende os seus segredos; e submetendo as forças da natureza ao império, do homem, faz que, sendo pelo corpo o animal mais fraco, se torne pelo espírito o rei do universo.

Cultivai, pois, adoradas crianças, o vosso espírito, com todas as forças do vosso coração; prestai culto ao gênio, oferecendo-lhe o estudo, o trabalho, e as vigílias, que são o tributo que ele aceita mais benigno e que retribui, satisfeito e contente, com a mão larga e verdadeiramente generosa.

Não esqueçais o templo e os sacerdotes, que o Grupo Escolar de Nazaré vai oferecer para esse culto, graças ao Exm^o Governador do Estado, Dr. Augusto Montenegro; porque é na escola que vós apurais o sangue mais nobre que vos corre nas veias e vos prepareis convenientemente para os gloriosos combates da civilização.

Porque, enquanto sobre a terra existir uma criatura, formada à imagem de Deus e inspirada por aquele que fogo divino com que pode compreender o presente, o passado e futuro; profundar as entranhas da terra e abalançar-se ao céu; observar a mimosa flor, que vive um dia, o sol e os astros que afrontam os séculos, a educação e a instrução, que produzem estas maravilhas e regeneram a humanidade, não podem deixar de ser consideradas como uma obra divina e um sacerdócio.

Por isso, ilustres colegas, continuai sempre e sempre na vossa tarefa honrosíssima, cuja missão, - verdadeiro apostolado, - é a cultura dos interesses intelectuais, morais e religiosos, que produzem a ciência e a virtude. E vós, infância estremecida, que vedes coroados, já, os vossos primeiros trabalhos escolares, testemunho seguro de vossa inteligência, cultivai o estudo com todas as forças dos vossos afetos, porque ele e só ele vos pode avigorar o amor da pátria, o império da lei e da justiça.

São estes os fervorosos votos que do fundo da alma elevo ao céu.

Praza a Deus que não sejam um sonho, mas uma realidade; porque assim pagareis os desvelos de vossos pais e a instrução de vossos mestres. (Vigília Valle, Revista A Escola, 1903, p. 57, 58 e 59).

Podemos observar no discurso da professora Vigília Valle o que McLaren (2007) nos apresenta sobre a necessidade de se renovar o espírito, que trazendo para o contexto republicano, tratava-se da renovação do ânimo não só dos seus colegas professores, mas também das crianças que faziam parte do templo de saber que era o 5^o grupo escolar.

Utilizando de metáforas, a professora Vigília apresenta uma fala que enaltece o conhecimento e demonstra o quanto estudar e aprender representava uma vitória para as crianças. Para os que chegavam ao fim do ano letivo com todo o saber adquirido no grupo escolar e com a passagem nos exames do ensino primário,

esperava-se apresentar ao governo as mentes brilhantes que daquele templo saíram, ou como a própria professora exclama: o gênio!

De acordo com a fala da professora Vigília, podemos considerar a educação como um “ritual de oferendas”. Essas oferendas, apesar dela posicionar-se principalmente quanto as atitudes dos alunos, também é possível estender até as ações dos professores. Vejamos: o gênio citado pela professora apresenta-se como um ser impalpável, superior e com muitas vantagens. É algo que permitiria aos alunos e alunas conquistas grandiosas como “[...] faz[er] brotar do seio d’ela (terra) jorros de água que formam amenos jardins nos arais do Egito” (Vigília Valle, Revista A Escola, 1903, p. 57).

É para este gênio que as crianças deveriam prestar culto e oferenda. Oferecer dedicação, esforço e tempo para o estudo eram essenciais para o bom andamento das aulas e para que ao fim do ano letivo o serviço que o grupo escolar prestou às crianças fosse bem visto pela sociedade e pelo governo paraense.

E neste árduo trabalho, os professores também deveriam cultivar em seus espíritos o compromisso com a república, com o governo, com o grupo escolar e com os alunos e alunas que frequentavam à instituição. Mais do que um dever educacional, educar e instruir aqueles pequenos eram um dever moral e religioso, semelhante a um sacerdócio, onde o padre deveria conduzir seu rebanho ao encontro de Deus.

De acordo com Cândido (2007) a proposta de disseminar os ideais republicanos nas festas escolares era tão importante quanto a construção de prédios grandiosos. A divulgação fazia parte da proposta de expandir o ideal republicano por todo o estado e alcançar cada vez mais as crianças e os pais. Sendo assim, Cândido (2007, p. 118) afirma:

[...] tão importante quanto construir os prédios apropriados ao ato do ensino, realizar reformas, elaborar leis e decretos e formar profissionais para a área educacional, era mostrar aos alunos, aos professores e à sociedade como um todo, a importância que a educação possuía neste novo contexto político e social. A proposta educacional republicana esteve associada à disseminação da ideia sobre a relevância do ensino para o “progresso” e o desenvolvimento social e econômico do país, utilizando-se, para isso, das festas que celebravam a instituição escolar como “templo do saber e de luz” (CÂNDIDO, 2007 Apud CARVALHO, 1989; SOUZA, 1998).

Portanto, observa-se que as festividades, mais do que apenas festejar uma data comemorativa, elas tinham por finalidade preservar e divulgar a cultura do patriotismo e isso é percebido pela atenção que era dada pelo governo para a realização destes eventos. A independência do Brasil representava a maior das

conquistas pelos políticos republicanos e em todos os momentos isto era lembrado, para cada vez mais elevar o espírito republicano nos brasileiros. A festa das crianças eram um destes momentos de saudosismo republicano, como pode ser visto na notícia veiculada no jornal Província do Pará de 1905:

Pelas copiosas informações que temos inserido, sabe o público as grandes e importantes festas que hoje se realizarão em Belém, comemorando o dia em que constituímos esse esplendente evangelho sonhado pelo nosso patriotismo: a independência política do país.

Durante o dia far-se-ão os festejos de que nos temos ocupado, em edições anteriores, dos quais se destaca, pelo formoso encanto de sua graça e de sua originalidade a **festa das crianças**¹¹, sob os auspícios carinhosos do Chefe o Estado. (JORNAL PROVINCIA DO PARÁ, 1905, p. 02).

A festa das crianças era uma comemoração que tinha por finalidade propiciar momentos de lazer as crianças e ao mesmo tempo uma forma de despertar nelas o espírito republicano e patriótico. O desfile escolar, por exemplo, que ocorria no dia 7 de setembro, momento em que se comemorava a adesão a república, foi marcado por esse espírito patriótico. As escolas preparavam-se para esta data especial e todos deveriam estar engajados para uma apresentação espetacular nas ruas de Belém. Através da notícia pode-se perceber que o governo paraense participava destas datas comemorativas com o intuito de exaltar a república brasileira e neste caminho, a escola primária se caracteriza cada vez mais como um meio de divulgar e fortalecer a república e o amor à pátria. A escola primária também reprimia, pois percebe-se em todos os discursos governamentais e de outros setores da sociedade, que não havia espaço para quem não sentisse o amor e fosse devoto da república brasileira. Nesse sentindo, segundo Souza (1998, p. 41):

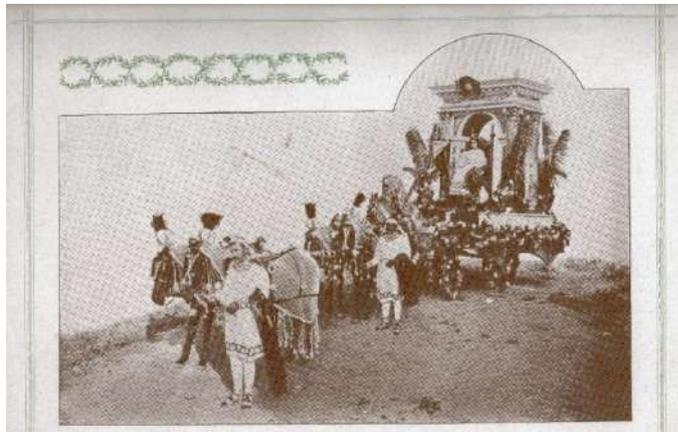
A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou ao celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados.

Como já vimos, os festejos escolares tinham o papel de fortalecer o sentimento de patriotismo no estado, por este motivo os governantes também participavam do desfile, dando o “ar de sua graça” pelas ruas de Belém, junto com as crianças. A

¹¹ Grifo do autor.

imagem que trago trata da representação do governo paraense nos desfiles escolares, apresentando-se com um carro estandarte próprio:

Imagem 8: Carro de honra do Estado do Pará.



Fonte: Álbum da Festa das Creanças. Descripções e photographias, 7 de setembro de 1905. AILLAUD & C^a PARIS. Estado do Pará.

Os carros de honra ou carros estandartes eram veículos de tração animal e serviam para representar as instituições escolares e do governo paraense nos desfiles. Eram adornados com flores, bandeiras e quadros contendo representações da República. As crianças que desfilavam nesses carros eram aquelas que tinham obtido as melhores notas no ano letivo e que apresentavam bom comportamento. O 5º grupo escolar também possuía um carro estandarte.

Imagem 9: Carro de honra do 5º grupo escolar.



Carro estandarte do 5.º grupo escolar.

Fonte: Álbum da Festa das Creanças. Descripções e photographias, 7 de setembro de 1905. AILLAUD & C^a PARIS. Estado do Pará.

Como podemos verificar na foto, o carro estandarte do 5º grupo escolar era todo adornado com flores, tecidos brancos e vermelhos, que lembravam a bandeira do Pará. No fundo do carro estandarte estava estampada uma grande bandeira do Pará. Além de ser um desfile de exaltação à república, era também um momento de mostrar a exuberância do grupo escolar no desfile, visto que muitos pais e a comunidade prestigiavam estes momentos. O homem bem vestido, trajando calça preta, paletó, gravata e cartola, representava o prestígio do 5º grupo escolar. A aluna com um belo vestido, provavelmente feito a mão, longo, de cor preta com detalhes brancos e usando luvas brancas, demonstram a classe, sutileza, delicadeza, estilo e organização que o grupo escolar precisava transparecer no desfile. Até os cavalos eram adornados com tecidos brancos, combinando com os adornos do carro estandarte.

Segundo a Revista de Ensino A Escola (1904), em 7 de setembro de 1904 foi comemorado a independência do Brasil com um desfile escolar em Belém com aproximadamente 3500 crianças. O 5º grupo escolar foi uma das instituições que marcou presença nesse evento, guiado pelo tenente coronel Aureliano Guedes. Além do 5º grupo escolar, também estiveram presentes no desfile, a banda de música do instituto Lauro Sodré, os alunos do Gentil Bittencourt, do grupo escolar José Veríssimo, do grupo escolar de Santa Luzia, do grupo escolar do 2º distrito, do grupo escolar do 1º distrito, do Ginásio Paes de Carvalho, da Escola de Direito, da Escola do Comércio e da Escola de Farmácia.

Os grupos escolares com seus carros estandartes, às 8h da manhã saíram da Praça Saldanha Marinho, seguindo para rua João Diogo, Av. Dezesesseis de Novembro, rua Pedro Rayol e praça Independência, terminando nas proximidades do palacete Municipal. Cada instituição era guiada pelos seus respectivos diretores, estando a frente do 5º grupo escolar o diretor Raimundo Bertoldo Nunes.

Como já mencionado na primeira seção deste trabalho, as realizações dos exames escolares também se configuravam como práticas de ritos. Os exames públicos podiam ser realizados nos grupos escolares, inclusive por alunos de outras escolas e isso facilitou de algum modo a formação de muitos alunos e alunas naquele período. Em 1904 31 alunos obtiveram o diploma de estudos primários no 5º grupo escolar, sendo 20 meninas e 11 meninos. Abaixo uma lista das alunas com as respectivas notas obtidas no exame primário em 1904:

Quadro 15: Alunas que obtiveram diploma do ensino primário pelo 5º grupo escolar.

Nome	Nota
Honorina Almeida	8,9
Benedicta de Oliveira Tavares	8,8
Antonieta Amoedo	8,7
Maria Assis	8,05
Alice Miranda	8,8
Arlinda Virgolino	7,7
Leopoldina Cavalcante	8
Malvina Santos	7,7
Adalgisa Pinheiro	6,85
Jovenilia Góes	7,75
Maria José Tavares	6,2
Deodata Leal	6,7
Raymunda Lopes de Athayde	8,4
Zulima Alves Maia	7,15
Maria Martins de Miranda	6,7
Maria de Nazareth Costa	6,55
Maria de L. Miranda de Oliveira	7,65
Maria de Salles Smith	7,5
Maria Amelia Braga	6,4
Maria Leticia Coutinho de Oliveira	6,85

Fonte: Revista A Escola, novembro de 1904, p. 155-56.

Observamos que a maioria dos aprovados nos exames escolares que obtiveram o diploma do ensino primário eram meninas. Este é um dado interessante que precisa ser analisado.

As mulheres nas primeiras décadas do regime republicano se fizeram “cada vez mais presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparado para a vida no lar e também para ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento” (ALMEIDA, 2014, p. 72).

Quadro 16: Alunos que obtiveram diploma do ensino primário pelo 5º grupo escolar.

Elias Silveira	6,65
Abraham Pereira da Motta	8,9
Arthur de Souza Leal	8,25
Licticiano H. C. Cavallero	8,52
Sylvio de Faria	7,8
Militão Paes de Andrade	7,65
Antonio Barbosa de Lima	6,45
Placido Quebra de Menezes	7,15
Ricardo Freitas	5,4
Manuel Joaquim Araujo	6,1
Wladimir Monard da Silva Santos	8,5

Fonte: Revista A Escola, novembro de 1904, p. 155-56.

Foram 11 meninos que obtiveram o diploma do ensino primário de acordo com a revista A Escola (1904). Faz-se necessário ressaltar que os homens quando ingressavam na carreira educacional almejavam assumir “cargos de diretoria ou chefia, diferentemente das mulheres, que permaneciam em salas de aulas”. (ALMEIDA,2014, p.72)

De acordo com Souza (1988), é com a realização desses exames que as escolas primárias passam a construir o que podemos chamar de “critérios para a educação na república”. Esses critérios acabavam intervindo diretamente na eficácia da educação no estado. Eles perpassam pela disciplina, pelo compromisso do professorado, bem como pelas metodologias e as vestimentas ideais para utilizar na escola.

Os exames, por serem públicos, poderiam ser acompanhados pelos pais e pela comunidade, principalmente nos momentos das provas orais. As chamadas para os exames, assim como o resultado, eram divulgadas na imprensa e o nomes dos alunos que alcançavam com êxito o diploma primário eram divulgados em jornais e revistas, como os apresentados nos quadros 15 e 16.

No fim do ano letivo eram realizadas no 5º grupo escolar as festas de final de ano e como já apresentado nesta seção, em algumas ocasiões os professores

proferiam palavras de enaltecimento e dedicação à pátria e ao ensino primário. Foi o caso da professora D. Olivia Lemos, que na festa de fim de ano de 1904, recitou as seguintes palavras para os seus colegas:

Discurso recitado pela professora D. Olivia Lemos, do grupo escolar de Nazaré.

Exmo. Sr. Dr. Secretário da Instrução Pública. Minhas senhoras. Meus Senhores.

Com o acanhamento natural de quem reconhece a sua incompetência para ante tão seletto auditório, é que eu venho dirigir-vos a minha humilde palavra. Confio, entretanto, na vossa benevolência.

Educar e instruir, já o disse alguém, deve ser o objetivo constante de todos os que pensam o futuro da pátria, pois, só está garantido o progresso dela, quando apoiado na instrução das massas populares, no desenvolvimento das inteligências dos cidadão.

E, realmente, a verdadeira felicidade de uma nação não consiste nos seus progressos materiais, mas sim no cultivo moral e intelectual do povo, porque só um povo instruído é capaz de entender e praticar a justiça, só um povo instruído é capaz de bem servir, honrar e amar a sua pátria.

Diz Renan que na luta da França com a Alemanha, a inferioridade da França foi sobretudo intelectual. E a prova disto encontra-se nas seguintes palavras de outro notável escritor: "A instrução popular não é somente o princípio do progresso, é a condição necessária da vida das nações: as que enfraquecem, as que definham, as que morrem; enfraquecem, definham e morrem pela ignorância. As que vivem, prosperam e dominam- vivem, prosperam e dominam pela instrução.

Para a felicidade desta terra que parece fadada a altos destinos, assim o tem compreendido o benemérito patriota dr. Augusto Montenegro e o muito ilustre e distinto Secretário da Instrução Publica.

Posso também assegurar-vos, exmo. Sr. Dr. Secretário, que todo o nosso empenho, toda a nossa dedicação, todos os nossos esforços são empregados em corresponder à vossa expectativa, isto é, são empregados em benefício da instrução do povo.

A vós, sr. Diretor Bertoldo Nunes, os nossos aplausos, pelo critério, proficiência, e intuição altamente pedagógica com que dirigis este estabelecimento de ensino, pela ordem e disciplina que nele sabeis manter, dia a dia, prestando reais serviços à educação e instrução pública.

E vós, minhas caríssimas colegas, vós que sois portadoras dessa luz benéfica que espanca as trevas da ignorância, que tendes a nítida compreensão dos vossos árduos deveres, que repartis com as crianças as riquezas do vosso espirito, não esmoreçais, não vos entibie o ânimo a indiferença que a sociedade vota ao professorado primário, prosseguir em vossa nobre e honrosíssima tarefa, convictas de que concorreis para a elevação moral e intelectual do povo, e, conseqüentemente, para o engrandecimento da nossa estremecida pátria, e esta só ideia equivale a melhor de todas as recompensas.

Por isso, mocidade, por isso, crianças para quem foi especialmente feita esta festa, estudai corajosamente, sede sempre diligentes no cumprimento dos vossos deveres, sede obedientes e gratos aos vossos pais e professores, afim de tornardes menos árdua e mais profícua sua missão.

Seja o perseverante estudo a primeira prova do vosso acendrado amor ao nosso caro Brasil.

Termino, meus senhores, agradecendo em nome do corpo docente deste grupo a gentileza do vosso comparecimento a esta simples e modesta festa das crianças. Se ela não vos agradar, desculpai-nos, atendendo a

exiguidade do tempo que mediou entre a determinação de sua data e sua realização (A Escola, 1904, p. 282-83).

Nesta fala da professora Olivia Lemos podemos destacar a intenção dela de apresentar o quanto era importante e difícil o trabalho do professor do ensino primário durante o período republicano. Ela aponta a falta de valorização dos professores primários na sociedade, fazendo-o crer que isso não é motivo de desânimo, mas que ele deveria se entregar cada vez mais a essa árdua missão.

Podemos observar em alguns momentos da fala da professora que a educação realmente era o meio para se conseguir um povo instruído para amar e servir a pátria e que somente pela educação e instrução a pátria brasileira alcançaria e garantia o progresso.

Estes discursos e textos apresentados por professores, vez ou outra apresentam dados necessários para uma discussão na história da educação. É possível encontrar até desabafos em meio os discursos fielmente patriotas, o que nos indica que nem tudo era como o governo queria mostrar em seus jornais e relatórios. São histórias de professores que muitas das vezes estavam desgastados do trabalho nas escolas, mas tinha que cumprir a carga horária e tudo o que era imposto.

Em 1910, no relatório do 5º grupo escolar da diretora Maria do Amaral (1910), é descrita a programação de como ocorreu a festa de fim de ano dessa instituição. A festa contou com algumas apresentações literárias de alguns alunos do 5º grupo escolar, que recitaram poesias e comédias. Também houve apresentação de exercícios de ginástica realizados pelas alunas; distribuição de diplomas de estudos elementares, dos boletins com as médias dos exames e distribuição de prêmios para os alunos e alunas que mais se destacaram nos estudos. Os prêmios consistiam de livros de bons autores, como frisou a própria diretora. No início da festa e também no final, os alunos cantavam o hino à bandeira, depois o Secretário da Instrução pública tomou a palavra, proferindo palavras de contentamento na presença dos familiares, professores e comunidade ali presente.

Nesse momento também foi realizada uma exposição de trabalhos de costura das alunas, tendo sido apresentados em torno de 200 trabalhos de bordados a branco, a seda, a lã, crochê e tricô. Também houve uma exposição de desenhos dos alunos (as). Foram apresentados aproximadamente 200 trabalhos, conforme a diretora Maria do Amaral. A exposição realizada no salão do prédio do 5º grupo escolar durou 3 dias, para que a comunidade pudesse visitá-la.

Essas exposições também serviam para mostrar os talentos que os alunos possuíam com trabalhos manuais e artísticos. Em uma sociedade que prezava pela boa aparência e bons modos, a mulher que realizasse os trabalhos manuais de casa de forma satisfatória era uma mulher para casar, um exemplo a ser seguido. Já a visão artística devia-se principalmente as influências europeias de apreciar a arte, algo habitual entre os europeus.

Estes rituais demonstram o controle e a fiscalização dos governantes paraenses sobre o que era realizado no grupo escolar. Tinham que fortalecer o ideário republicano dentro e fora das escolas, para que os alunos também fossem canais de transmissão desse ideário.

Podemos aqui considerar os rituais momentos de aprendizagem, por exigir conhecimentos da pátria, no que diz respeito a história do lugar e das conquistas. Também é instrutivo por moldar comportamentos e postura dos alunos, o respeito à pátria, a preservar-se sempre elegante e a manter os bons modos. É uma verdadeira pedagogia do civismo.

3.2. Uma homenagem a José da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco no 5º Grupo Escolar

O 5º grupo escolar não recebeu esse nome sem motivos, nome que carrega até os dias atuais. Ele foi assim nomeado para homenagear um dos políticos daquela época, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Segundo o Atlas Histórico do Brasil¹² Barão do Rio Branco foi um político muito influente no Brasil e no exterior. Advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845, faleceu em 10 de fevereiro de 1912n naquela cidade.

¹²Consultado em <http://atlas.fgv.br/verbetes/barao-do-rio-branco>.

Imagem 10: Barão do Rio Branco.



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

Filho de Teresa de Figueiredo Faria e José Maria da Silva Paranhos, também influente político brasileiro, Barão do Rio Branco, seguiu a vida política do pai e tornou-se um homem respeitado no cenário político brasileiro. Estudou no Colégio Pedro II (1856) no Rio de Janeiro e cursou direito inicialmente na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo o curso na Faculdade de Direito de Recife em 1866. Também dedicou parte de sua vida ao Jornalismo, dirigindo o jornal *A Nação*.

Exerceu alguns cargos públicos que foram lhe dando cada vez mais visibilidade e respeito na sociedade brasileira. De acordo com as informações do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG)¹³. No período de 1869 a 1872 Barão do Rio Branco foi deputado pelo Mato Grosso. Em 1876 foi nomeado cônsul-geral do Brasil em Liverpool, ficando no cargo até 1892 quando foi nomeado Superintendente de Emigração para o Brasil na Europa. Em 1893 ele se torna ministro plenipotenciário¹⁴ durante uma missão de caráter especial nos Estados Unidos da América (EUA). Em 1898 tornou-se ministro em uma missão especial na Suíça e em 1900 no Império Alemão. Finalmente em 1902 foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, após grandes conquistas para o Brasil, cargo que ocuparia até sua morte.

¹³ Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>

¹⁴ Aquele que tem plenos poderes. Diplomatas que possuem todos os poderes em uma missão.

Imagem 11: Decreto de Rodrigues Alves nomeando Barão do Rio Branco Ministro das Relações Exteriores em 1902.



Fonte: Em <commons.wikimedia.org/wiki/File:DECRETO_RA_BRASIL_1902.jpg>

Entre as principais façanhas do Barão do Rio Branco temos a de 1870, que tratou da negociação de paz entre os Aliados na Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai). Em 1884 foi o responsável por levar o café para a exposição de São Petersburgo. No período de 1893 a 1895 foi enviado em missão especial para os EUA para tratar da negociação do território de Palmas, que estava em disputa com a Argentina. Nesta questão,

Os dois países disputavam, na região das antigas missões, uma área não demarcada de mais de 35 mil quilômetros quadrados. Essa disputa ficou conhecida como Questão de Palmas. O então presidente dos Estado Unidos, Grover Cleveland, foi nomeado árbitro da disputa e deu ganho de causa ao Brasil (CÁCERES, 1993, p. 257).

Em 1898 a 1900 o Barão do Rio Branco foi enviado para Berna, na Suíça para tratar da Questão do Amapá, tendo a negociação sido arbitrada pelo Conselho Federal da Suíça. A disputa estava entre Brasil e França e em 1900 o árbitro suíço deu vitória ao Brasil, sendo anexado ao mesmo mais de 250 mil quilômetros quadrados.

O Barão do Rio Branco foi o segundo a ocupar a 34ª cadeira da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Pereira da Silva. Também teve alguns textos publicados no Brasil e no exterior na época, que consistiam em relatórios sobre suas atividades e missões ou escritos que se relacionavam à questões das relações

políticas internas e externas. Entre os textos, cito como exemplo a “Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina”, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte (New York, 1894) e o “Relatório sobre a navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependência do consulado geral do Império em Liverpool, no ano de 1876-1877” (Rio de Janeiro, 1880).

Diante de todos estes trabalhos desenvolvidos pelo Barão do Rio Branco, quando morre o Brasil sente a perda, resultando em homenagens para o Barão em todo o país. No Pará o 5º grupo escolar iria imortalizar o nome do “maior dos brasileiros do nosso tempo- o segundo Paranhos. É daquelas que merecem especial registro, pelo seu valor patriótico como pela sua alta significação mortal” (FEITOSA, 1987).

No dia 10 de março de 1912, às 09h30 da manhã, aconteceu no salão principal do 5º grupo escolar, sob a presidência do Dr. José Fléxa Pinto Ribeiro, Secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, uma solene sessão cívica realizada pelo governo para homenagear a memória do Barão do Rio Branco.

Fléxa Ribeiro abre a sessão solene, logo depois as alunas do 5º grupo escolar entoaram o hino à bandeira, acompanhadas pelos presentes na cerimônia. Após o hino, Fléxa Ribeiro discursa homenageando o patriotismo do Barão do Rio Branco, convidando as crianças e jovens lá presente a tê-lo como exemplo para suas vidas, trabalhando sempre para o crescimento da república.

A programação seguiu com algumas apresentações de poesias que tinham como foco o respeito e amor à pátria brasileira. O aluno Donato Pires dos Reis recitou a poesia de Olavo Bilac¹⁵, intitulado *A Pátria*. Esta poesia reflete as simbologias que permeava a educação na república. Nela a terra brasileira é retratada como uma terra cheia de riquezas, belezas naturais, que produz o melhor e que abriga a todos com amor. A poesia exalta o amor ao Brasil. A poesia inicia com uma frase no imperativo, com um tom de ordem, direcionado justamente as crianças, o futuro da república. Abaixo trago a poesia na íntegra:

A PÁTRIA
Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este!

Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,

É um seio de mãe a transbordar carinhos.

¹⁵Foi um jornalista, contista (vide "Contos Pátrios"), cronista e poeta brasileiro do período literário parnasiano, membro fundador da Academia Brasileira de Letras. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_Bilac).

Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,

Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!

(Olavo Bilac, Revista A Escola, 1904a, p. 184).

A aluna Elodie Teixeira, recitou a poesia de Theodoro Rodrigues¹⁶, *A Instrução*. Esta poesia, bastante rebuscada, comparada a anterior é marcada pela presença de mensagens que valorizavam e enalteciam a dedicação ao estudo, ressaltando que só por meio desta dedicação a criança teria possibilidades de conhecer verdadeiramente o mundo, através dos olhos da ciência. A escola aparece como oficina do saber. Trabalhar era a palavra de ordem, reforçando que a dedicação ao estudo traria muitos benefícios a criança. O estudo e o trabalho são apresentados como fontes para se alcançar a luz: a luz que liberta, que faz o homem avançar para alcançar dias gloriosos. A instrução e a educação são a chave para a libertação da ignorância e da escuridão que o homem conserva, caso não se entregue ao estudo. Aqui a poesia completa:

A INSTRUÇÃO

O século é da instrução. O livro, como Roma,
Há de um dia também o mundo conquistar
Olhai. Já no horizonte a fresca luz assoma...
Que esplendido porvir! – Mancebos, trabalhar!

Trabalhar e seguir! – A escola é a oficina,
A grande ebulição, a onde preparais
Com vossa débil mão escultural, franzina,
A matéria sutil das obras imortais.

Não trepideis! – avante! – A senda da ciência
É a estrada escabrosa e ingente do porvir!
O estudo fortalece a luz da consciência
E nos explica a lei fatal do progredir.

¹⁶Theodoro Rodrigues era de Vigia, no Pará. Passou a vida no Amazonas, estado em que teve grande vivência profissional e literária. A maior parte de sua produção se encontra dispersa (e talvez perdida) nos jornais do período (Poesias e Poetas do Amazonas, 2005).

Mancebos, trabalhar! – Nesta sublime luta
Jamais deve temer o crente lutador?
Quando Sócrates viu o cálice de cicuta
Viu também sobre a fronte o augusto resplendor.

Nas páginas do livro a alma agonizante
Vai em fonte de luz fartar a sede atroz,
- Na fonte da verdade onde beberam Dante,
E Galileu e Cristo, os mártires heróis.

Mancebos, trabalhar! Deixai que em nossos peitos
O direito e o dever, com sua luz ideal,
Façam cair por terra os velhos preconceitos
E as velhas tradições geradas pelo mal.

Deixai que sobre vós, levitas do futuro,
Caia a benção do céu em laminas de luz!
- Nós todos temos sim! Neste viver obscuro
As glórias imortais depois de ter a cruz.

(Theodoro Rodrigues, Revista A Escola, 1904b, p. 214).

O aluno Henrique Coqueiro, declamou a poesia de Bernardo Guimarães¹⁷, *A Independência*. No quarto momento da cerimônia, foi apresentado um retrato do Barão do Rio Branco, por duas alunas do 5º grupo escolar. Muitas palmas tomaram conta daquele lugar e enquanto isso, a banda da brigada militar começou a entoar o hino nacional. É interessante verificar que nos momentos de celebração em memória a grandes brasileiros, como o Barão do Rio Branco, o patriotismo era cada vez mais exaltado. Era um momento oportuno para elevar o espírito republicano naquelas crianças e nas famílias que acompanhavam a cerimônia.

Após o hino nacional ser tocado, o aluno Dulcídio Barata recitou a poesia de Luiz Murat¹⁸, intitulada *Hino à Paz*. Logo após este momento, a então diretora do 5º grupo escolar Maria do Amaral proferiu palavras de agradecimento pelo grupo ter sido agraciado com o nome do Barão do Rio Branco. A cerimônia terminou com a apresentação do hino nacional brasileiro pelas alunas do 5º grupo escolar, regido por Manoel Paiva.

Destaco aqui a utilização de poesias no contexto escolar, como um mecanismo de divulgação e de inculcação dos valores republicanos. Expressar-se através de

¹⁷Foi um romancista e poeta brasileiro. "A Escrava Isaura" foi o seu romance mais popular. Estudou Direito em São Paulo. Foi juiz municipal na cidade de Catalão em Goiás. Foi jornalista, professor de latim, francês, retórica e poética. Disponível em: https://www.ebiografia.com/bernardo_guimaraes.

¹⁸ Luís Norton Barreto Murat foi um jornalista, poeta, filósofo e político. Foi o Fundador da Cadeira 1 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luís_Murat.

leituras de poesias possibilitava as crianças conhecer o seu país, valorizar a ordem e o progresso e manter vivo em seus corações o amor à pátria.

Entendemos que os gêneros literários, entre eles, a poesia, constituiu-se como ferramenta da educação na construção do Estado nacionalista brasileiro na primeira república. Segundo Souza, R. A. (2014) a literatura expressa os sentimentos, os valores e a cultura, ou seja, as peculiaridades de uma nação e, além disso, para a história essas peculiaridades estão ligadas ao tempo histórico em que esses textos foram pensados, escritos e lidos pelos sujeitos. Logo, para Souza, R. A. (2014)

[...] A configuração de seu objeto, portanto, parte de premissa central do romantismo: cada nação se distingue por peculiaridades físico-geográficas e culturais, sendo a literatura especialmente sensível a tais peculiaridades, do que deriva sua condição de privilegiada parcela da cultura, funcionando à maneira de um espelho em que o espírito nacional pode mirar-se e reconhecer-se. Senhora de um objeto assim tão estratégico para a sondagem e a identificação “caráter nacional”. [...], foi a única que se instalou ao lado de uma história que se poderia qualificar como geral (na verdade, de dominância política), nos currículos escolares, integrando assim os sistemas de educação cívica implantados nos vários estados nacionais (SOUZA, R. A., 2014, p. 58).

Depois da programação, finalmente Fléxa Ribeiro convidou todos os presentes para assistirem a inauguração da lápide comemorativa, que se encontra até hoje na Escola Barão do Rio Branco. Na lápide está escrito os seguintes dizeres:

Imagem 12: Lápide de homenagem ao Barão do Rio Branco, no 5º grupo escolar.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A lápide comemorativa reforça o ideal pregado pelo patriotismo, de viver assim como viveram homens como o Barão do Rio Branco, que lutou e realizou grandes conquistas para a pátria. A lápide representaria, então, uma extensão do sentimento nacionalista e um artefato que lembraria a todos aqueles que circularam no 5º grupo escolar do seu compromisso para com aquela instituição e à república.

Após a cerimônia a diretora Maria do Amaral leu a ata da sessão¹⁹, que foi assinada pelos presentes. Nesse momento solene contaram com a presença de professores do 5º grupo escolar, do 4º grupo escolar, do 3º grupo escolar, do 1º grupo escolar, do diretor do 6º grupo escolar. Também estiveram presentes professoras e alunas do Instituto Gentil Bittencourt e alguns funcionários do Instituto Lauro Sodré e uma turma de 6 alunos. Outros colégios também participaram do evento. Além destes, autoridades e representantes da imprensa participaram da cerimônia:

Notamos mais a presença dos cônsules de Portugal, Itália, Alemanha e Estados Unidos; dr. Leopoldino Lisboa, inspetor escolar; tenente Roberto Vasconcellos, ajudante de ordem do comandante geral da brigada; tenente coronel Miguel Fontelles, comandante do corpo de cavalaria; dr. Avertano Rocha, desembargador Augusto Borborema, presidente do Senado, Avelino Ferreira do Nascimento, representante do secretário da fazenda, Eugenio Campos, pelo Centro Patriótico 15 de Agosto, representantes d'A Capital, Estado do Pará, A Província, Folha do Norte e Revista do Ensino (FEITOSA, 1987).

E foi assim então, que sob o decreto de 9 de março de 1912, o 5º grupo escolar da capital passou a ser chamado de Grupo Escolar Barão do Rio Branco, homenageando o ilustre defensor da pátria brasileira:

Decreto – de 9 de março de 1912.

Passa a denominar-se Barão do Rio Branco o quinto grupo escolar

O governador do Estado, considerando que a homenagem pública rendida à memória dos grandes brasileiros é dever sagrado de justiça e alto e fecundo exemplo de civismo à juventude das escolas;

Considerando que na história dos feitos nacionais o nome do Barão do Rio Branco se assinalou para a imortalidade por serviços d'uma relevância inolvidável, como patriota e propugnador da paz;

Considerando mais que o morto insigne foi o exemplo brilhantíssimo, a inteligência ativa e perseverante que integrou o território do Amapá ao solo paraense e ao patrimônio nacional, e que por tão alevantado empreendimento e conquista benemérita o Estado é devedor à sua ilustre memória de preito de suma gratidão;

Decreta:

¹⁹ Ver anexo A.

Art. 1º - Passa a denominar-se grupo escolar Barão do Rio Branco o 5º grupo escolar com sede nesta capital.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O sr. Secretário d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de março de 1912.

João Antonio Luiz Coelho.

José Fléxa Pinto Ribeiro.

PARÁ, Decreto de 9 de março de 1912.

Os rituais que fizeram parte do 5º grupo escolar nos mostraram que propiciar o patriotismo no cotidiano escolar era uma meta que deveria ser alcançada em todas as instituições de ensino do Pará. Podemos compreender assim a exigência do governo para que a imposição do patriotismo e do dever republicano fossem cumpridos fielmente nas escolas, lugares dos futuros cidadão e eleitores como nos traz Bittencourt,

ser cidadão, com determinados direitos garantidos, significava também cumprir obrigações e estar de acordo com valores ditados pelo poder constituído, sendo que essas normas estabelecidas integravam uma das aprendizagens fundamentais para o aluno (BITTENCOURT, 2014, p. 57).

Na próxima sessão abordarei a materialidade do 5º grupo escolar como cultura material. Faço uma breve discussão acerca do prédio do 5º grupo escolar como um espaço pensado e construído para formar pensamentos e comportamentos. Também trarei um livro de conhecimentos gerais, escrito por Virgílio Cardoso de Oliveira, que circulou no 5º grupo escolar. Estes objetos carregam simbologias que valem a pena ser analisada e escrita.

4. A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

As pesquisas sobre instituições escolares têm cada vez mais se preocupado em reconstituir sua história realizando estudos não apenas focados em documentos oficiais, como leis e relatórios, mas também, em investigar as práticas educacionais que eram exercidas nas instituições. Os pesquisadores têm buscado compreender as instituições educativas como espaços culturais marcados por simbologias e controles materializados internamente e externamente. A seguir, trago um trecho que explicita esse modo de pesquisar da atualidade:

Pesquisas contemporâneas realizadas no campo dos estudos da História da Educação têm frequentemente se preocupado em conhecer e reconhecer o cerne das instituições educativas não a partir de uma abordagem direcionada a uma visão macro e generalizante, focada nas diretrizes legalistas estatais, e como estas se corporificavam nos documentos oficiais produzidos pela escola. Pelo contrário, as investigações têm se inquietado com o interior escolar, com suas práticas e culturas e de que forma foram sendo apropriadas em face de mecanismos de controle menores, materializadas ou não dentro das próprias instituições (PRATES, 2013, p. 363).

Vidal (2005, p. 5) destaca que as pesquisas históricas vêm concebendo a escola “como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social”. Em seu artigo *La culture scolaire comme objet historique*, Julia (2001) destaca,

esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Diante disso é importante destacar o conceito de cultura material e o de cultural material escolar, visto que tudo aquilo que o homem utiliza para determinados fins e são passíveis de manipulação, podem ser considerados objetos da cultura material. Portanto, uma cadeira, um livro, um lápis e até mesmo o próprio prédio escolar fazem parte do universo da cultura material.

Os objetos podem trazer muitas informações sobre o modo de vida nos Grupos Escolares, logo entender de que maneira se construía o espaço escolar passa a ser significativo à pesquisa. Logo, entendemos a cultura material como:

[...] aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social (MENESES, 1983).

Meneses (1983) nos traz uma análise bem interessante acerca da definição de cultura material apresentando-nos a abrangência que este conceito representa. Neste trabalho, os documentos governamentais e escolares, os livros escolares e o prédio escolar, configuram-se como parte da cultura material escolar que pode ser analisada no contexto da história da educação e da história da instituição.

Castro (2011, p. 13) destaca não somente os materiais utilizados pelos alunos na instituição configuraram-se como parte da cultura material escolar, mas, também, todo e qualquer objeto que circulou no espaço e que fez parte do cotidiano das pessoas na instituição. O autor aponta uma diversidade de materiais que fazem parte da cultura material escolar como, “os objetos de leitura e escrita (lápis, caneta, livros, etc.)[...]”, mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados [...]” Destaca que esses objetos “podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado, pela diversidade e pela abundância de recursos naturais característicos das diversas regiões do Brasil (CASTRO, 2011, p. 13).

Castro (2011) também afirma que a cultura material é parte dos estudos da cultura escolar, pois por meio dela podemos perceber e compreender a instituição através dos usos de determinados objetos que ganham sentido a partir do momento que relacionamos o uso do objeto com o tempo (período histórico) e o espaço (lugar, região). O autor expressa que:

A cultura material pode ser entendida como parte do estudo da cultura escolar, ou seja, é uma maneira de fazer a história minuciosamente, tentando compreender o funcionamento e a organização da escola por meios das tipologias e do uso de determinados artefatos, que somente ganham sentido se relacionados ao tempo, ao espaço e, em especial, aos diferentes métodos de ensino e a natureza das disciplinas escolares (CHEVEL, 1990). Ou seja, os materiais adotados na disciplina geografia (mapas e globo, por exemplo) diferem dos de desenho (régua, esquadros, compassos, por exemplo) (CASTRO, 2011, p. 15).

Os relatórios dos diretores dos grupos fazem parte da cultura escolar. Eles apresentam indícios da cultura material escolar presente na instituição, como: medalhas entregues aos alunos, materiais escolares recebidos pela escola como lápis, carteiras e quadros. Destaca materiais confeccionados pelos alunos como desenhos e bordados, de livros escolares adotados nas aulas, discorre das condições do prédio escolar, entre outros assuntos.

Diante do que nos apresenta esses relatórios ricos de informação, trago os livros utilizados pelos alunos como parte da cultura material escolar do 5º grupo escolar. Livros de português, de geografia, apostilas sobre a história da Amazônia, livros de poesias, entre outros, permitem-nos nos compreender como essas crianças eram educadas e o que elas deveriam aprender nas escolas.

O prédio escolar também tem muito a dizer sobre a mentalidade dos representantes escolares e sobre a educação naquele espaço. Partimos do entendimento de que o espaço também educa, pois representa a extensão da proposta escolar difundida nas salas de aula. Faz parte de uma metodologia que formaria as mentes para a escola e para o mundo, que moldaria pensamentos e comportamentos e que serviria de modelo de instituição republicana, como aponta Bencostta (2001).

4.1. Arquitetura escolar: o espaço como meio de educar

O prédio escolar é um espaço que traz muitos resquícios da história da instituição, dos comportamentos dos sujeitos que viveram lá, dos modos de pensar a educação, da qualidade com que ofereciam essa educação e de como o grupo escolar queria mostrar-se e posicionar-se perante a sociedade.

O decreto de nº 625/1899 trouxe algumas obrigаторiedades que os Grupos Escolares deveriam atender como: espaços arejados e adequados para as aulas, boa iluminação, banheiros higienizados, devendo ter um bom espaço de convivência que também serviria para a exposição das atividades do grupo, entre outras. O 5º grupo escolar procurou atender essas obrigаторiedades, considerando que se apresentava como vitrine do saber. Esta preocupação com o espaço físico do grupo escolar é essencial para entendermos que o espaço escolar também educa, como nos aponta

Frago (2001, pp. 75, 77), “o espaço não é neutro. Sempre educa. [...] Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera ‘fluxos energéticos’”.

É importante frisar que, de acordo com Frago (2001, p. 26), “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos”. Portanto, o espaço da escola é mais do que um objeto sem vida, pelo contrário, ele é vivo, construído por inúmeras relações sociais ali estabelecidas, por ideais republicanos, por projetos políticos, por metodologias, por reuniões e debates, dentre outras atividades que movimentavam a instituição.

De acordo com Frago (2001), a localização do espaço escolar é também um ponto essencial para o projeto educacional que se pretendia instalar, neste caso, na primeira república brasileira. Questões relativas à segurança, higiene e crescimento populacional interfeririam diretamente na compra e construções de prédios próprios destinados aos grupos escolares.

Bencostta (2001) contribui com a discussão ao dizer que as edificações escolares, principalmente nas áreas urbanas, também tinham o papel de materializar a modernidade que a república queria impor e mostrar à sociedade que cercava o grupo escolar. Como afirma o próprio autor:

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (BENCOSTTA, 2001, p. 105).

Portanto, Frago (2001) e Bencostta (2001) nos apresentam uma possibilidade de estudo dos prédios escolares que vão além do olhar a estrutura por si só, mas também de entender o modo de educar às crianças através do espaço, compreendendo os ideais republicanos que a arquitetura trazia para a formação da criança e que permeavam aqueles espaços do saber.

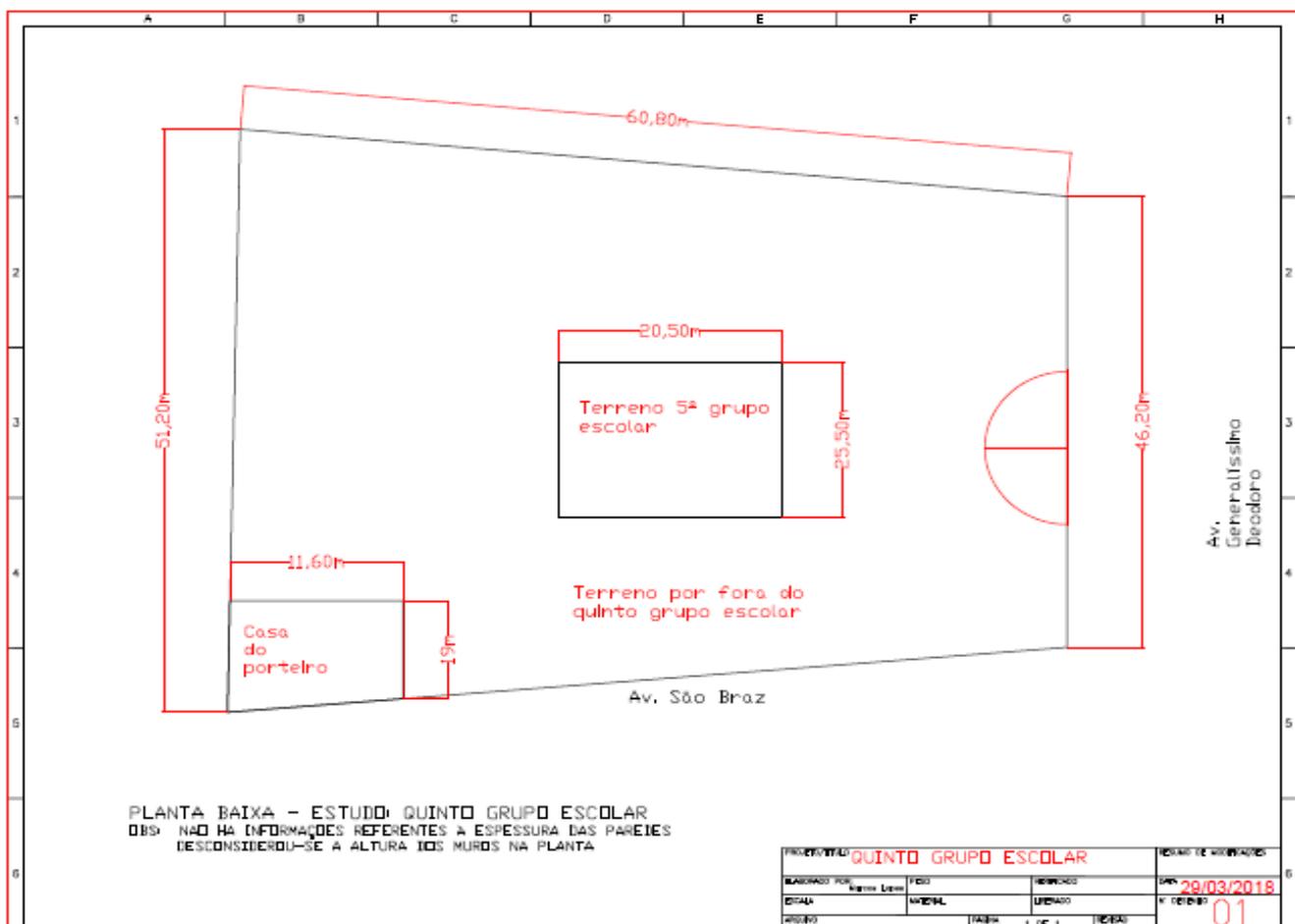
Sendo assim, em 1906, com a compra do prédio que seria destinado ao 5º grupo escolar, à Av. Generalíssimo Deodoro, a secretaria de obras públicas do Estado julgou ser necessário realizar obras no espaço afim de adaptar o prédio para o fim educacional. Essas adaptações envolviam obras no banheiro, na escadaria, nos espaços das salas de aula, entre outros.

De acordo com a mensagem do governador Augusto Montenegro de 1907, o prédio media por volta de 25,50metros de comprimento por 20,50metros de largura, em excelente estado de conservação. Já a área do terreno, pela Av. Generalíssimo Deodoro (onde está a frente do prédio), media 46,20metros, tendo ali um muro e um portão de ferro, limitando a área do terreno. Pela Av. S. Braz (atualmente Braz de Aguiar), era limitado por um muro com 3metros de altura e media 60,80metros, onde havia um portão de madeira. Aos fundos do terreno é limitado por um muro, media 51,20metros.

No fim do terreno havia uma casa cuja planta tinha formato em “C”, media 19metros de comprimento por 11,60metros de largura e era dividida em 3 compartimentos. Assim era a edificação destinada às aulas (em formato de “C”), que possuía 2 pavimentos. O primeiro dividido em 18 espaços e o segundo em 3. Com estes dados, o governo entendeu que o espaço era incompatível com os preceitos higiênicos e pedagógicos necessários para o funcionamento do 5º grupo escolar, dando-lhe assim outra forma e melhor divisão.

Esta planta demonstra um pouco de como era o terreno do 5º grupo escolar:

Imagem 13: Medidas do terreno do 5º grupo



Para adaptar o prédio, algumas obras foram feitas na estrutura. À época, demoliram no primeiro pavimento 13 paredes e todo o segundo andar. O segundo andar foi levantado na medida de toda a fachada do prédio, diferentemente da construção antiga, que em formato de “C” perdia-se um grande espaço. A nova estrutura apresentava o prédio em formato retangular, com ganho de novos espaços.

O primeiro pavimento era dividido no sentido longitudinal por um corredor de 6 metros de largura e na transversal por outro corredor, de 5 metros, formando assim uma cruz. Com essa disposição espacial ficaram 4 salas de aula destinadas ao sexo feminino nos cantos, medindo as duas da frente 10 metros por 6,45 metros cada uma e as duas do fundo 9,20 metros por 6,60 metros. Na parte que estava localizada a entrada principal, estava (e ainda está) instalada uma escada de ferro que dá acesso ao segundo pavimento. Aos fundos, do lado externo do prédio, estavam localizados os banheiros.

Destinado ao sexo masculino, o segundo pavimento media 20,50 metros de largura por 15,50 metros de comprimento, cobrindo uma parte do primeiro pavimento. Na frente, aos cantos, há duas salas de aula iguais às do primeiro pavimento, separadas por um corredor central. Além destas, havia mais duas salas próximas, de 9,80 metros por 5 metros, que se comunicavam com o corredor. Possuía um porão de 1,50 metros de altura e cada pavimento possuía a altura de 5 metros cada um, o que de acordo com o governador Augusto Montenegro (1908, p. 169), “dá para cada menino 6 metros cúbicos de ar”.

Sobre o estilo, o governador qualifica como sendo dórico²⁰ no primeiro pavimento e jônico²¹ no segundo. O corpo central tinha formato de triedro, tendo na face principal 4 colunas dóricas e nas laterais mais duas. No meio destas colunas, tem-se 3 portas que são a entrada do 5º grupo escolar. Na entrada permanece uma escada de mármore, de 7 degraus, terminando em um patamar, de 1,50 metros de largura e continuando até a parte central do prédio com 16 metros de comprimento.

De acordo com o governador Augusto Montenegro, todas as salas de aula davam vista para o jardim que contornava o prédio, recebendo ar e luz por amplas e

²⁰ Estilo dórico: arquitetura grega que tem como características as colunas desprovidas de base, assentando no último degrau ou estilóbato; capitel despojado, arquitrave lisa, friso com métopas e tríglifos, e mútulos sob o frontão. Possui vinte linhas verticais.

²¹ Estilo jônico: arquitetura grega caracterizada pelas colunas possuírem capitéis ornamentados com duas volutas, altura nove vezes maior que seu diâmetro, arquitrave ornamentada com frisos e base simples. Possui vinte e quatro linhas verticais.

numerosas janelas. Estes espaços deveriam estar todos em harmonia para que assim pudesse efetivar-se o plano de uma educação civilizada que a república precisava.

Para melhorar cada vez mais a higiene do prédio, o governador mandou trazer dos Estados Unidos da América (EUA), dois lotes de aparelhos sanitários de porcelana. Foi construído uma fossa, que precisou de uma canalização de esgoto, de 135 metros de comprimento, até a galeria mais próxima, que estava na praça Nazaré (nas proximidades da Igreja de Nazaré).

A cobertura do prédio era de telha francesa e o vigamento de acapú²². O prédio era pintado, internamente, com tinta Ripolin²³. Outro item vindo do exterior foi a escada de ferro. Importada da Europa, começava com 2 lances de 15 degraus cada, encontrando-se numa área que dava uma ampla vista do salão do 5º grupo escolar e dali partia mais um lance com 14 degraus que levaria até o 2º pavimento.

A casa dos fundos foi dividida em duas partes: uma para moradia do porteiro e outra para guardar os objetos e móveis escolares. Do portão principal até a escadaria da entrada o terreno era calçado com pisos em paralelepípedos.

Abaixo trago uma foto do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco:

Imagem 14: Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo particular, 2017.

A imagem acima é do prédio em que hoje funciona a Escola Estadual Barão do Rio Branco em Belém-PA. Foi mantida a estrutura original do espaço, do período da Primeira República quando neste espaço funcionava o 5º Grupo Escolar. Ao visitar o

²² *Vouacapoua americana*. Árvore fornecedora de madeira, nativa da floresta tropical amazônica.

²³ Marca de tinta portuguesa.

espaço pela primeira vez fiquei admirado com a grandeza da instituição. O prédio foi reformado em 2012 e manteve a estrutura, ainda que alguns dos espaços da escola sejam novos, como a quadra de esportes e a biblioteca.

Como podemos observar nas fotos o prédio possui amplas janelas, o que nos remete a um espaço onde a circulação de ar é constante e isso cumpria com o requisito de salubridade, visto que a quantidade de doenças transmitidas, principalmente por insetos era grande e uma triste realidade. A política higienista, amplamente difundida no período da primeira república foi ponto chave para a nova formatação das instituições escolares no Pará. A preocupação com a saúde das crianças permitiu a intervenção de médicos e sanitaristas nas ações educacionais do estado, que iam desde a casa da criança, até as instituições escolares que os recebiam, como aborda Alves e Araújo (2016, p. 32):

No final do século XIX mais intensificado no início do século XX, em Belém, em decorrência do crescimento econômico e demográfico da cidade e dos problemas de ressignificação do espaço urbano, as autoridades oficiais procuravam regular hábitos, costumes e padrões culturais que visavam “limpar” a cidade através de discursos médico-sanitaristas de profilaxias, práticas de higienização e desodorização do espaço urbano.

O prédio também apresenta um estilo clássico, muito utilizado naquele período como a intenção de assemelhar-se aos europeus e isso contribuía com a apresentação do 5º grupo escolar para a sociedade belenense. A frente do 5º grupo escolar também transmite um estilo clássico e elegante. Nesse espaço amplo os alunos conviviam e se relacionavam, principalmente, nos momentos de recreio:

Imagem 15: Frente da Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo particular, 2017.

Este mesmo terreno, no ano de 1912, serviu como um espaço de culto à república. Um busto em homenagem ao Barão do Rio Branco foi posto na entrada da escola, para que sempre fosse lembrado e servisse de exemplo para aqueles que estudavam e trabalhavam na escola e para aqueles que visitavam a instituição.

O busto, restaurado, ainda é um símbolo muito forte do que foi a educação na república representando o quanto os esforços através dos estudos, tanto pelos alunos quanto pelos professores, poderiam levar a sociedade paraense a um patamar de alto nível na república brasileira. Abaixo segue uma imagem do busto restaurado:

Imagem 16: Busto do Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo particular, 2017.

Interessante destacar a fala de Le Goff (2013) quando o autor nos coloca que o documento é monumento, pois resulta de uma construção histórica da sociedade que é duradoura, que fica, que marca, assim como um monumento, o autor diz:

O documento é uma coisa, que fica, que dura, e o testemunho, o ensino (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária e involuntariamente – determina imagem de si próprias (LE GOFF, 2013, p. 497).

Diante desta fala, podemos também entender o próprio monumento como uma fonte cheia de significados, de sentimentos envolvidos, e neste caso, o busto do Barão do Rio Branco instalado no 5º grupo escolar representou um conjunto de significações republicanas e patrióticas, que são lembradas até hoje.

Os espaços internos do grupo escolar também eram pensados com finalidades pedagógicas. O grande salão, por exemplo, era utilizado para reuniões, festejos,

exposições de trabalhos ou alguma outra atividade que reunisse a escola e a comunidade, o espaço amplo do salão de convivência foi muito bem utilizado durante os anos pelos alunos e professores do 5º grupo escolar. A seguir trago uma imagem do salão de convivência do 5º grupo escolar:

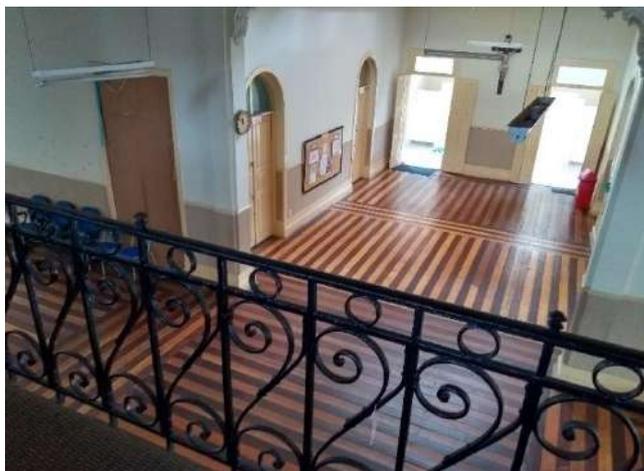
Imagem 17: Salão de Convivência da Escola Barão do Rio Branco atualmente.



Fonte: Acervo particular, 2017.

Na imagem temos o salão de convivência do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco. Era neste espaço que os alunos se reuniam antes de entrar para as salas de aula, era onde aconteciam os festejos do grupo e as exposições de trabalhos, que recebiam a visita de muitas pessoas da comunidade e de figuras ilustres da república.

Neste espaço central, o diretor do grupo escolar tinha uma ampla visão dos seus alunos e professores e das relações sociais que ali se estabeleciam. Do alto das escadarias do 5º grupo escolar, o diretor expressava sua mais alta hierarquia perante o restante do corpo escolar. A escadaria carrega uma simbologia na instituição, ela era o divisor de gêneros em alguns casos, era a demonstração da classe e elegância do grupo escolar e era o “forte” do diretor, de onde fazia sua função de vigilância:



Fonte: Acervo particular, 2017.

As escadarias que eram utilizadas no 5º grupo escolar eram normalmente importadas de países como a França e a Inglaterra. Elas mostram a luxuosidade que o 5º grupo escolar da capital possuía. Eram feitas de ferro e possuíam desenhos em sua estrutura, trazendo charme e elegância para o espaço escolar, estas escadarias carregam fortes traços das metodologias utilizadas para vigiar e moldar os comportamentos de alunos e professores da instituição. Observando as imagens podemos verificar um pouco destes detalhes:

Imagem 19: Escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo particular, 2017.

Como podemos ver na imagem 19, a escada possui duas entradas que se reúnem no meio, em um pequeno corredor que era onde ficava o Diretor (a) do Grupo Escolar e depois uma única escada que levava as salas de aula na parte superior do

prédio. No momento de entrada dos alunos para as aulas, normalmente o diretor ficava no alto das escadas vigiando os alunos (as) para que não houvesse nenhum tipo de relação entre meninos e meninas. O pequeno corredor onde ficava o diretor pode ser visualizado na imagem a seguir:

Imagem 20: Corredor na escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo particular, 2017.

No relatório do 5º grupo escolar dirigido à Augusto Olympio, Secretário de Estado, Interior e Instrução Pública, a diretora Maria Luiza Pinto de Amaral, no ano de 1909, destaca que o prédio onde funcionava o grupo escolar se encontrava em bom estado de conservação. Como já dito anteriormente, o prédio comprado pelo governo precisou de poucas reformas e mesmo com a movimentação de alunos, professores e pais de alunos durante os anos letivos desde sua criação, o prédio do 5º grupo escolar precisou de poucas reformas. Uma das solicitações da diretora ao governador era que a conclusão da obra da casa que seria destinada ao porteiro, conforme destaca-se a seguir:

O prédio em que funciona o 5º Grupo, de dois anos de uso, está em perfeito estado de conservação, assim como o mobiliário ali existente.

Seria de grande vantagem mandar concluir as obras da casa destinada a residência do porteiro do Grupo, que se acha muito adiantada, para termos assim no recinto do mesmo edifício um guarda, permanente. (PARÁ, Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p. 9).

Os prédios escolares eram construídos ou adaptados para servirem a um ideal de educação que movimentava todo o corpo escolar e a comunidade (pais de alunos). Os discursos em jornais e revistas, feitos por homens da ciência, como médicos e sanitaristas, permitiram a construção de nova mentalidade dentro das salas de aula,

que extrapolavam os muros de tijolos, transformando o espaço da escola em um verdadeiro formador de cidadão republicanos.

A cultura escolar presente nestes espaços, foram além dos objetos palpáveis, também nos permite entender um que esta cultura também é construída de maneira abstrata, fazendo-nos compreender que sim, o espaço educa e transforma pensamentos.

4.2. A cultura escolar nas páginas do livro “Pátria Brasileira”

Neste item trago para análise como parte da cultura material do 5º grupo escolar o livro de conhecimentos gerais sobre o Brasil, que trazia a história e a geografia brasileira, intitulado “A Pátria Brasileira” (1903), de Virgílio Cardoso. Este livro destinado as crianças serviu de base para a formação patriótica das crianças do 5º grupo escolar.

Escolhi este livro para análise por se tratar de um material produzido por um autor que buscou ilustrar sua produção com imagens com a finalidade de tornar o conhecimento histórico e geográfico atrativo para a aprendizagem da crianças.

Há de se ressaltar que o estudo de um livro didático utilizado na instituição já seria material suficiente para produzir uma dissertação de mestrado, no entanto, nossa intenção é trazer para discussão um livro que tinha como propósito instigar as crianças a conhecerem o Brasil.

Delgado (2017) afirma que os estudos com livros didáticos têm muito a oferecer para a história da educação. Durante muito tempo o livro foi limitado a ser usado apenas como fonte de conhecimento, dificilmente como um objeto de estudo, mas isso vem mudando e ele traz algumas razões pelas quais é aconselhável voltarmos nossos olhares para essas fontes históricas que são os livros didáticos, pois

- Permitem conhecer as opiniões e ideias de seus autores, dos professores e dos alunos;
- Ajudam a conhecer os canais de comunicação das ideias na sociedade e a resistência que encontram em determinados grupos sociais, assim como o desgaste do modelo inteiro em um período de anos.
- Permitem ver a simplificação e distorção a que são submetidas as ideias ao serem transmitidas e o tempo transcorrido entre o lançamento de uma opinião, sua recepção e a mudança na estrutura social. (DELGADO, 2017, p. 16).

Segundo Delgado (2017) o livro didático também consegue indicar de que forma foi praticada a política educacional em um país, como isso era trabalhado em

sala de aula, através de concepções educacionais e filosóficas. Além disso, o livro também pode indicar como se comportou a ciência na época e de que maneira isso foi nele expresso. Para Delgado (2017, p. 17): “a simples folheada de alguns livros didáticos pode ser mais eloquente do que o cansativo estudo de numerosas fontes históricas”.

Coelho (2015) nos traz outro fator importante sobre os estudos sobre livros escolares. A autora aponta que no século XIX houve um crescimento na produção de livros em várias partes do mundo, isso se deu devido a grande expansão da escola primária, conseqüentemente abrindo espaço para a produção de novas formas de educar através dos livros, com lições para a vida da criança. Foi neste momento que os livros que traziam as lições passaram a ser mais discutidos no que diz respeito a produção, conteúdo e direcionamento (Quem ele irá servir? Quem irá instruir/educar?). A autora nos diz que:

A expansão da escola primária e o fortalecimento dos estados-nação, a partir de meados do século XIX, proporcionaram o crescimento da produção de livros escolares em vários países do mundo. Entre esses livros, aparecem os de leitura corrente, com narrativas que traziam lições de História, Geografia, e Ciências, mas, sobretudo, de Moral (COELHO, 2015, p. 195).

Estes livros teriam por dever moral, além de instruir e educar as crianças para a sociedade, proporcionar, através das disciplinas, o nascimento do sentimento patriota na vida dos estudantes paraenses, e com isso, “José Verissimo afirmou a importância de os livros escolares serem feitos por brasileiros, animado pelo espírito nacional de seus autores”. (COELHO, 2015, p.196).

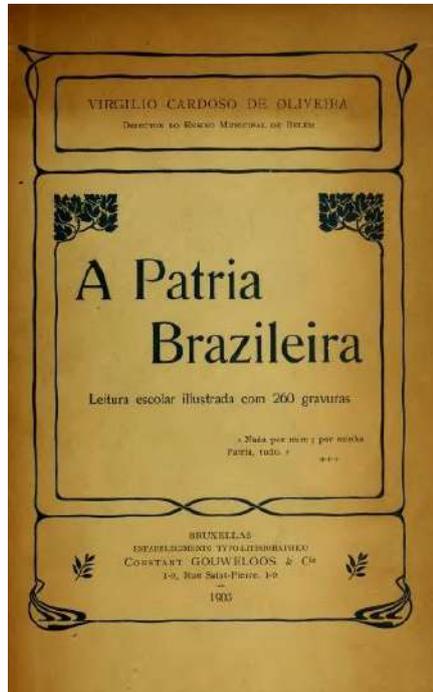
O livro de Virgílio Cardoso foi muito bem recebido pela comunidade educacional e política da época por ocasião do seu lançamento em 1903. O próprio Antonio Lemos, intendente municipal à época, julgou uma obra necessária para que as crianças tivessem em suas mãos e reforçou dizendo que era “[...] justo que todos os que sentem o amor da pátria apoiem esse fecundo esforço” (OLIVEIRA, 1903).

Virgílio Cardoso de Oliveira era de Salvador-BA, nascido no ano de 1860. Filho de Rodolpho Cardoso de Oliveira e Maria Virginia da Motta Cardoso, formou-se em direito pela Faculdade de Recife em 1889, exercendo sua profissão em Belém-PA, onde também exerceu cargos de diretor da Instrução pública(1900) e foi chefe da secretaria do interior, justiça e viação(1909). Além disso, segundo o site da Literatura Brasileira da UFSC²⁴, Virgílio Cardoso foi poeta, romancista e teatrólogo. Veio a

²⁴ Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=3087>

falecer em 1935, com 66 anos. Além do livro “A Patria Brasileira” de 1903, também escreveu outras obras como “Os próprios nacionais” de 1898, “Rimas: coleção de versos” de 1893 e “Martírio e honra” de 1887.

Imagem 21: Livro A Patria Brasileira.



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

O livro de Virgílio Cardoso recebeu de ajuda de custo dos cofres municipais de Belém a quantia de 5:000\$000 réis (cinco contos de réis) para a publicação da obra, que poderia ser no Brasil ou até fora dele, sendo que o autor deveria entregar a Intendência municipal 500 exemplares, a fim de serem distribuídos nas escolas. Desta maneira, o livro foi impresso pelo Estabelecimento Constant Gouweloos & Cia, em Bruxelas- Bélgica, no ano de 1903e foi amplamente divulgado nas escolas do Estado e nas palavras do próprio Virgílio Cardoso, era uma obra que bem serviria à mocidade do Pará:

Eis o que procuramos fazer neste livro, que representa apenas um simples arranjo de assuntos e coisas brasileiras, ordenadas, aliás, com o melhor desejo de bem servir à mocidade estudiosa e à Pátria estremeçada (OLIVEIRA, 1903, Prólogo).

Destaco que neste período histórico as editoras de livros paraenses tinham dificuldades em imprimir alguns tipos de materiais, principalmente por serem coloridos. Diante disso, muitos autores, principalmente aqueles que tinham boas relações com o governo do Pará (COELHO, 2015), conseguiam bons recursos para

que seus livros fossem impressos em países europeus, como o de Virgílio Cardoso, na Bélgica.

Nas páginas deste livro temos acesso a uma vasta história do território brasileiro e de conhecimentos gerais, como a geografia do lugar, clima, conhecimento sobre a fauna e flora brasileira, entre outros. Conhecer a pátria brasileira era tarefa essencial da mocidade na república, pois ser republicano era ter o seu país como um templo no qual deveriam todos, prestar respeito. O livro é dividido em vários capítulos que abrangem os mais variados temas acerca do Brasil, organizados nos seguintes capítulos:

Quadro 17: Organização do Livro Patria Brasileira
Capítulo I – Pátria e escola
Capítulo II – Território e população
Capítulo III – Limites e fronteiras
Capítulo IV – Nacionalidade brasileira
Capítulo V – Divisões políticas
Capítulo VI – Rios
Capítulo VII – Lagos, portos e baías
Capítulo VIII – Cabos, pontas e ilhas
Capítulo IX – Serras, montes e montanhas
Capítulo X – Clima
Capítulo XI – Produções e riquezas naturais
Capítulo XII – Vias de comunicação, navegação, indústria e comercio
Capítulo XIII – Raça
Capítulo XIV – Religião e instrução
Capítulo XV – Defesa nacional

Fonte: OLIVEIRA, 1903.

Para a discussão trago os capítulos I, II, X, XI, XIII, XIV e XV com o intuito de demonstrar o que o autor procurou trazer para as crianças do 5º grupo escolar. O livro

é carregado de informações sobre o Brasil e com isto queria-se inculcar nas crianças um conhecimento sobre a sua pátria, pois para formar um bom republicano e patriota, conhecer seus país em todos os aspectos era indiscutivelmente necessário.

O primeiro capítulo diz respeito à Pátria e Escola. Neste primeiro momento o autor inicia seu texto afirmando que a pátria não é somente um vasto território, com belezas naturais, onde vivemos, plantamos e colhemos os frutos, mas é também algo mais profundo, que de certa forma tem a ver com sentimentos, de amor, de prazer e de devoção:

A Pátria, meus caros meninos, não é somente o vasto território em que vivemos, o solo que cultivamos, a terra que nos viu nascer, esse conjunto de incomparáveis belezas naturais, que chamamos carinhosamente – Brasil. Não: sentimo-la também em tudo que nos desperta o afeto ou o entusiasmo pelo nome brasileiro. Nas estatuas dos heróis, nas grandes datas da história, nas obras primas dos artistas, nos monumentos da literatura. A Pátria é ainda o que quer que seja invisível, que vibra dentro de nós, percorrendo como o sangue em nossas veias; é, por exemplo, essa comoção, que nos agita, quando contemplamos respeitosos a bandeira auriverde [...] (OLIVEIRA, 1903, p. 01).

Vemos aqui uma pátria forte, amada e grande, que possuía um povo devoto e que por esta nação tudo faria. As disciplinas escolares teriam um papel fundamental para ocasionar estes sentimentos nas crianças e a disciplina história se comportaria como um reforço das lembranças do que a pátria brasileira viveu e construiu em toda a sua “glória”. Nestas perspectivas, Miceli (2014, p. 46-7) afirma que:

Houve um tempo em que História era doutrinação e se destinava, antes de tudo, a formar, reforçar e manter os valores da nacionalidade, e a disciplina acabava se transformando no espaço cultural mais adequado à reprodução desses sentimentos. Na escola, a pátria era grande, a raça era forte, os governantes – menos alguns tiranos – amavam o povo e eram amados por ele, não havia sangue, nem lutas, nem desavenças... Todos, afinal, se entendiam na doce harmonia de um magnífico paraíso tropical, desenhado graças à ação dos excepcionais heróis imortalizados no panteão da pátria.

O segundo capítulo do livro traz informações acerca do Território e população. O autor apresenta alguns dados comparativos a fim de demonstrar a grandeza territorial que o Brasil possuía naquele período em relação a outros países das Américas, conforme podemos observar na imagem a seguir:

Imagem 22: Superfície Territorial nas Américas.

	Superfície	kilometros	quadrados
Brazil	8.837.218		
<i>Estados- Unidos</i>	7.800.000	»	»
<i>Argentina</i>	2.835.970	»	»
<i>Mexico</i>	1.945.000	»	»
<i>Bolivia</i>	1.247.000	»	»
<i>Venezuela</i>	1.137.665	»	»
<i>Perú</i>	1.060.460	»	»
<i>Columbia.</i>	830.700	»	»
<i>Equador</i>	650.038	»	»
<i>Chile</i>	660.000	»	»
<i>Guyanas</i>	460.000	»	»
<i>Paraguay</i>	278.920	»	»
<i>Uruguay</i>	186.920	»	»
<i>Nicaragua</i>	133.800	»	»
<i>Antilhas</i>	130.000	»	»
<i>Guatemala</i>	121.140	»	»
<i>Honduras</i>	120.400	»	»
<i>Cuba</i>	120.000	»	»
<i>Costa Rica</i>	51.760	»	»
<i>S. Salvador</i>	18.720	»	»

Fonte: OLIVEIRA, 1903.

O quadro comparativo mostra que o Brasil é um dos maiores países das Américas e também do mundo, no período em questão. O autor afirma ainda que são três o número de países que ultrapassam o Brasil em extensão territorial, que são: Sibéria, na Ásia, com 16.000.000 km² (colônia da Rússia); a China, também na Ásia, com 12.000.000 km²; e o Canadá, com 9.000.000 km² (colônia inglesa).

Em outro momento, o autor também faz um comparativo com alguns países da Europa e deixa claro que o Brasil é apenas um pouco menor que toda a Europa, que representava naquele momento o berço da civilidade e do desenvolvimento. A imagem abaixo não conta com alguns países, mas, no entanto, o autor apresenta a totalidade de 9.923.885 km² de território europeu, contra os 8.837.218 km² do Brasil, o que nos mostra que realmente o Brasil, pelo menos no quesito extensão territorial, tinha muito a crescer perante os outros países do mundo.

Imagem 23: Superfície Territorial Brasil x Europa.

Países :	Superfície em kil. q.	População
Rússia	5.700.000	80.000.000
Austria-Hungria	680.000	40.000.000
França	528.500	38.000.000
Alemanha	540.000	52.000.000
Inglaterra	315.000	31.000.000
Itália	296.000	28.000.000
Portugal	92.900	5.000.000
Suíça	41.400	3.000.000
Sérvia	49.000	2.000.000
Holanda	33.000	5.000.000
Bélgica	29.400	6.000.000
	8.305.200	290.000.000

Fonte: OLIVEIRA, 1903.

O conhecimento sobre a territorialidade brasileira também era essencial para a construção da mentalidade moderna. Murari (2014) nos diz que a construção de uma nacionalidade moderna está ligada ao conhecimento do território e que a partir dele seria possível trabalhar, por exemplo, com as crianças no 5º grupo escolar, um Brasil ideal: rico, grande e com boas relações com outras nações. A autora aponta que:

O espaço é, sem dúvida, uma dimensão central para a constituição da nacionalidade moderna. Em geral, ele é assimilado à noção de território, visto como um dado apriorístico, um conjunto de condições tidas como potencialidades objetivas a partir das quais é possível criar riquezas, alimentar a imaginação artística ou conceber pretensas correspondências entre natureza e vida social. Estes são temas clássicos da reflexão sobre a relação entre espaço e nacionalidade (MURARI, 2014, p. 35).

No décimo capítulo, o autor discorre sobre o Clima brasileiro. É interessante observar a maneira que ele fala do Pará e do Amazonas:

Basta relembrar que a região mais temida e que ainda causa pavor a muita gente, que a supõe quente como uma fornalha e pestilencial como um pântano – a grandiosa Amazônia – como são geralmente denominados os estados do Amazonas e Pará, tem merecido de sábios viajantes e exploradores os mais entusiásticos encômios (OLIVEIRA, 1903, p. 215).

No trecho vemos claramente que o autor está fazendo alusão ao clima úmido e ao mesmo tempo quente da região norte brasileira. E ele também cita a região sul, afirmando que “sente-se no Sul, em determinadas épocas, verdadeiro frio de climas europeus” (OLIVEIRA, 1903, p. 217). O autor afirma que apesar de tamanho calor e também frio em determinadas regiões do Brasil, elas não chegavam nem perto do que

se via em muitos países da Europa, que pessoas morriam por causa da insolação ou ficavam na fome e miséria devido ao frio extremo.

Em consequência a este clima que o Brasil possuía, no décimo primeiro capítulo o autor vai tratar das Produções e riquezas naturais. O autor inicia o capítulo ovacionando a fabulosa riqueza que o Brasil possuía na fauna e flora. Ele aponta que até 1889 a flora brasileira já contava com 22.000 espécies classificadas em mil gêneros e 155 famílias.

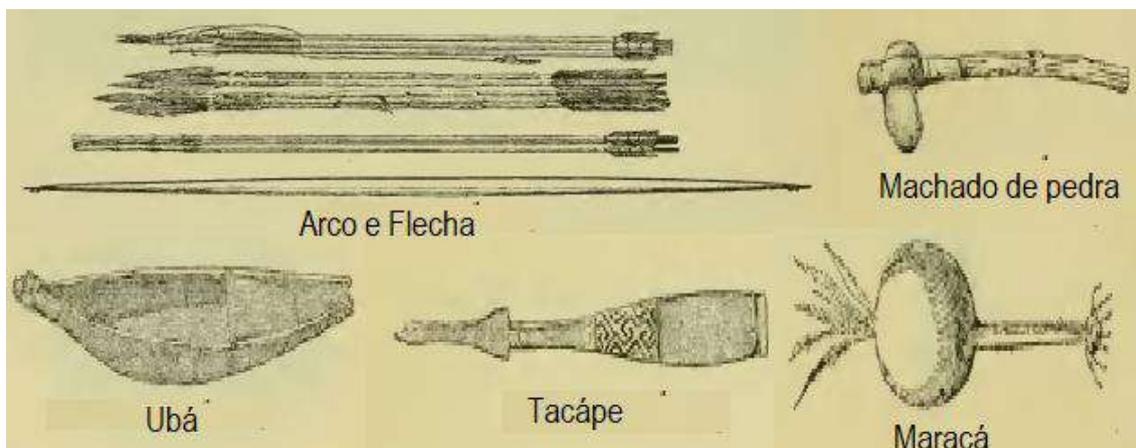
E assim, o autor nos apresenta a quantidade de produtos que são gerados a partir de plantas da flora brasileira, que tem relação direta com grande parte da economia brasileira daquele período, como: algodão, cacau, fumo, café, borracha, cana-de-açúcar, erva-mate, carnaúba, castanha, piaçava, etc. Como exemplo, da riqueza econômica que se tinha no Brasil, o autor destaca que o café representou uma das mais valiosas mercadorias brasileira, pois em 1800 a exportação do café não excedia de 700 kg, em 1890 atingiu 490.000 toneladas. Não esquecendo da borracha, que representava a maior e mais vasta riqueza do Brasil, fornecendo a maior parte dessa matéria prima no mundo.

A questão climática, da fauna, da flora, ou seja, da região, num primeiro momento parece ser algo óbvio e de pouca importância, quase como se fosse apenas informativo. No entanto Carvalho (2014) nos mostra que vai muito além de informação, também é uma maneira de diferenciar o Brasil de outras nações, assim como o Pará de outros estados, era fazer um “jogo de regionalismo”, onde buscava-se enfatizar as particularidades da região. O autor coloca que:

O regionalismo: implica um jogo de escalas que mostra a diversidade, mas sem pautar expressamente a diferença. Nesse período ainda não existia uma divisão regional política oficial. As regionalizações presentes nos livros didáticos estavam relacionadas, em sua grande maioria, às características naturais de relevo, vegetação e clima. No entanto, a valorização das particularidades regionais já aparece, não só com relação aos recursos, mas também, à população (CARVALHO, 2014, p. 60-1).

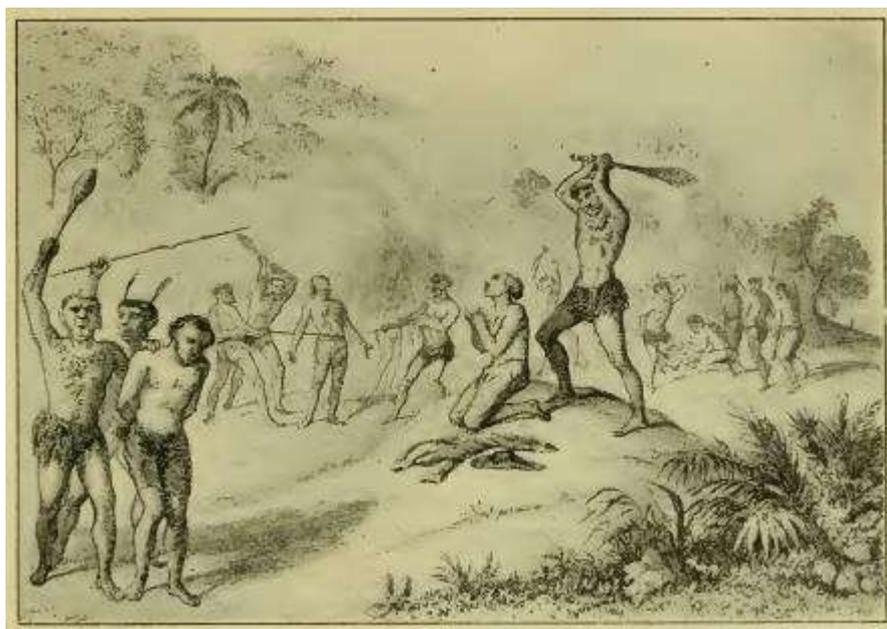
Já no décimo terceiro capítulo, que tem como título Raça, o autor inicia mostrando que na época do descobrimento, o Brasil era habitado por “índios selvagens” e que de acordo com ele, eram em torno de um milhão de índios que habitavam o território brasileiro, divididos em tribos como os Tamoios, Carijós, Tupinambás, Tupiniquins, Cahelés, Tabayares, Tapuias, Goytacazes, Guianeses, entre outros. Apresenta também alguns materiais de uso dos indígenas, para caça, pesca, rituais, etc. Conforme a imagem a seguir:

Imagem 24: Objetos Indígenas.



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

No décimo quarto capítulo, o autor apresenta a Religião e Instrução brasileira e mostra que o Brasil ao ser descoberto por navegantes de Portugal, nação está católica, não poderia ser de outra forma, o Brasil também tornar-se um país católico. Vários são os símbolos que representam esta afirmação, segundo o autor, como a celebração da Santa Missa pelos portugueses no momento do desembarque em solo brasileiro, a denominação de Vera Cruz à terra descoberta, a catequese iniciada pelos jesuítas com os índios, entre outros feitos. Mas nem tudo foi só um mar de rosas, segundo o autor o primeiro Bispo brasileiro, com sede na cidade de S. Salvador, foi D. Pero Fernandes Sardinha, que teve o navio naufragado ao viajar do Brasil para Portugal para tratar de assunto da igreja. Naufragou perto da foz do Rio Coruripe (que banha o estado do Alagoas), sendo ali assassinado junto de outras pessoas, por diversos “selvagens” antropófagos:



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

A imagem 25 nos mostra os índios em um ritual antropofágico, preparando os navegantes portugueses para servirem de alimento. Na imagem, os índios são representados como selvagens violentos, desferindo golpes de lanças e bastões. Suas faces demonstram raiva em contraposição ao medo que os navegantes expressam.

Diante desta representação, podemos entender que o autor quer passar às crianças à ideia da pessoa civilizada e da não civilizada. Nesse contexto, os portugueses representavam o homem moderno, civilizado, com boa índole e que tinha como proposta a de converter os não civilizados para uma vida correta e nos ideais católicos. Já os índios, foram vistos como seres que precisavam da salvação católica para conhecer a civilização. Eram vistos como homens selvagens, que não detinham conhecimentos.

Oliveira (2016) diz que o conhecimento científico passa a ser o conhecimento ideal, o que realmente seria a intelectualidade na modernidade, em contrapartida os conhecimentos outros não são considerados para a modernidade. Logo, Oliveira (2016, p. 93) afirma que “a cultura dominante se apresenta como ‘saber de si e do real’ e a cultura dominada como ‘não saber’.

Neste contexto, a questão racial é debatida a partir de um propósito de unificação do estado-nação. Não uma nação respeitadora das diferenças, mas sim que se unificasse politicamente, ou seja, todos vivendo pelos mesmos ideais nacionalistas da república. Esse processo traria em seus ensejos questões morais e

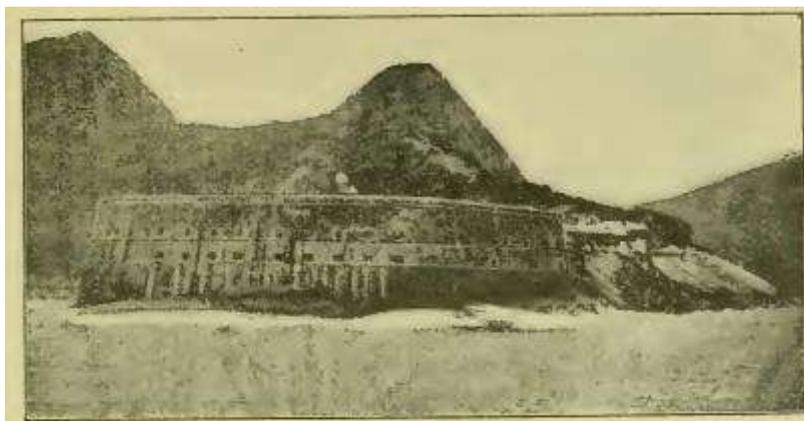
de valores, como os bons costumes, o respeito à pátria e a religiosidade (ainda que a proposta fosse a de separação dos ideais tradicionais religiosos que a modernidade combatia). Carvalho (2014) contribui ao dizer que

os elementos raciais da constituição do povo brasileiro: a questão da formação do que seria o povo brasileiro era de extrema importância para a definição da nacionalidade brasileira. Muitas foram as tentativas de unificar as particularidades históricas, regionais e 'raciais' em um único povo, que pudesse dar unidade ao sentimento de pertencimento. Estas tentativas passaram por um discurso culturalista que enfocava as particularidades de cada região e se omitia sobre a história, as teorias racialistas da miscigenação e do branqueamento, promovendo uma solução que perpassava por dentro do discurso científico e positivista do período. Nos livros didáticos, viu-se que as soluções adotadas pelos autores foram a escolha de uma dessas vertentes ou a proposição de um amálgama das teorias e discursos, bem ao estilo da miscigenação. Critérios como a língua e a religião, essenciais para a formação da nacionalidade, tornavam esse trabalho mais fácil aos autores, pois se assumia então, uma homogeneidade nesses dois critérios, mesmo sabendo-se não serem tão homogêneos assim. Hegemônicos, talvez sim (p.62).

No décimo quinto e último capítulo que tem como título Defesa Nacional, o autor faz uma breve apresentação do poderio militar que o Brasil possuía naquele momento, no entanto ele expressa-se de forma convincente de que o Brasil não precisa preocupar-se com esta necessidade de poder, como muitos países da Europa ainda faziam, subjugando os mais frágeis. O autor afirma que o Brasil é um país de grande extensão territorial, não precisando guerrear por outros territórios, cultivando sempre o sentimento de justiça.

Entre os meios de defesa do Brasil, as que se destacam eram as Fortalezas, que estavam em várias partes do Brasil e guardavam a nação de possíveis perigos estrangeiros. Como exemplo, temos a fortaleza Santa Cruz, que estava localizada à entrada da baía de Guanabara e possuía um grande arsenal, moderno e poderoso.

Imagem 26: Fortaleza Santa Cruz.



Fonte: OLIVEIRA, 1903.

O livro de Virgílio Cardoso é rico em detalhes e informações sobre o território brasileiro. O autor aborda o Brasil de uma perspectiva histórica ao evidenciar a constituição do país desde o seu “descobrimento” pelos portugueses até o período republicano, também trata das características brasileiras, no que diz respeito ao clima, à fauna e a flora, dentro outros assuntos.

As gravuras colaboram para o entendimento do que está sendo tratado no texto, para que assim as crianças tivessem uma melhor visualização do que o autor tentava lhes passar. As discussões aqui apresentadas tiveram por objetivo mostrar um dos livros que circularam no 5º grupo escolar que buscava inculcar nas crianças o conhecimento geral do território brasileiro, com o intuito de impulsionar o sentimento republicano e patriótico nas crianças.

A cultura material também tem esse papel, de nos fazer sentir aquele objeto ou aquela parte da história que estamos estudando e tentando conhecer mais profundamente. Cada detalhe trabalhado na obra de Virgílio Cardoso de Oliveira permite compreender o perfil de cidadão a ser formado para a república brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre instituições educativas são uma caixa de surpresas. Eles têm muito a dizer sobre a história da instituição e sobre aqueles que lá viveram. É grande o leque de possibilidades que esses estudos oferecem aos pesquisadores. Pode-se considerar que uma vida inteira não é suficiente para dar conta do universo cultural dessas instituições educativas.

O 5º Grupo Escolar da capital, implementado no ano de 1902, pelo governo de Augusto Montenegro, em Belém do Pará, foi projetado para educar as crianças nos preceitos modernos e republicanos. As atividades desenvolvidas com as crianças tinham por objetivo despertar um sentimento de patriotismo. Esse sentimento fazia-se presente nos rituais escolares, nos livros didáticos e na arquitetura escolar.

Os rituais que marcaram o cotidiano do 5º grupo escolar como as festas escolares, os exames escolares e as exposições de trabalho constituíram-se em momentos significativos para inculcar nas mentes das crianças valores morais e patrióticos. Moldar os futuros republicanos por meio das festas e poesias era uma preocupação constante nessa instituição de ensino. Como nos disse Souza, R. A. (2014), em cada momento histórico a poesia funcionou com um intuito e na primeira república, era o de divulgar uma nação forte e amada. Esses rituais extrapolavam os muros do grupo escolar.

As festas escolares configuraram-se como momentos de saudação à república, carregadas de significado, elas inculcavam nas crianças do 5º grupo escolar os sentimentos patrióticos e do civismo, unindo alunos e professores nos mesmos espaços, junto de outras instituições, dividindo com elas esse sentimento pela nação.

A arquitetura do 5º Grupo Escolar da Capital expressava o pensamento republicano e patriótico. O prédio desse grupo foi preparado e revitalizado unicamente para a educação das crianças. Nele é perceptível os objetivos dos governos republicanos de instruir, educar, higienizar e civilizar as crianças

O livro Virgílio Cardoso, “Patria Brasileira”, mais do que puro conhecimento científico empregado em sala de aula, também foi mais uma forma de inculcar nas crianças do 5º grupo escolar o patriotismo. Traziam conteúdos que tinham por objetivo tornar as crianças profundos conhecedores de sua pátria, não só em termos históricos, mas também geográfico, botânico, biológico, dentre outras habilidades que

Virgílio Cardoso trouxe em seu livro e que lhes possibilitaram a divulgação de um país rico e moderno.

O pensamento republicano se fez presente por todos do 5º grupo escolar e em todos os momentos a república, o patriotismo e a pátria eram ovacionados. Grandes homens brasileiros naquela época foram homenageados nas escolas em todo o Brasil e aqui no 5º grupo escolar, o nome do Barão do Rio Branco foi dado à escola, reafirmando o papel da instituição não só na educação, como também na formação dos futuros republicanos.

A implantação do 5º grupo escolar configurou-se importante para os políticos da época, principalmente por ter sido uma das instituições mais frequentadas pelas crianças.

Segundo Olympio (PARÁ, 1911) o ensino público eficiente e de qualidade era uma meta desejada pelo governo. Era reconhecido que ainda faltava muito para se alcançar a plenitude educacional que se almejava, porém afirmava que não havia razões para desanimar, pois a nação, assim como outras civilizações, ainda trabalhava incessantemente pela causa do ensino, mesmo que estivessem inseguros dos resultados alcançados. Neste campo, a tarefa estava apenas iniciada, mas acreditava-se que já começava a serem bons os frutos colhidos, deixando a certeza de que estavam empregando processos modernos, lógicos e muito eficazes.

O ensino primário se organizou de modo a atender as mudanças que estavam ocorrendo em toda a comunidade educacional, social e científica nos primeiros anos do regime republicano. Todo o processo educacional se voltava para o desenvolvimento do ensino primário com vistas a tornar realidade àquilo que tanto se falava nos discursos governamentais, tornando o 5º grupo escolar como referência de educação moderna no estado, vitrine da república paraense.

Este trabalho poderá abrir novas portas para que outros pesquisadores possam estar realizando pesquisas a partir de novos olhares e conseqüentemente contribuindo cada vez mais para a escrita da história da educação no contexto regional e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. pp 55-100.
- ALVES, L. M. S. A.; ARAÚJO, S. M. S. Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912). In: **International Studies on Law and Education**, 22, jan-abr. 2016. CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto.
- AQUINO, R. S. L.; FRANCO, D. A.; LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BACON, F. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza**. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BARRETO, B. S. **Políticas educacionais e curriculares para o exercício do ofício de mestre no grupo escolar Doutor Otávio Meira, no município de Benevides, estado do Pará (1965-1976)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2016. Orientador: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa.
- BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _____. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). In: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.

BEZERRILL, S. S. Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. In: **II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. São Luís, MA: UEMA. Jun. 2011. 12 p.

BISPO, A. B. **Educar o olhar**: o grupo escolar modelo de Campinas (1911-1920). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2015. Orientadora: Maria Cristina Menezes.

BITTENCOURT, C. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, J. **O ensino de história e a criação do fato**. 14 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2014. p. 53 – 92.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Paes de Carvalho** (fora de exercício): biografia. Disponível em: <www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1964>. Acesso em: 25 març. 2017.

CÁCERES, F. **História do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Moderna. 1993

CALEFFI, A. M. **A educação na Primeira República na cidade de Santos (1889-1908)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Orientadora: Maurilane de Souza Biccas.

CÂNDIDO, R. M. Cultura das escolas: as festas escolares em São Paulo (1890 – 1930). In: **30ª Reunião anual da ANPEd**, Caxambu, MG, Out. 2007. 18p.

CARVALHO, N. R. A construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república. In: **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 55-65, jul./dez. 2014.

CASTRO, C. A. A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista. In: CASTRO, C. A.; CURY, C. E. (Orgs.). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011. pp. 13-34.

COELHO, M. O. Livros escolares: portadores de formação do sentimento nacional. In: ARAÚJO, S. M. S.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A.; ALVES, L. M. S. A. (Orgs.). **Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano**. Belém: EDUEPA, 2015. pp. 195-216.

COSTA, R. P. **O grupo escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no estado do Pará**: institucionalização, organização curricular e

trabalho docente (1968-2008). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2011. Orientador: Maria do Carmo Brazil.

DELGADO, B. Os livros didáticos como fonte para a história da educação. In: MOREIRA, K. H. e DÍAZ, J. M. H. (Orgs.). **História da Educação e Livros Didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 15 – 22.

FEITOSA, J. A. **A Educação no Pará**: Documentário. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1987.

FIGUEIREDO, C. C. **Grupo Escolar Luiz de Albuquerque**: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá – MT (1908-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2013. Orientadora: Maria do Carmo Brazil.

FRAGO, A. V. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62 – 139.

FRANÇA, M. P. S. G. S. A. de. A implantação dos Grupos Escolares no Estado do Pará. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá, MT: Anais do SBHE, 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 79p.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. [Tradução Dante Moreira Leite]. São Paulo: Perspectiva. 2015.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – 7ª ed. revista - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2013.

JULIA, D. La culture scolaire comme objet historique. [Tradução de Gizele de Souza], **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, jan./jun. 2001.

LOPES, A. P. C. A escola em festa: as festividades escolares na primeira república no Piauí. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 6, 2006. Uberlândia, MG: UFU. 17 a 20 abril, 2006. p. 4365-4373.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MCLAREN, P. Los símbolos en el aula y las dimensiones rituales de la escolaridade. In: GIROUX, H. e MCLAREN, P. **Sociedad, Cultura y Educación**. Madrid: Ninõ e Derilo Editores. 2007.

MEDEIROS, D. A. C. **O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Francisco. Itatiba, 2013. Orientadora: Maria de Fátima Guimarães.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Rev. História USP**. Texto publicado no I Simpósio Nacional de História Antiga, Universidade Federal da Paraíba, ago. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/61796/64659>. Acesso em 15 dez. 2017.

MENEZES, C. S.; MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e literário. In: **Educação Unisinos**, vol. 13, n.1, janeiro - abril 2009. p. 43 – 50.

MENDES, S. L. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. In: **SABERES**, Natal – RN, v. 1, n. 11, Fev. 2015, 94-100.

MICELI, P. Uma pedagogia da história? In: PINSKY, J. (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 14 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 37-52.

MIRANDA, A. G.; ABREU JUNIOR, J. M. C. As primeiras sociedades médicas do Estado do Pará, Brasil. In: **Rev Pan-Amaz Saude**, 2013; 4(2). p.11-17.

MONARCHA, C. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 101-140.

MURARI, L. Uma geografia literária do Brasil: a escrita do espaço nacional na Primeira República. In: **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.18, n.1, p. 35-50, jan./jun. 2014.

NERY, V. S. C. **Instrução Pública Primária na Província do Pará na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013. Orientador: Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 2ª ed. 89 p.

OLIVEIRA, I. A. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, J. B. F. **Ideologia do trabalhos nos livros didáticos na República Velha (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2015. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.

OLIVEIRA, V. C. **Leitura escolar A Patria Brasileira**. Bruxellas: Estabelecimento Typo-lithographico Constant Gouweloos & Cie, 1903.

PIMENTEL, G. A. S. **Processos de subjetivação, poder disciplinar e trabalho docente no grupo escolar Professor Manoel Antonio de Castro (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012. Orientador: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa.

PRATES, Fernanda Ramos Oliveira. Cultura material escolar: a escola e seus artefatos. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 49, p. 363-365, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602013000300021&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000300021>.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. NASCIMENTO, M. I. M. et al. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDEBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção memória da educação).

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. 3 ed. – Belém: Paka-Tatu, 2010.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas.

Cadernos de História da Educação - nº. 4 - jan./dez. 2005.

SCHUELER, A. F. M; MAGALDI, A. M. B. M. **Educação escolar na primeira república**: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo [online]. 2009, vol.13, n.26, p. 32-55.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L.; GIODARNI, E. M.; MENOTTI, C. R. As tendências pedagógicas e a utilização dos materiais didáticos no processo de ensino e aprendizagem. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, 8, 2009. São Paulo: UNICAMP, 30 jul. – 3 jun. 2009, 22p.

SOUZA, R. F. **Templos de Civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 101 – 141.

SOUZA, R. A. **História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas**. São Paulo: É Realizações Editora. 2014. 144p.

SUPERTI, E. **O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político**. Portal Estácio, s/d. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3708663/eliane-superti.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARÍN, V. T. (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr – (Coleção educação contemporânea).

Legislação

PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o ensino primário do estado. In: PARÁ. Atos e Decisões. Typ. do Diário Oficial: Pará, 1899.

_____. Decreto nº 874 de 11 de julho de 1900 que cria o Congresso Pedagógico no Estado do Pará; In: PARÁ. Atos e Decisões; Typ. do Diário Oficial: Pará, 1900.

_____. Decreto nº 1689 de 28 de abril de 1910 – Dá nova organização ao Ensino Primário do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

_____. Diário oficial do Estado do Pará. Ano X – 12º, nº 2485, Belém, 01 de janeiro de 1900.

_____. Diário oficial do Estado do Pará. Ano X – 12º, nº 2489, Belém, 04 de janeiro de 1900

_____. Diário oficial do Estado do Pará. Ano X – 12º, nº 2669, Belém, 04 de julho de 1900.

_____. Estado. Regulamento geral do ensino primário reorganizado pelo Decreto n.1190 de 17 de fevereiro de 1903. Belém: Typ. Diário Oficial, 1903.

Falas dos governadores do Estado do Pará

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de abril de 1899 ao Congresso do Estado do Pará, pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2430/000002.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Mensagem dirigida em 1 de fevereiro de 1900 ao Congresso do Estado do Pará, pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000002.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2437/000002.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000002.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Relatórios

PARÁ. **Relatório geral da administração apresentado ao Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governado do estado, pelo Dr. Augusto Olympio de Araujo e Souza.** Belém do Pará: J. Chiatti & C. Editores, 1900.

PARÁ. Relatório geral da administração apresentado ao Sr. Dr. Luiz Coelho, governado do estado, pelo Dr. Augusto Olympio de Araujo e Souza. Belém do Pará: J. Chiatti & C. Editores, 1911.

4º GRUPO ESCOLAR. Relatório do ano de 1909. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1910.

_____. **Relatório do ano de 1910.** Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1911.

Revistas

A ESCOLA: revista oficial do ensino. Belém: Imprensa Oficial n.34, Janeiro, 1903.

A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n.54, Setembro 1904.

Jornais

JORNAL A PROVINCIA DO PARÁ. Belém: Typographia d' O Futuro, 1905.

ANEXO A – Ata da sessão cívica que deu nome ao 5º grupo escolar

Obs: A originalidade da escrita foi preservada.

Acta da sessão cívica promovida pelo Estado do Pará, no quinto grupo escolar da capital, em homenagem à memória do Barão do Rio Branco.

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e doze, ás nove hora da manhã, no salão nobre do edifício em que funciona o quinto grupo escolar da capital, effectuou-se, sob a presidência do Exm. Sr. Dr. José Fléxa Pinto Ribeiro, Secretario d’Estado do Interior, Justiça e Instrucção Publica, a solene sessão cívica promovida pelo Estado do Pará em homenagem á memoria imperecível do inclyto Barão do Rio Branco, o benemérito defensor da integridade territorial do Brasil.

Com esse patriótico acto de alevantada significação, quis o Estado render ao Immortal Brasileiro inesquecível preito de veneração e reconhecimento, pelos nomeadíssimos serviços por ele prestados ao Pará, conquistando o alargamento das suas fronteiras, e assegurando, para todos nós, pelo seu trabalho, pelos seus esforços e pelo seu talento, a tranquillidade e a paz. Uma lápide comemorativa, colocada na fachada deste estabelecimento de ensino, perpetuará, na mudes eloquente do mármore, como um ensinamento ás gerações por vir, esse nobre gesto de gratidão do Estado do Pará.

Encerra esse documento de pedra, que relembra um dos factos mais notáveis da nossa Historia, as seguintes inscripções:

GRUPO ESCOLAR “BARÃO DO RIO BRANCO”

*A juventude veja em seu renome
Um exemplo de amor ao pátrio nome;
E procure imitar sua grande obra,
Onde a Paz rutilante se desdobra.
Da Patria Brasileira na aurea história,
Amapá e Missões sagram-lhe a glória*

X, Março, MCMXII. Sendo Governador do Estado o Exm. Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho, foi gravada esta lápide comemorativa

Abriu a sessão o Exm. Sr. Dr. Fléxa Ribeiro, Presidente, que explicou largamente, num brilhante improviso, o fim da solenidade.

A assistência era selecta, notando-se, além da mocidade escolar e de incomputável numero de senhoras, as primeiras autoridades e cavalheiros da nossa mais alta representação social.

Foi observado, sendo enthusiaticamente aplaudido em todos os seus números, o seguinte programma:

HYMNO Á BANDEIRA – cantado pelas alumnas.

ABERTURA DO ACTO – pelo Exm. Snr. Dr. Secretario d’Estado da Instrucção Publica.

A PATRIA – (Olavo Bilac) – Donato Pires dos Reis.

A INSTRUCÇÃO – (Theodoro Rodrigues) – Elodie Teixeira.

A INDEPENDENCIA – (Bernado Guimarães) – Henrique Coqueiro.

HYMNO Á PAZ – (Luiz Murat) – Dulcidio Barata.

HYMNO BRASILEIRO – cantado pelas alumnas.

INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO BARÃO DO RIO BRANCO E DA LÁPIDE COMMEMORATIVA.

O Governo do Estado, por um Decreto lido na ocasião sob calorosos aplausos da assistencia, deu o nome do Barão do Rio Branco ao quinto grupo escolar.

Encerrando a memoravel solenidade cívica, ás onze horas da manhã, mandou o Exm. Sr. Dr. Presidente lavrar esta acta, que vai subscripta como se segue:

“Aqui as inúmeras assinaturas dos presentes na cerimônia do dia 10 de março de 1912.”



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra, s/n – Telégrafo
66113-200 Belém-PA
www.uepa.br/mestradoeducaca